

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS
CLASSES RURAIS DO ESTADO DA GUANABARA

ANO LXX



SETEMBRO-OUTUBRO 1967

5



Porca Landrace
primeira parição. 20 dias

Hoje em dia, você vive na fazenda melhor do que vivía seu pai.

Seu filho viverá melhor ainda do que você.

Os Produtos Químicos Shell
para a Agricultura têm
muito a ver com isso).

Os Produtos Químicos Shell
para a Agricultura existem para o
combate a todas as pragas e con-
trole de todas as doenças das plan-
tas. Até 20 anos atrás, uma lavoura
podia ser toda destruída em poucos
dias; na verdade, nenhum agricultor po-
dia dormir sossegado.

Hoje você conta com Formicidas, Ne-
maticidas, Herbicidas, Fungicidas e Inse-
cicidas Shell—para que você dependa menos
da sorte e mais de sua própria capacidade.

A longa experiência, as pesquisas e os
aperfeiçoamentos fizeram dos Produtos Quí-
micos Shell para a Agricultura um padrão de
eficiência em todo o mundo. E a cada dia
ornam a vida na fazenda mais segura e mais
compensadora.

PRODUTOS QUÍMICOS



PARA A AGRICULTURA

COMPANHIA BRASILEIRA DE PRODUTOS QUÍMICOS SHELL



ÍNDICE

Lenha, Carvão, etc	2
Reminiscências — Agricultura e Pecuária — Luiz Marques Poliano	5
O dia da árvore	6
Agricultura, Urbanização, Desenvolvimento	8
Reforma Agrária Brasileira tem o seu plano Quinquenal	9
A Lavoura, há 70 anos	11
Uma Opinião — J. Sampaio Fernandes	12
A Foto Internacional	14
O Amendoim	15
Instantâneos de gente da roça — Safo — D. Carminha	19
A verdadeira guerra fria começa (e acaba) no estômago	20
Cooperativismo e a Política Econômica do Estado — Fábio Luz Filho	22
Enxertos de Citrus	23
Flávio da Costa Britto — Nôvo Presidente da CNA	24
Exportação Brasileira de Reprodutores Zebuínos Seleccionados — Julio Cezar Covelo	27
Culto à Árvore — Arthur Natividade Seabra	30
Conceito de Trabalhador Rural	31
Climas da Amazônia — Adalberto Serra — (3. ^a e última parte)	32
Carta de Brasília	38
Eng. Ildefonso Simões Lopes	44
Notícias e Informações	49
Legislação Agrícola	54

A LAVOURA

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil e órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura

ANO LXX

Setembro — Outubro 1967

Presidente da Sociedade
Eng. Agrônomo

LUIZ SIMÕES LOPES

Diretor Responsável
e Redator-Chefe

LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico
Eng. Agrônomo **KURT REPSOLD**

Redator Técnico
Eng. Agrônomo
GERALDO G. DA SILVEIRA

Chefe da Publicidade
CARLOS ALBERTO SOARES

Redação e Administração:
AV. GENERAL JUSTO, 171
ZC-39 — GB

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

RIO DE JANEIRO

Estado da Guanabara

Nossa Capa: Porca Landrace — primeira parição.
20 dias. (Escola de Horticultura "Wenceslão Belo").

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

LENHA, CARVÃO, ETC.

Notícias oficiais que temos em mãos informam que a produção brasileira de carvão de madeira ultrapassou 980 toneladas. Trata-se de dados referentes ao exercício de 1965.

Minas Gerais contribuiu para esse total com 620.553 toneladas, seguindo-se São Paulo com uma cota cinco vezes menor que a do Estado montanhês.

Continua Minas Gerais detendo o "record", nada lisonjeiro, de Estado onde mais se derrubam árvores no Brasil, pois além do carvão, ostenta a primazia na produção de lenha, seguido do Paraná, Bahia e Rio Grande do Sul, com, respectivamente 31.119.559, 17.096.137, 15.470.614 e 13.264.052 metros cúbicos. Todos os outros Estados seguem, se bem que mais modestamente, o caminho do desmatamento incontrolado no País.

As unidades da Federação citadas, juntas a Santa Catarina, Goiás, São Paulo, Maranhão e Ceará, totalizam essa "produção" na cifra aterradora de mais de 113 milhões de metros cúbicos de madeira, correspondente a outros muitíssimos milhões de árvores abatidas — isto em apenas 8 Estados!

A esse total, acresçam-se 9.036.992 dormentes, somente no Espírito Santo, Bahia e Paraíba, havendo ainda produtores menores, com 300 e 600.000 unidades, e são elas: Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Santa Catarina, Mato Grosso e São Paulo. Não figuram nessas estatísticas outros Estados, menores produtores.

A lenha extraída naquele ano, segundo a mesma fonte, rendeu 202.879.000 cruzeiros novos. Os dormentes e o carvão produziram, juntos, outros 30.756.000.

Aí não se acha incluído o valor da produção do pinho do Paraná que é comercializado sob a forma de pranchões, barrotes, tábuas, etc., inclusive para exportação.

Estes dados vêm confirmar os resultados a que chegou a Sociedade Nacional de Agricultura em inquérito há tempos realizado junto às prefeituras municipais.

Das 1.851 circulares enviadas, resultaram 695 respostas, nas quais ficou patenteado que, nos respectivos municípios, 121 produziam e exportavam carvão vegetal; em 376 funcionavam serrarias; 354 exploravam madeira de lei, enquanto que somente 54 mantinham serviços florestais, e apenas 51 distribuíam mudas e sementes.

Nesse quadro estarrecedor não estão incluídas as queimadas, agora muito maiores do que aquelas que os portugueses encontraram em prática generalizada entre os nossos aborígenes. Daí para cá, nestes quase quinhentos anos, a procura de terras férteis e o

avanço das cidades, por outro lado, vêm contribuindo, e decisivamente, para o estabelecimento certo e breve — se não mudarmos de rumo — do maior deserto do mundo, representado pelo enorme continente territorial brasileiro.

Se há emprêsas — como a do Grupo Klabin, com as suas consideráveis plantações de pinho no Paraná e, mais remotamente, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que cuidam e cuidaram de repor as florestas que as suas indústrias derrubam, outras há que apenas devastam, devastam sempre, e cada vez mais, sem qualquer consideração pelo resultado negativo que tal processo representa para o País. O que lhes interessa é o lucro imediato, e o maior possível.

Não temos dados sôbre o número dos hectares devastados que toda essa "produção" acarreta, mas será certamente muito grande e sempre em escala cada vez maior, à medida que crescem as populações e, com elas, as necessidades dos produtos florestais.

Não vamos aqui pleitear nem preconizar a intocabilidade das florestas, pois delas o homem depende para viver. E é exatamente por isso que é preciso, que se faz inadiável — antes que o Brasil se transforme numa vasta área desmatada, tão grande quanto o seu território, que providências sejam incrementadas para que quando uma árvore é abatida duas ou três tomem o seu lugar.

Se este milagre de recuperação fôsse alcançado desde logo, ainda assim teriam as gerações vindouras de enfrentar um grande claro, e por muitos anos, nas nossas já muito reduzidas reservas florestais.

Um ponto a que se deve dar maior atenção é o das essências em vias de extinção. Não basta plantar eucaliptos, que sendo um bem, não são tudo.

As campanhas contra o nosso descalabro florestal, a grita da imprensa, a criação de uma mentalidade de proteção à árvore — tudo isto já tem produzido algum fruto, mas necessário se torna que na urgente tarefa não haja esmorecimentos da parte dos governos e de quantos se preocupam com o futuro do Brasil.

É verdade que, ultimamente, medidas concretas, da parte dos governos federal e de alguns Estados, vêm encaminhando com mais objetividade o difícil problema, como é o caso dos incentivos fiscais a quem plante árvores.

Teremos de preservar nossas espécies que a cada dia rareiam para, com elas, protegêrmos a nossa fauna, acudirmos à Natureza, assegurando-lhe o indispensável equilíbrio biológico, inclusive para defender o solo, cuja destruição acompanha a destruição da sua cobertura vegetal que hoje — e isto não é novidade — já se apresenta alarmantemente grave.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

DIRETORIA GERAL

Presidente

1.º Vice-Presidente

2.º Vice-Presidente

3.º Vice-Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

3.º Secretário

4.º Secretário

1.º Tesoureiro

2.º Tesoureiro

Secretário-Geral

— LUIZ SIMÕES LOPES
— EDGARD TEIXEIRA LEITE
— KURT REPSOLD
— HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO
— FREDERICO MURTINHO BRAGA
— LUIZ GUIMARÃES JUNIOR
— GERALDO GOULART DA SILVEIRA
— SUBAEL MAGALHÃES DA SILVA
— RAFAEL XAVIER
— OTTO FRENSEL
— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENNIO LUIZ LEITÃO
CARLOS ARTHUR REPSOLD
FLÁVIO DA COSTA BRITTO

LUIZ HERMANY FILHO
OSMAR LOPES REZENDE
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
JÚLIO CÉSAR COVELLO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRA

1 — ENNES DE SOUZA
2 — MOURA BRASIL
3 — CAMPOS DA PAZ
4 — BARÃO DE CAPANEMA
5 — ANTONINO FIALHO
6 — WENCESLÃO BELLO
7 — SYLVIO RANGEL
8 — PACHECO LEÃO
9 — LAURO MULLER
10 — MIGUEL CALMON
11 — LYRA CASTRO
12 — AUGUSTO RAMOS
13 — SIMÕES LOPES
14 — EDUARDO COTRIM
15 — PEDRO OZÓRIO
16 — TRAJANO DE MEDEIROS
17 — PAULINO CAVALCANTI
18 — FERNANDO COSTA
19 — SÉRGIO DE CARVALHO
20 — GUSTAVO DUTRA
21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE
22 — IGNÁCIO TOSTA
23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO
24 — JOSÉ BONIFÁCIO
25 — LUIZ DE QUEIROZ
26 — CARLOS MOREIRA
27 — ALBERTO SAMPAIO
28 — NAVARRO DE ANDRADE
29 — ALBERTO TORRES
30 — SÁ FORTES
31 — THEODORO PECKOLT
32 — RICARDO DE CARVALHO
33 — BARBOSA RODRIGUES
34 — GONZAGA DE CAMPOS
35 — AMÉRICO BRAGA
36 — EPAMINONDAS DE SOUZA
37 — MELLO LEITÃO
38 — ARISTIDES CAIRE
39 — VITAL BRASIL
40 — GETÚLIO VARGAS

OCUPANTES

— Rafael da Silva Xavier
— Alberto Ravache
— Geraldo Goulart da Silveira
— Kurt Repsold
— Luiz Marques Poliano
— Armenio da Rocha Miranda
— Ennio Luiz Leitão
— Frederico Murtinho Braga
— Heitor Grillo
— Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
— Edgard Teixeira Leite
— Luiz Simões Lopes
— Jayme Bernardes Cotrim
— Paulo Simões Lopes
— Luiz Hermann Filho
— Luiz Guimarães Júnior
— Iris Meinberg
— Júlio César Covello
— Oswaldo Balarin
— José Augusto Bezerra de Medeiros
— Fábio Luz Filho
— Mário Penteado de Faria e Silva
— Francisco de Assis Iglésias
— Honório Monteiro Filho
— José Carlos de Macedo Soares
— Rômulo Cavina
— Otto Frensel
— Oswaldo Lazzarini Peckoit
— Rômulo Joviano
— José Sampaio Fernandes
— Sylvio Fróes Abreu
— João Carlos Bello Lisboa
— Milton Freitas de Souza
— Flávio da Costa Britto

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Alberto Ravache; Suplente Luiz Marques Poliano; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Luiz Simões Lopes; Conselho Internacional de Comércio e Produção — Edgard T. Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Kurt Repsold; Suplente, Ben Hur Raposo; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Estado da Guanabara — Juvenal da Silva Azevedo; Conselho Federal Consultivo da Agricultura (Ministério da Agricultura) — Flávio da Costa Britto.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

Em 1922, a Comissão que, na Sociedade Nacional de Agricultura, por delegação das autoridades federais incumbidas dos festejos comemorativos do centenário da nossa independência, deliberou fazer realizar nada menos de cinco Congressos, dois deles de caráter internacional ficou em dúvida quanto ao título de um desses certames: o III Congresso Nacional de Agricultura.

Como se sabe, em 1901 foi realizado o I, e em 1910, o II — ambos sob os auspícios do governo da República.

Em 1901 e 1910, os dois Congressos foram "Nacionais de Agricultura", tudo fazendo crer que o III da série também o seria.

Miguel Calmon, Presidente da Sociedade e logo a seguir Ministro da Agricultura, e que sempre levou muito a sério as questões do vernáculo, entendia que à palavra "Agricultura" deveria ser acrescido o complemento "e Pecuária".

Contra este ponto de vista manifestaram-se alguns técnicos, sob o fundamento de que a expressão "agricultura" comportava em si toda a atividade do campo, aí incluída, naturalmente, a criação — a pecuária em todos os seus setores.

Mas prevaleceu o ponto de vista do futuro Ministro: o III Congresso Nacional de Agricultura se realizou com o acréscimo, redundante para uns, mais definitivo para outros.

Talvez porque, pouco antes, realizara-se no Rio de Janeiro (1920) a III Exposição Nacional de Gado, e a pecuária criou voga, ficou mais popular.

Quando da realização do I Congresso

Nacional de Agricultura, o Ministério da Agricultura ainda não havia sido restabelecido, pois isto se deu justamente porque nesse certame, uma das suas conclusões, transformada sucessivamente em projetos de lei e em lei, deu novamente à agricultura brasileira o seu Ministério específico.

A essa primeira série de Congressos sucede agora uma outra, que se expressa na realização do I Congresso Nacional de Agropecuária, realizado em Brasília, em comemoração ao aniversário do Ministério da Agricultura, além de visar aos mais altos objetivos da pública administração em relação à nossa vida rural. Deste, resultou a "Carta de Brasília", que publicamos noutro local.

Foi uma reunião menos aberta que as anteriores, pois daquelas participaram entidades públicas e privadas, lavradores e criadores além de técnicos ligados à atividade, aí incluídos necessariamente os do Ministério da Agricultura, que era, e ainda é, o maior celeiro desses profissionais.

Entre aquela primeira série e esta última (1957), realizaram-se no País diversas "Conferências Rurais Brasileiras", promovidas pela antecessora da atual Confederação Nacional da Agricultura — em algumas capitais dos Estados.

Que venham muitos outros Congressos, não importando os seus títulos ou designações, e que aí se estudem sugestões e idéias adequadas ao nosso desenvolvimento agropecuário e que as medidas nêles preconizadas, sejam postas em prática em favor do desenvolvimento da nossa ainda hoje mais importante atividade econômica.

O DIA DA ÁRVORE



Comemorado na Escola de Horticultura “Wenceslão Bello”

A 21 de setembro último, dia consagrado à Árvore, realizaram-se na Escola de Horticultura “Wenceslão Bello” cerimônias alusivas à data.

No auditório da Escola, presentes todos os alunos do internato, o Diretor, Luiz Marques Poliano, fez uma alocução concludendo os internos a seguirem a prática salutar, ao regressarem aos seus lugares de origem, de ja-

mais derrubarem uma árvore, a não ser por imposição de necessidade absoluta, e quando tal acontecesse, logo ressarcissem esse dano à Natureza com a reposição, não apenas do número dos exemplares sacrificados, mas de muitos outros.

A seguir todos se dirigiram aos locais previamente determinados, onde foram plantadas três mangueiras, cabendo a tarefa

aos alunos mais destacados do Curso Profissional e do Curso de Treinamento Agrícola.

Foram eles: Luiz Bastos da Fonseca Filho (Magé, E. RJ), 1.º ano; José Pedro Dias, (São Pedro dos Ferros, M. G.), 2.º ano; e Paulo Maurício de Oliveira (Petrópolis, RJ, C.T.A.)

A foto reproduz o ato do plantio de uma das mangueiras.

Ensilagem



Transformando milho, sorgo, sobras
de pastos, capins Guatemala, Napier etc.,
em silagem, o gado leiteiro terá
alimentação garantida para atravessar
o período da seca.

UMA COLABORAÇÃO DE PRODUTOS **NESTLÉ**

SETOR AGROPECUÁRIO

Agricultura, Urbanização, Desenvolvimento

A muitos poderá parecer estranho o título desta matéria, mas em realidade ele traduz uma preocupação dos sociólogos modernos, dos políticos, administradores e economistas. A inter-relação entre agricultura, urbanização e desenvolvimento tornou-se tão profunda, no mundo atual, que é mais possível desligar-se o campo da *urbia* e da *suburbia* e do desenvolvimento geral.

No Brasil, o problema assume aspectos mais sérios e graves, porque o esvaziamento do campo não é compensado pela melhoria técnica da agricultura, tampouco as massas que deixam os campos concorrem para o desenvolvimento, por não terem capacidade de trabalho e poder aquisitivo nos centros urbanos, para onde se deslocam. Esse mal que se acentua no Brasil de ano para ano, sem que sejam encontradas as soluções racionais e objetivas, práticas e eficientes, mal que destrói a infra-estrutura social das grandes cidades e abre caminho para os marginais de todas as categorias, não apenas as de ordem econômica, precisa ser encarado de maneira que vinculemos a solução de certos problemas agrícolas com outros nas zonas urbanas, para

têrmos um desenvolvimento em termos de regularidade, e não em termos teratológicos.

Exemplo dessa realidade é a habitação, ruim nos campos, miserável nas cidades para onde se movimentam os homens do interior à procura de melhores condições de vida. Lá a pobreza sossegada, aqui, a miséria agressiva e impiedosa, em uma luta de todos contra todos. As massas, indisciplinadas e deseducadas em todos os sentidos, criam para o Poder Público problemas cada vez mais complexos, e que vão desde os de higiene pessoal até os de ordem de segurança social. Como enfrentar tudo isso imediatamente e de forma racional e com rentabilidade? Dividindo os problemas sem desligá-los uns dos outros e atacando-os em sua essência para solução rápida e global. Tornando-se o mundo cada vez mais urbanizado, cada vez mais cidade e cada vez menos campo, urge que se pense em termos de décadas, para que as gerações de amanhã não se percam na miséria, na desgraça e na fome. Sendo o Brasil um país que pode se desenvolver harmonicamente, embora a urbanização de todas

as suas áreas em termos de aceleração, impõe-se desde agora uma consideração global acerca de todas essas questões para que se crie uma infra-estrutura capaz de permitir um entrosamento entre o campo, a cidade e o desenvolvimento geral, como assinala Charles Abrams, em seu livro *HABITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO*, traduzido e publicado pelas Edições Cruzeiro, recentemente. Essa obra deve ser lida por homens que se envolvem com a agricultura, com o ensino de ciências sociais, com a economia, com a arquitetura e o urbanismo e sobretudo com o governo em si mesmo, pois os problemas levantados são de ordem capital em nossos dias, assim como as soluções apontadas podem ser ajustadas à circunstâncias e servir ao bem comum.

Temos de crescer em todas as direções; temos de nos desenvolver com aceleração em todos os sentidos e setores, mas não devemos e não podemos permitir o crescimento teratológico, que poderia ameaçar a coletividade e criar maiores problemas além daqueles que já temos.

N.N.

A LAVOURA

Reforma

Agrária

BRASILEIRA

Tem o seu plano

QUINQUÊNAL

Com um plano de metas para o quinquênio 67/71, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, baseado na realidade do campo, partiu para seu objetivo: transformar progressivamente os trabalhadores do campo, os arrendatários e os parceiros em uma classe média rural próspera, reintegrando a propriedade em sua função verdadeiramente social e condicionando o seu aproveitamento ao bem-estar geral.

O cumprimento dessas metas, apenas com recursos próprios, só se tornou possível após a realização de um trabalho em tempo recorde que permitiu conhecer a verdadeira estrutura agrária do País. Durante essa fase inicial de implantação da reforma agrária, foi realizado o zoneamento do Brasil, delimitando-se as diversas regiões homogêneas, criaram-se as áreas prioritá-

rias (Nordeste, Brasília, Estado do Rio, Rio Grande do Sul e Ceará), procedeu-se ao cadastramento de 3.800.000 imóveis rurais e com base nesse levantamento, lançou-se Imposto Territorial Rural.

As metas estabelecidas são as seguintes:

CADASTRAMENTO E TRIBUTAÇÃO

O primeiro projeto elaborado para ser cumprido dentro do quinquênio 67/71 é o de Cadastramento e Tributação, que engloba 5 sub-projetos, assim discriminados:

1. Cadastro de Imóveis Rurais, consiste na manutenção do cadastro de 3.800.000 imóveis rurais, prevendo-se um acréscimo de 200 mil novas unidades para 1968, e, nos anos seguintes, além da manuten-

ção do cadastro realizado, um cadastramento de aproximadamente 200.000 novas unidades, resultantes de transações (simples transferências), desmembramentos e remembramentos.

2. Cadastro de Arrendatários e Parceiros prevê a manutenção do cadastro realizado em 1967 (750 mil elementos), um cadastramento em 1968 de 750 mil arrendatários e parceiros, e para os anos seguintes, além da manutenção do realizado, novos cadastramentos de 200.000 unidades anuais.

3. Cadastro de Terras Públicas consiste no trabalho que se realiza nas faixas de fronteiras e também em terras devolutas estaduais, abrangendo uma área de 1.100.000 km².

4. Contrôlo de Contratos Agrários faz-se através do cadastramento de arrenda-

tários e parceiros e do cadastro de imóveis rurais já realizados, com um total aproximado de 750 mil contratos.

5. Cadastro Técnico de Imóveis Rurais, consiste no levantamento, em todas as áreas prioritárias, com base em fotointerpretação e apoio terrestre para caracterização dos imóveis, visando à avaliação do uso potencial atual dos mesmos. Em 1968, o número de unidades a cadastrar está assim distribuído: Rio de Janeiro, 80 mil; Brasília, 15 mil; Rio Grande do Sul, 150 mil; Ceará, 30 mil; e Nordeste, 55 mil imóveis rurais.

A parte referente à Tributação desse primeiro projeto compreende: análise, lançamento, cobrança e controle do Imposto Territorial Rural (ITR), para entrega aos municípios das respectivas arrecadações e cobrança da taxa de Cadastro.

REGULARIZAÇÃO DE TÍTULOS

O projeto de Regularização de Títulos de Domínio e Discriminação de Terras engloba também 5 subprojetos:

1. Discriminação de terras da União, especialmente na faixa de fronteiras, e regularização de títulos;

2. Discriminação de terras devolutas, através de convênios que o IBRA realizará em colaboração com os Estados, visando, principalmente, a regularizar os títulos de domínio e posse e a um prévio conhecimento das terras disponíveis para colonização;

3. Financiamento do desmembramento de grandes imóveis, visando a atender à

solicitação espontânea de seus atuais proprietários com recursos do fundo da dívida agrária;

4. Desapropriação de terras particulares;

5. Levantamento de recursos naturais.

CRIAÇÃO DE NÚCLEOS

Outro igualmente importante projeto para o quinquênio é a Criação e Reorganização de Núcleos, que compreende a criação de novas unidades agrícolas para parceiros que constituirão novos empresários rurais de propriedades familiares, congregados em cooperativas integrais de reforma agrária (CIRAs), nos Distritos de Colonização as várias áreas prioritárias.

Além desse trabalho, o projeto prevê o remembramento e a reorganização de minifúndios, ocorrentes especialmente nas áreas prioritárias.

Além desse trabalho, o projeto prevê o remembramento e a reorganização de minifúndios, ocorrentes especialmente nas áreas prioritárias do Nordeste, de Brasília e do Rio Grande do Sul, e a fixação dos excedentes rurais, nos casos de marginalização de trabalhadores.

A participação do IBRA na constituição do Centro Nacional de Capacitação em Reforma Agrária (CENCRA), sociedade civil de direito privado, vinculado ao Instituto, é também prevista no mesmo projeto.

Os subprojetos programados compreendem, além do CENCRA, a criação de novas unidades agrícolas nas áreas prioritárias, remembramento e reorganização de minifúndios.

PROMOÇÃO AGRÁRIA

O projeto de Promoção Agrária compreende desenvolvimento de comunidades, criação de áreas de demonstração, extensão rural, assistência técnica e crédito, industrialização e beneficiamento, obras de infra-estrutura e comercialização.

Para o desenvolvimento de comunidades serão implantados centros especiais, constantes de, no mínimo, uma escola, um posto de saúde, um posto de informação agrícola e um posto de correio para cada um dos Centros, visando sempre à melhoria dos níveis de saúde, educação, habitação e economia no meio rural, em zonas selecionadas, com o objetivo da mudança de estrutura e elevação dos níveis econômicos e sociais.

Nas áreas de Demonstração serão desenvolvidos métodos e práticas de preparação e conservação de solos, de cultivo e criação, de defesa sanitária animal e vegetal, de seleção de espécies, de melhoramento dos rebanhos, de divulgação, de seleção e de aperfeiçoamento de pessoal. Nessas áreas serão implantados escritórios de extensão rural, para assistência técnica e creditícia aos agricultores.

A industrialização e beneficiamento far-se-á através do capital das CAPIAS (Companhia Auxiliar da Produção de Insumos para Agricultura), visando à implantação de fábricas de ração e adubo; pela concessão de empréstimos às cooperativas e pequenas e médias empresas, para implantação de fábricas de ração e adubo, bem como pela conces-

"A LAVOURA", HÁ 70 ANOS

No número de Setembro 1897

O Crédito Agrícola — A. Ennes de Souza; **Dr. A. Ennes de Souza** — Germano Vert; **Contra os Inimigos (I)** — E. Jacy Monteiro; **Alimentação do Vegetal (III)** — Germano Vert; **Forragens Verdes para o Inverno** — L. P. Barreto; **A Gramma Lanceta e a Gramma Guinéa** — J. Carlos Travassos; **Videiras do Vale do São Francisco** — Dr. Campos da Paz; **Febre do Texas** (Transcrição) Delgado de Carvalho; **Sindicatos Agrícolas** (França) G. V.

"A divisa de Bacon deve ser a nossa — se as experiências não são dirigidas pela teoria, são cegas; se a teoria não é sustentada pela prática e experiência, torna-se enganadora e incerta". (Do Relatório do Ministro Bernardino de Campos, da Fazenda).

No número de Outubro

Extração, Lavoura e Indústria — Ennes de Souza; **Contra os Inimigos (II)** — E. Jacy Monteiro; **A Cultura da Vitis Vinífera** — Campos da Paz; **Açude de Quixadá** — (I) A. Fernandes da Cunha; **A Gramma Jaguaré e o Capim Gordura** — J. Carlos Travassos; **Do Capim Jaraguá ou Provisório** — Aristides Caire; **Exposição Agrícola** — Conrado Jacob de Niemeyer; **Forragens Verdes** (carta) L. P. Barreto; **Batata** (carta) F. de Albuquerque; **Os Resíduos do Café** — E. S.; **Adubos Químicos**, Frank Tauberne; **Necessidades da Lavoura** (trecho do Relatório do Ministro Bernardino de Campos); **Variedades** — **Medidas de Superfície**; **Ervilha de Cheiro**; **A Lavoura e o Gado**.

"O grau de civilização de um povo pode-se avaliar pela quantidade de água que ele utiliza em seus trabalhos agrícolas e pela que ele deixa correr inútil e improdutivo".

H. Sagnier

são de empréstimos às cooperativas e pequenas e médias empresas para implantação ou ampliação de unidades de industrialização e beneficiamento de matérias-primas agropecuárias, por intermédio do Banco de Crédito Cooperativo ou de outras unidades financeiras estaduais.

As obras de infra-estruturas do capital das CAPSEs (Companhia Auxiliar de Prestação de Serviços para Agricultura), pela concessão de financiamentos aos agricultores, associados às cooperativas, para trabalhos de engenharia rural, tais como desmatamentos, destoca,

aração, construção de canais de irrigação, poços e pequenos açudes e outros.

A comercialização será promovida por meio de suprimentos, em fase inicial, às cooperativas existentes nas áreas prioritárias, através de empréstimos a curto prazo.

UMA OPINIÃO

A atuação do Ministério da Agricultura sempre foi relativamente modesta no desenvolvimento agropecuário do Brasil.

No setor agrário, como no setor pecuário, sempre se ressentiu da falta de meios financeiros e meios técnicos.

Os primeiros, devido às verbas relativamente modestas que o orçamento da União lhe destinava, e ainda não melhorou muito sob tal aspecto; meios técnicos escassos porque nunca foram numerosos os técnicos — agrônomos ou veterinários. A formação desses profissionais, de comêço, foi distorcida, salvo profissionais vindos da Escola Luiz de Queiroz e bem mais tarde de Viçosa e de poucas mais, dotadas de meios agropecuários de atuação e ambientação.

Eram profissionais de cidade, muitos preocupados em fixar-se nas sedes capitais ou cidades de importância.

Sem meios, ou dotados de meios insuficientes, a atuação de tais elementos, esforçados e competentes embora, teóricamente era deficiente, pois não eram homens do campo.

O planejamento sempre deixou muito a desejar, em parte porque o pessoal superior provinha dessas camadas de profissionais não preparados para orientar e dirigir.

E eram duros de cabeça. Não aceitavam idéias, mesmo quando fundamentadas pela experiência de outros povos. Um único caso, passado comigo e dois diretores na Reforma Távora, logo depois da ascensão do Presidente Vargas, ilustra bem o que afirmo.

Revia-se a regulamentação

dos Serviços de fiscalização e fomento que, erradamente, estavam praticamente sob a mesma chefia oficial da indústria de produtos de origem animal.

Era amigo de ambos os diretores. Um fora até meu aluno em Curso de Aperfeiçoamento; o outro, meu subordinado, quando interinamente chefiou o Serviço de Carnes. Respeitam no colega mais velho a dedicação ao serviço.

Tratava-se especificamente do caso das fábricas de manteiga. Conhecendo eu o que se fazia na Austrália, país então com algumas características semelhantes às nossas, e tendo lido e opinado sobre o anteprojeto, dêle discordei e disse aos dois diretores.

“Vocês não devem favorecer a proliferação de pequenas fábricas de manteiga. Devem adotar o regime australiano de concentração do creme de leite para fabricação de manteiga em grandes centrais, que não só podem uniformizar o tipo, como melhor prepará-lo para o consumo e melhor distribuí-lo.

O que vão fazer - continuei — é um erro cujas consequências serão a fraqueza da indústria manteigueira, a má qualidade e irregularidade do produto e a inútil multiplicação de “fabriquetas”, sem significação econômica... “Uma fábrica grande pode garantir a qualidade, pode manter uma cadeia de frio, exigência de uma boa qualidade, desde o ato da fabricação até à entrega. Pode fazer embalagem moderna, de cartolina, com papel de alumínio... Nenhuma fabriqueta o poderá e a qualidade da manteiga dessas

pequenas fábricas será sempre precária, para não dizer má...”

Esta foi minha opinião então, aí por volta de 1932-34, e pela qual sempre propugnei. Infelizmente, talvez apoiado na opinião de um excelente técnico laticinista do Serviço de Leite, profissional competente, que não tinha porventura visão completa do problema.

São suposições minhas. Os fatos, as consequências aí estão: o completo domínio do mercado de gorduras de mesa pelos variados tipos de margarinas e a ausência de uma sólida indústria de manteiga. E a situação não é pior porque os holandeses de Campinas e do Norte do Paraná estão combatendo com armas modernas e introduzindo melhoramentos na indústria laticinista, que se refletem também na produção de manteiga. O exemplo demonstra como é importante que as cúpulas técnicas sejam perfeitamente preparadas técnica, científica e economicamente, pois trabalham sobre assuntos diretamente ligados ao desenvolvimento econômico do País. Um pequeno cochilo, um casmurrismo profissional, pode levar, como levou no caso, a um tremendo atraso num setor importante da economia nacional.

Há outro exemplo interessante: os milhões, digamos mesmo bilhões, gastos no setor tritícola. Já aí pela década de 20, Walther Schmidt, na sua pequenina e tão condensada geografia econômica, ensinava que era possível distinguir seis zonas tritícolas privilegiadas: SE da Austrália, Argentina, Chile, N. dos Estados Unidos, Meio — dia do Canadá, NW da

índia, SE da Europa e SW da Europa. Observando um mapa dizia ele: "a situação destas zonas não é casual, mas a expressão das influências climáticas sobre o crescimento do trigo. Todas estas regiões se estendem em redor do paralelo 40.º de latitude setentrional e meridional e pertencem, por conseguinte, às zonas temperadas e subtropicais de ambos os hemisférios, onde o elevado calor estival se associa com um largo período de vegetação. Embora o trigo não exija grande quantidade de chuva, prefere terrenos gordos e de fundo, como são as estepes virgens das pradarias norte-americanas, os pampas argentinos, as terras negras do meio-dia da Rússia, os solos sedimentários do Ocidente europeu, ou as fecundas massas carregadas para o delta do Nilo e para tal cultivo aproveitadas, até que a cultura algodoeira a substituiu..."

Se os que planejaram tornar o Brasil auto-suficiente em trigo conhecessem um pouco de geografia econômica, não teriam tentado transformar o Brasil em um país auto-suficiente em trigo, porque isso está fora das nossas possibilidades naturais. Teriam realizado programas mais modestos, mais realistas, evitando os desperdícios que ocorreram, sem proveito real, pois nossa produção nunca pôde passar de umas 4 ou 5 centenas de mil toneladas, produção cara, de trigo inadequado, talvez, para a boa panificação. Creio que já escrevi, tanto a respeito do primeiro caso como do segundo, pois nunca acreditei muito nas nossas possibilidades tritícolas, mas é bom repisar.

Odilon Braga idealizou os então chamados Agrônomos Regionais. A idéia era magistral. Em cada Estado zonas de produção, onde centralizados ficariam agrônomos do campo, agrônomos de especialização, segundo as possibilidades zonais, veterinários.

Sede, laboratórios, simples, de diagnóstico, material de empréstimo ou de arrendamento mecanizado, com boa assistência, veterinários de combate às zoonoses, que po-

Pelo *SOM* se conhece a
TÊMPERA da
enxada
CORINGA!



"Tire o som" da enxada Coringa. Parece um sino! É a qualidade e a pureza do aço, a temperatura científica, sempre igual. É o som que identifica a enxada de maior "estimação" em todo o Brasil! Coringa está sempre afiada, finindo, porque...

Coringa "afia-se por si mesma enquanto se trabalha!"

VEJA COMO: O fio da enxada é formado por duas chapas de aço superpostas. O lado da fig. nº 1 - é de aço extra-duro; o lado da fig. nº 2 - é de aço extra-afinado. Com o uso, desgasta-se em primeiro lugar o lado da fig. nº 1 - deixando sempre afiado o lâmina de aço extra-duro - fig. nº 2

Um produto da
IND. METALÚRGICA N. S. DA APARECIDA S. A.



Escritório: Rua Líbero Badaró, 471 — 20.º

Tel. 32-9339 — C. P. 8070 — São Paulo

Usina: SOROCABA — Est. de São Paulo

Rio de Janeiro: Av. Rio Branco, 39 — 18.º

andar — Sala 1801 — Fone 23-3597

deriam servir três, quatro, ou mais regiões. Vacinadores. Uma articulação com os fazendeiros e sítiantes. Planificação de trabalho em que o fazendeiro cedendo um pouco da sua gleba, a título precário, permitisse a fixação do colono, transformado em meeiro efetivo, quer de cultivos quer de criação, com projetos de melhoramentos das condições de habitação, sanidade e educação do caboclo.

A grande cúpula central

forneceria a assistência financeira, os recursos técnicos e a severa fiscalização da execução, que não poderia ficar ao arbítrio puro e simples dos chefes de regiões.

Ainda hoje penso que é o melhor caminho para o reerguimento de muitas regiões, e acho que o IBRA deve pesar os prós e contras e tudo fazer para dar à reforma agrária a expressão que deve ter, unido ao Ministério da Agricultura, a que deveria pertencer.

A FOTO INTERNACIONAL



Cêrca de cinco milhões de tratores são mobilizados anualmente a fim de preparar as terras norte-americanas, para receber as plantações mais variadas. Metade das despesas com essa vastíssima operação é para combater as ervas daninhas, trabalho realizado por meio de máquinas e agentes químicos.

As máquinas são preferidas em áreas destinadas à plantação de milho, algodão, uvas, tomates e outros produtos altamente sensíveis aos herbicidas. Fotos IPS nos mostra uma dessas máquinas em ação. (Especial para A LAVOURA).



O A M E N D O I M

Astor Perry, J. C. Wells, J. W. Glover, R. L. Robertson e
F. R. Fox (Trad. da "World Farming" U. S. Dept. of Agr-
culture, maio 1967).

Nota do Editor — Em muitos países as práticas usadas na plantação de amendoim têm-se modificado consideravelmente nesses últimos 10 anos, e essas mudanças têm-se processado de forma tão rápida que se torna, às vezes, difícil para os agricultores manterem-se a par dos meios mais eficientes e econômicos para conseguir alta produção.

PRIMEIRA PARTE — Solo, rotação, plantação e fertilizantes.

Um solo seco, de cor clara e arenoso é o ideal para o amendoim. O solo com uma porção apreciável de argila pode se tornar estorricado, prejudicando o aprofundamento das raízes e também pode aderir à casca, tornando-a descolorida e suja. A colheita será também mais difícil em solos dessa natureza.

Os solos mal drenados, e que freqüentemente têm um

alto conteúdo de matéria orgânica, não se aquecem rapidamente na primavera e torna-se então impossível obter boas plantas nessas condições, e a casca do amendoim se apresentará manchada pelos produtos orgânicos.

A casca do amendoim formado em solos arenosos é geralmente clara, limpa e fácil de colhêr. Essa espécie de solo, no entanto, é geralmente pobre em reservas de matéria nutritiva para a planta, o que torna indispensável um programa adequado de fertilização na época apropriada.

Rotação — Um programa apropriado de rotação de colheitas é fundamental para a produção do amendoim. Embora não haja um bom programa exclusivo, há diversos fatores que devem ser levados em consideração no planejamento de rotações que incluam o amendoim.

O amendoim deve ser plantado em rotações trienais com outras plantas

que recebam uma fertilização relativamente intensa, especialmente de potassa, pois isso ajuda a manter um nível adequado de nutrição das plantas e também proporciona um bom grau de controle contra insetos e doenças. Recomenda-se plantações que resistam à nematóide de "galha de raiz" pois isso ataca o amendoim. O milho, o sorgo e o algodão são algumas das melhores culturas para essa rotação. As plantações de pequenos grãos calham bem depois do amendoim, pois podem ser semeadas depois da sua colheita e isso porque ela não deixa resíduos. As plantas de grãos pequenos formam uma proteção para o solo contra a erosão e águas correntes, durante os meses frios.

Embora essa plantação de pequenos grãos seja fácil logo depois do amendoim, os últimos experimentos indicam que a produção do amendoim poderá cair se ele for plantado logo depois de-



Com um plantio mais prematuro do que o costume talvez seja possível aumentar a produção em muitas zonas.

les. O mais aconselhado logo antes do amendoim é, na verdade, o milho, pois ele resiste bem ao **nematóide de cimento da haste**. Em campos infestados o apodrecimento do colar é freqüentemente mais forte, logo depois do algodão.

Nunca se deve usar fumo, soja ou batata doce logo antes do amendoim, pois essas plantações poderão aumentar a **população da nematoide** e o apodrecimento das hastes.

Plantação — Na zona norte-americana do amendoim os mais recentes testes mostraram a necessidade de se dar mais importância à época e ao método do plantio. As seguintes conclusões podem ser tiradas do que se conhece sobre a tolerância do amendoim ao frio, do tempo necessário para o amadurecimento e das condições de tempo em média:

1. As plantas novas resistem bem ao frio.
2. De modo geral, podem ser plantadas na mesma época do algodão.
3. São necessários de cinco a cinco e meio meses para o amadurecimento.

4. Esse amadurecimento é muito pequeno quando a temperatura noturna chega abaixo de 10.º cent.

Levando em consideração os fatos acima, uma época exata para plantio variará de acôrdo com a zona, mas em algumas zonas tem-se conseguido uma produção com aumento de 6 a 42 por cento, com plantio cedo. Há casos de excelentes resultados com plantios antecipados de 60 dias das épocas normais. É perfeitamente possível que a produção em todos os países seja consideravelmente aumentada, com um plantio mais cedo do que o costumeiro.

O método de plantio deverá ser regulado pelos seguintes fatores:

1. Data do plantio
2. Tipo do solo
3. Conteúdo de umidade do solo.

Os melhores resultados têm sido obtidos, com profundidade de 0,03 a 0,08 cent. em solo leve e 0,05 em solo pesado. Essa profundidade deverá ser aumentada um pouco em condições muito

sêcas ou em plantio atrasado.

Para se conseguir uma germinação rápida e igual, a semente deve ser lançada em uma camada úmida de solo. Se forem abertos sulcos antes do plantio, eles deverão preceder de perto o semeador para que o solo ainda esteja úmido ao receber a semente.

O amendoim deve ser plantado de preferência no plano ou com uma pequena inclinação. A plantação em sulcos, como é geralmente praticada, tem a desvantagem de permitir que as águas da chuva se acumulem nos sulcos, causando uma germinação deficiente. Quando se usar plantio em sulcos, torna-se também necessário atirar um pouco de terra nos sulcos nos primeiros estágios do plantio. Essa prática interfere com a tendência natural da ramificação do amendoim, ao mesmo tempo que facilita o desenvolvimento do apodrecimento das hastes. O plantio tanto no plano como nos sulcos, deve ser seguido por uma cobertura de terra solta atirada logo depois de ser a semente lançada à terra e logo depois apertada ligeiramente com o uso de rodas largas.

Espaçamento — Um dos fatores mais críticos para a produção do amendoim de semente grande, do tipo Virgínia NC2, produzido nos Estados Unidos, é o baixo número de pés da planta. Se o amendoim não reagir bem à fertilização isso pode ser devido diretamente a plantas fracas ou a sulcos muito largos. As plantas fracas naturalmente exigem maior trato de capinas e limpeza. O amendoim exige menos cuidados e produz mais quando plantado em sulcos mais estreitos do que 0,90 cm. A tabela mostra o que acontece quando se reduz a largura dos sulcos de 0,90 para 0,60 cm. Um estudo de dois anos mostrou como resultado um aumento de produção de 250 quilos, quando o sulco foi reduzido para 0,45 cm de largura.

Um número maior de pés também pode resultar em

uma melhor qualidade do produto. Uma redução na largura dos sulcos e um menor espaçamento dos pés tem mostrado, em diversas experiências, um aumento de frutos maiores. Muitos fazendeiros estão agora plantando em canteiros de carreiras de 0,30 a 0,36 cm. Parece que o amendoim cresce melhor em carreiras mais juntas do que nas mais espaçadas.

O amendoim deve ser plantado de modo que cada pé esteja separado do outro uns 0,15 cm, qualquer que seja a largura entre as carreiras. Isso significa que as sementes devem ser plantadas nunca mais do que uns 0,10 cm. umas das outras, para que se consiga bons pés.

Fertilização

A primeira coisa necessária a um bom programa de fertilização é o perfeito conhecimento do solo, e para isso será bom examinar amostras do mesmo um ano antes da plantação. Uma única amostra de solo pode servir para recomendações que sejam válidas por dois anos, ou mesmo mais. Pode-se também pedir que essas recomendações incluam outros fertilizantes para serem aplicados em plantios de milho ou algodão que precedam o amendoim em uma rotação planejada.

Uma alta produção nas colheitas está geralmente ligada ao nível de fertilidade do solo. Em experiências de pesquisa, a Universidade do Estado da Carolina do Norte conseguiu um aumento de produção com o aumento de fertilidade do solo e outras boas práticas.

Pode-se quase garantir um melhor proveito com a aplicação dos fertilizantes às outras culturas que precedem o amendoim na rotação, do que com a sua aplicação diretamente ao mesmo. As colheitas que recebem uma aplicação direta no primeiro ano raramente dão para justificar o uso do fertilizante. Em muitos casos, durante o segundo ano, o amendoim responde melhor ao que foi aplicado indiretamente. Assim sendo, deve-se fertilizar para manter alta a fertilidade do solo nas rotações.



As experiências demonstraram que reduzindo a largura das carreiras e aumentando o número de pés, o resultado são frutos maiores e produção mais abundante.

Potassium

O amendoim geralmente reage mais favoravelmente à potassa se os testes do solo mostrarem um nível baixo ou muito baixo dela. As raízes profundas do amendoim absorvem a potassa e sendo assim, é melhor deixar que ela se infiltre no solo pelo menos um ano, de modo que esteja presente para o amendoim no ano seguinte.

Se fôr necessário aplicar potassa no ano do plantio do amendoim, será melhor misturá-la bem, com uma boa aração alguns meses antes do plantio. Isso é muito importante, e se não fôr feito de maneira certa resultará em colheitas fracas e de má qualidade, porque terá havido muita potassa nas camadas superiores do solo, o que impedirá a absorção do cálcio pelas raízes.

Calcium

Os brotos não se formarão sem cálcio, e se não houver em quantidade suficiente, o resultado serão cascas ócas. Para um produto de primeira qualidade é necessário abundância de cálcio no terreno. Gesso e cal fornecem cálcio. Em alguns casos, o uso de ambos garante uma boa produção de amendoim gráudo.

O gesso deve ser sempre aplicado para garantir um

bom produto, e isso dá melhor resultado quando aplicado na superfície, quando as plantas começam a desabrochar. Deve-se usar 300 a 400 quilos por quarto de alquire (5.000 m²) em uma ou duas aplicações. Para duas aplicações use 200 quilos quando as plantas começarem a desabrochar e outros 200 três semanas depois. A aplicação em duas vezes é melhor em terrenos muito arenosos, especialmente se chover logo depois da primeira aplicação. Se o solo fôr varrido, a quantidade e a quantidade da colheita sofrerão.

Cal não somente ajuda a manter o suprimento de cálcio como também serve para neutralizar a acidez do solo. Espalhe e misture bem a cal alguns meses antes de plantar o amendoim, pois isso lhe dá tempo para reagir e neutralizar a acidez do solo. O ideal para o amendoim é um pH de 6,0 a 6,2.

Nitrogênio

Sendo o amendoim um legume, ele não terá necessidade deste fertilizador. É quase certo que os solos que tenham passado por plantações de amendoim nos últimos cinco anos conterão bastante bactéria fixadora de nitrogênio (*Rhizobium*), mas se o seu terreno não tiver sido usado para amendoim nos últimos cinco anos,

será necessária a inoculação. Aliás, muitos fazendeiros julgam de boa prática essa medida cada vez que plantam amendoim, mesmo em rotações trienais. Aplique o inoculador antes de a semente ter sido colocada no plantador. Se o solo se tornar muito ácido a *rhizobium* não fixará o nitrogênio, e assim é preciso não esquecer as sugestões sobre a cal, de acordo com os testes do solo.

Fósforo

Os solos que tenham sido bem cuidados e fertilizados contêm, geralmente, bastante fósforo para a produção do amendoim. Somente nos solos muito pobres desse elemento é que se notarão resultados com a sua adição. Os superfosfatos ou fertilizantes que contenham esse elemento nutritivo sempre levantam o nível de fósforo no solo. Os solos cujo teste mostrar nível muito baixo desse elemento devem receber até 50 quilos (120 quilos de P_2O_5 ou 600 quilos de superfosfato a 20%, por quarto de alqueire). Uma vez que o nível de fosfato tenha sido elevado até um ponto adequado, ele pode continuar a ser mantido com pequenas aplicações de fertilizadores que o contêm. Isso geralmente é feito por meio de uma fertilização apropriada das outras colheitas da rotação.

Efeito da largura das carreiras sobre a produção de amendoim (*)

Produção 1/2 kg/ 1/4 alqueire		
ANOS	Carreira com 60 cm.	Carreira c/90 cm.
1957	3046	2605
1958	3508	3109
1959	3383	2929
1960	3350	3269
1961	2160	1980
média	3089	2778

(*) Dados de Peanut Belt Research Station, Lewiston, 1957/61.

Manganês

Tem sido notada deficiência de manganês em muitos campos de amendoim. Isso ocorre em solos com um teor natural muito baixo de manganês e que tenham sido tratados com excesso de cal. As plantas com deficiência desse elemento são deformadas e amareladas. Isso pode ser corrigido logo por meio de vaporização de uma solução de sulfato de manganês de 3 a 6 quilos ou com pulverização do mesmo elemento, de 8 quilos por quarto de alqueire. Se for sabido que tal deficiência existe, o melhor será a aplicação de sulfato de manganês à razão de, pelo menos, 13 quilos por quarto de alqueire. Um teste do solo esclarecerá a questão.

Boro

Parece que há uma certa relação entre a forma de danos ocultos no amendoim e o elemento boro da planta. As plantas que tiverem um baixo teor desse elemento podem se mostrar normais quanto à folhagem, mas os seus frutos geralmente terão um ponto manchado e vazio no grão, o que naturalmente diminui consideravelmente o valor da colheita. Esses defeitos ocultos ocorrem mais vezes, e com maior intensidade, nos terrenos arenosos que se tornam muito secos no fim do verão. Uma pulverização de boro de ape-

nas meio quilo por alqueire, durante o mês de agosto, tem-se mostrado eficiente, reduzindo a porcentagem de frutos defeituosos de 7 para 2 por cento.

Embora essa taxa de aplicação possa parecer muito baixa, o fato é que taxas mais altas podem ser tóxicas. A aplicação do boro à razão de um quilo por quarto de alqueire já matou brotos de amendoim. Na vaporização dos pés já crescidos a quantidade aconselhada e segura deverá ser de meio quilo para cada quarto de alqueire.

No momento a aplicação do boro só deverá ser feita no caso de estar havendo danos, e para isso será necessária uma verificação constante da cultura. Isso pode ser feito colhendo-se alguns pés e verificando o estado das sementes depois de abrir a casca. Desde que se note qualquer dano, deverá ser feita imediatamente uma vaporização de boro, na base de meio a um quilo por alqueire.

Outros Nutrientes

Foram feitas numerosas experiências sem que tivessem havido uma reação generalizada às aplicações de diversos outros nutrientes, mas como a produção continua a aumentar, também aumentam as exigências de nutrientes no solo, o que poderá resultar no aparecimento de novas deficiências.

Efeitos da duração de rotação e seqüências das colheitas na produção do amendoim (*)

Duração da rotação	Seqüência da colheita	Produção de 1/2 kg 1/4 de alqueire	
1 ano	Sempre amendoim	2714	
	Amendoim - cobertura de inverno	2734	
	Média		2724
2 anos	Milho - amendoim	3145	
	Algodão - amendoim	3219	
	Soja - amendoim	3119	
	Fumo - amendoim	2911	
	Trigo - amendoim	2779	
3 anos	Média		3035
	Algodão - milho - amendoim	3570	
	Soja - milho - amendoim	3570	
	Fumo - milho - amendoim	3458	
	Trigo - milho - amendoim	3352	
4 anos	Média		3419
	Algodão - fumo - milho - amendoim	3295	

Dados de Peanut Belt Research Station, Leviston, N.C./1955/61.

Instantâneos de gente da roça

S A F O

D. Carminha

Mulato, de carapinha aprumada, desembaraçado, despachado como ele só, tendo a convicção de que ao patrão cabe, sempre, a razão, Valdevinos jamais contrariava a quem considerasse seu superior. Nunca discordava de voz vinda de cima, por maior que fôsse o despautério ou dislate ou despropósito que enunciava-se. Todo solicitude, espargindo amabilidades, era de observá-lo dizendo, entre espreitado e compenetrado, a tudo que ouvia dos maiores: "Perfeitamente". "Sim, Senhor, é isto mesmo". "Exatinho". "Sem tirar nem pôr". "Tal e qual".

Certo dia, no espaçoso terreiro da Granja Guarani, tinha acabado de almoçar, sob frondosas e verdes mangueiras, um grupo de ami-

gos do proprietário e que conhecedor, já, do vêzo político de Valdevinos, combinou lhe dar um trote. Consistiria, êsse, em colocá-lo em situação de tal ordem que, não restando alternativa, tivesse, o moleque, que dis-sentir. De acôrdo com o plano traçado, uma das môças, a quem costumava o garoto, te servir de pagem - polpudamente gratificado, nos passeios a cavalo — mandou chamá-lo e pediu-lhe que preparasse os animais pois, à tarde, iriam sair pelas cercanias.

De inopino, com naturalidade, apontando, em seguida, para um mamoeiro-anão, onde belos frutos, desde quase o chão, convidavam à apanha, solicitou, gentilmente: "Valdevinos, quer escolher para mim, a

melhor daquelas abóboras"?

O choque foi tremendo! Atônito, abismado, o pobre, encara, perplexo, a rapariga. Espia o mamoeiro. Em vão, circunvagava a vista pelas redondezas, à procura de uma abóbora. Engole duas, três vezes em seco, tenso, angustiado.

Súbito se descontrai. Sua fisionomia se ilumina. Brilham seus olhos. Sorrindo largo, mostra a dentadura irregular. Colhe sem vacilar, o mais vistoso dos mamões e apresenta-o, ufano, à môça, com essa tirada vitoriosa: "Dona, a mode que o povo da terra chama isso de mamão, mas... o nome, mesmo, é abóbora, sim, senhora"!

A risada foi geral. Valdevinos era safo, de verdade.

A VERDADEIRA GUERRA FRIA COMEÇA (E ACABA) NO ESTÔMAGO

Em menos de 20 anos, o mundo ocidental poderá defrontar-se com o mais doloroso de todos os problemas morais: decidir a quais, dentre os países em desenvolvimento, se deverão proporcionar os poucos recursos alimentares disponíveis, e quais os que serão condenados a morrer de fome.

Na opinião de dois economistas agrícolas americanos, deveríamos fazer esta escolha imediatamente. Em seu recente livro "Fome em 1975" os irmãos Paddock argumentam que existem certos países que não podem mais ser salvos por qualquer combinação de recursos humanos. Acrescentam que deveríamos deixar de remeter suprimentos a tais países agora, e preservar os nossos recursos para países que possam beneficiar-se deles, em vez de desperdiçar alimentos em uma causa que está fadada ao fracasso desde o início.

Embora secundada pelas frias estatísticas, não é provável que esta conclusão seja acatada por muitos dos que foram educados na tradição humanitarista do ocidente: entretanto, por mais evidente que seja a lógica da situação, está fora de cogitação permitir-se que milhões de pessoas morram de fome agora, de modo a salvar, hipoteticamente, um número maior no futuro.

Apesar disto, o livro dos Paddock talvez ajude a ocasionar o choque necessário para despertar os responsáveis pelas decisões, nos paí-

ses desenvolvidos, quanto à magnitude e urgência da crise alimentar mundial. A catástrofe global talvez possa ser evitada, mas somente através do esforço supremo e concentrado de todas as nações ricas, e através da aplicação dos recursos e capacidades administrativas, tecnológicas e de comunicações, sem precedentes. A América, por exemplo, a maravilha do mundo bem alimentado, levou pelo menos 30 anos para revolucionar seus métodos agrícolas. Nós talvez não tenhamos mais do que uma década para realizar semelhante revolução no "terceiro mundo".

É óbvio que o processo não pode começar sem antes efetuar-se uma modificação tridimensional nas atitudes humanas. Antes de tudo, é preciso que fique patente, na arena política internacional, que é mais importante repelir um desastre mundial causado pela fome em massa, assim como a beligerância que inevitavelmente dela adviria, do que preparar-se para um eventual conflito de raízes ideológicas. Atualmente o mundo gasta cerca de 200 bilhões de dólares por ano em armamentos militares, e apenas 10 bilhões com todo o trabalho que poderia ser classificado como sendo, de algum modo, um fator de contribuição à causa da paz. Encher barrigas deve ter prioridade sobre flexionar músculos.

Os especialistas em comu-

nicação nas sociedades abastadas, geralmente acusados de serem exagerados, terão a tarefa extremamente difícil de apresentar a crise alimentar em suas verdadeiras e aterradoras proporções, partindo da raiz do problema. Os jovens da Califórnia e da Côte d'Azur terão que compreender que a fome não é simplesmente uma doença que pode ser curada com a rápida aplicação de um sanduíche de presunto. Tal conhecimento por parte do público é necessário, para dar aos políticos a liberdade de votar as quantias adequadas para ajuda externa; para estimular contribuições financeiras essenciais, diretamente dos cidadãos comuns; para ajudar a persuadir os jovens com habilitações adequadas a dedicar um ou dois anos de suas vidas treinando seus contrapartidas menos afortunados no país em desenvolvimento, onde a mão-de-obra especializada é mais rara do que o dólar e tão importante quanto ele.

Finalmente a atitude das próprias nações pobres tem que ser modificada, em todos os níveis. Os Governos têm que compreender que uma usina de aço e uma companhia de aviação podem ser "elefantes brancos", sem o apoio de uma sólida economia agrícola. É preciso ensinar ao povo que a agricultura compensa, e que a adoção de técnicas modernas compensa ainda mais. Esta certamente não

é a mais fácil incumbência do futuro próximo: os jovens (de menos de 25 anos), que chegam a constituir 65% da população em alguns dos países em desenvolvimento, tendem a olhar a agricultura como a atividade que manteve seus antepassados em nível de mera sobrevivência durante séculos; desertam a terra, disputam os raros empregos na cidade e tornam-se números nos livros de apontamentos dos sociólogos.

Uma mudança de atitude, e a melhoria resultante em recursos, em técnica e em moral, representará, apesar de tudo, apenas metade da batalha. A outra metade será uma questão para os peritos em logística, ciência que, se ainda não existisse, teria que ser inventada agora. Cada país em desenvolvimento tem suas próprias características e necessidades e cada qual necessita de um conjunto especial de elementos agronômicos vitais: estradas, irrigação, conservação do solo, fertilizantes, sementes de melhor linhagem, maquinaria agrícola, fontes de crédito. A análise das necessidades, em comparação com os recursos disponíveis para atingir uma fórmula-padrão para o desenvolvimento, é trabalho que pode reivindicar a era do computador.

E qual o papel da indústria privada neste gigantesco empreendimento? Com a melhor boa vontade do mundo, os homens de negócio podem achar difícil entrar numa luta tão diferente das suas atribuições habituais dentro da dinâmica do lucro.

Uma corporação canadense, a Massey-Ferguson, atirou-se destemidamente com o seu projeto de Alimento e Desenvolvimento do Mundo Jovem, que atingirá o seu clímax em Toronto, em setembro, depois de seis encontros regionais de jovens líderes rurais pelo mundo. O projeto, realizado graças a uma doação de 500.000 dólares feita pela empresa e em conjunto com a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, visa fortalecer as entidades da juventude rural nos países em desenvolvimento e a in-



Pôsto Policial - Penha - IAPI

Por autorização do General Dario Coelho, Secretário de Segurança do Estado da Guanabara, que atendeu a pedido da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, foi instalado, em dias do mês de setembro, com a presença do Administrador Regional e outras autoridades, o "Pôsto Policial — Penha - IAPI", que se destina a reforçar o policiamento local.

A Sociedade Nacional de Agricultura, mantenedora da Escola de Horticul-

tura "Wenceslão Bello", cedeu à Secretaria de Segurança o imóvel que aparece no clichê.

Esperamos que, da presença e atuação dos policiais destacados para esse novo Pôsto, resultem os melhores benefícios não só para a Escola, constantemente invadida e depredada pelos marginais da vizinhança, como à própria população ordeira da região, também atingida pela ação dos ditos elementos.

centivar, treinar e financiar os futuros plantadores de alimentos.

O encontro de Toronto reunirá líderes jovens altamente categorizados, de mais de 100 países-membros da FAO, e talvez o dobro de observadores de agências governamentais e entidades privadas, nacionais e internacionais. Espera-se que daí resulte um plano-piloto de cenal para um ataque maciço da juventude ao problema alimentar mundial. A FAO calcula que o projeto abrangerá mais de 35 milhões de jovens nos próximos 15 anos.

Evidentemente, esta é apenas uma pequena marola em comparação com a mons-

truosa onda que ameaça desabar sobre a maior parte do mundo, mas é a primeira tentativa desta natureza e poderia revelar uma significativa correnteza movendo valentemente as bases deste mar de problemas. As engrenagens da burocracia giram muito lentamente e o tempo é justamente o único elemento de que não dispomos. Se a indústria privada encontrasse uma fórmula para seu envolvimento direto no problema alimentar, poderia nascer daí o ímpeto que falta para transfigurar o nosso atual — e decepcionante — modo de enfrentar o flagelo da fome.

(Organização de Alimentos e Agricultura das N. U.)

Cooperativismo e a Política Econômica do Estado

FABIO LUZ FILHO

Em "El Cooperativismo Y El Estado" (2.^a edição Intercoop, Buenos Aires) faço sentir que **Sombart** classificou o novo sistema que o cooperativismo encarna da seguinte forma: o cooperativismo restabelece princípios econômicos pré-capitalísticos, elimina o princípio capitalístico do lucro, de vez que a economia existe para o homem, isto é, para satisfação de suas necessidades. Afasta o princípio da concorrência sobre que repousa o capitalismo. Transforma a forma econômica atual. Toda economia ordenada e regulamentada deve ser orientada sobre o consumo, o que só é possível com as necessidades estabilizadas.

Nas sociedades mercantis, o capital acrescentamos, é o dono da empresa econômica; na cooperativa, o capital é considerado apenas um fator de produção, remunerado ao preço do mercado, sendo ele fornecido pelo associado (com exceções nas sociedades sem capital, como as caixas rurais, o que lhe constitui a característica marcante, e outros raros tipos de sociedade). O associado participa, assim, ativamente, do ato produtivo, reduzindo custos e valorizando o trabalho. Um homem, um voto, eis o princípio básico da atividade democrática. No seio da cooperativa, do diálogo igualitário, do entrelaço dialético das idéias. **Todos por um, um por todos...**

No cooperativismo não se visa ao lucro do capital; as sobras, ou excedentes, são a restituição do que os associados pagaram a mais pelo

custo das coisas ou serviços prestados pela cooperativa. Esta restituição se faz em proporção das operações realizadas ou dos serviços prestados. É o esforço pessoal de cada cooperador que se recompensa, irmanados todos pela ação solidária. É a "**vantagem econômica**" que beneficia os associados pela abolição do intermediarismo.

Não há, em cooperativismo "dividendo", que é a renda ou o lucro líquido de uma empresa a distribuir pelos acionistas. É, também, a quota que cabe a credores de certa massa falida. Não tem, pois, nenhum cabimento no que tange a cooperativas, sociedades de pessoas sem fins de lucro, de natureza jurídica *suí-generis* segundo a lei brasileira, que pela primeira vez na América Latina adotou a expressão "quota-parte", ao invés de ação. Nenhum cooperativista ou legislador admite mais essa expressão. O decreto-lei 581 em boa hora baniu a da legislação. Nenhuma lei brasileira posterior adotou essa esdrúxula expressão que está sendo afastada do vocabulário cooperativista universal, notadamente das leis latino-americanas.

Os italianos dão estas características para o retorno:

- a) o **sujeito**, a cooperativa;
- b) o **objeto**, uma soma (que se não confunde com o dividendo) proporcional às operações realizadas pelo associado através da cooperativa;
- c) **beneficiários**, os associados;
- d) a modalidade da distribuição, que é uma parte do preço pago a mais por bens e serviços.

Georges Lasserre diz que, por essa regra de proporcionalidade, se realiza a justiça comutativa.

É, sem dúvida, o cooperativismo, econômica e socialmente, como já se disse, um sistema democrático de justiça distributiva, escola de cidadania.

No Congresso de Copenhague, o relato do Comitê Central da Aliança Cooperativa Internacional, abrangeu os resultados de um inquérito sobre as relações entre as cooperativas de consumo e as agrícolas, isto é, as tão necessárias relações intercooperativas, como as relações entre o Movimento Cooperativo e os poderes públicos. Eis as conclusões a que chegou:

1.^o — As cooperativas devem ser completamente livres e independentes. Por esta razão não é possível que vivam em países nos quais não exista a liberdade de associação.

2.^o — O movimento cooperativo deve gozar de todas as possibilidades para estender a sua esfera de ação e intensificar a sua influência, não só do ponto-de-vista econômico, mas, sobretudo, no sentido de influenciar a política econômica e social do Estado.

3.^o — O desenvolvimento econômico e social dos países de economia dita mista, é possível com a aplicação crescente dos princípios cooperativos, desprovidos que são do espírito de lucro, e com a participação ativa do Movimento Cooperativo na elaboração da política econômica e social do Estado.

4.^o — O movimento cooperativo está em condições de

ENXERTOS DE CITRUS



Sobre porta-enxertos de Trifoliata, organizou a direção da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", com a colaboração dos alunos internos, um viveiro de 1.000 enxertos de citrus.

À vista dos bons resultados alcançados, inscreveu-se a Escola no Concurso instituído pela Lei n.º 878, de 14 de novembro de 1956, regulamentada pelo Decreto n.º 403, de 6-5-1965, obtendo o 1.º lugar na categoria da Produtividade, Classe B.

O clichê reproduz o Certificado expedido pelo govêrno do Estado da Guanabara, cabendo ainda à Escola como complemento da láurea, um prêmio em dinheiro correspondente a 150 salários mínimos da região (NCr\$ 1.575,00).

influenciar a política econômica e social do Estado de diversas maneiras:

a) colaboração nas Comissões que se ocupam de modo permanente dos problemas econômicos e sociais, assegurando, assim, um contacto contínuo, o qual é de uma importância e de um valor maior que a apresentação de declarações escritas e a colaboração de Comissões especiais;

b) procurando ser ouvido

pelas autoridades públicas no que tange à elaboração e a aplicação da legislação econômica e social.

5.º — A verdadeira influência do Movimento Cooperativo sobre as providências econômicas e sociais, não depende da forma que assume a sua colaboração, mas, acima de tudo, da sua economia nacional.

6.º — Para o Estado democrático é do mais alto interesse assegurar a liberdade

de ação e de desenvolvimento do Movimento Cooperativo, quaisquer que sejam as mudanças da força real no País (sobre o que devemos meditar).

7.º — As cooperativas estão em condições de participar e devem participar da obra preciosa que as Nações Unidas e os órgãos especiais, particularmente o B.I.T., a F. A. O. e a U N E S C O realizaram nos países subdesenvolvidos.

Flávio da Costa Britto

Nôvo Presidente da Confederação Nacional da Agricultura

A 5 de setembro último, tomou posse a Diretoria da Confederação Nacional de Agricultura, em solenidade muito concorrida, a que compareceu, representando o Presidente da República, o Ministro Jarbas Passarinho.

A Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura esteve presente na sua grande maioria, com o Presidente Luiz Simões Lopes à frente, em demonstração de apoio ao Presidente Flávio da Costa Brito, antigo e leal companheiro, como diretor da instituição de que é órgão esta revista.

É o seguinte o discurso do Senador Flávio Brito, o qual vale por um programa para a sua gestão no órgão máximo da classe rural do País.

“Ao ascender à Presidência da Confederação Nacional da Agricultura, após ter tido a honra de integrar a Diretoria cujo mandato hoje termina, quero inicialmente expressar meu profundo reconhecimento às Federações que, em unanimidade, me conduziram a este alto posto. A par desse sentimento de gratidão, ante esse inequívoco gesto de confiança, sinto-me bem consciente das graves responsabilidades advindas, mas reconforta-me sobremaneira a certeza de que, com o apoio dos líderes estaduais, serão superadas as dificuldades e vencidos todos os obstáculos que acaso venham a surgir, empesando a efetivação dos complexos encargos da mais alta entidade representativa do empresariado rural do País.

Na primeira reunião do Conselho de Representantes, com que se concretizou o regime sindical da Classe, ficou bem ressaltado o alejamento dos processos de politização das entidades estaduais, que já caminham para céere atuação no sentido de que pelos municípios se disseminem os Sindi-

catos e que se efetive a transformação das antigas Associações. Resta agora apenas prosseguir, com pertinácia, na catequese, empenhando nesse esforço toda a união e todo o espírito de concórdia e cooperação que deve caracterizar a política da Classe Rural.

Temos a responsabilidade de dar prosseguimento, dentro das programações do Plano Trienal, a essa alta missão que o Poder Público nos delegou. Dentro desse quadro, haveremos de intensificar a colaboração com os órgãos e as entidades representativas da política de renovação rural adotada pelo Governo, principalmente com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, com a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, com as Secretarias de Agricultura e as demais entidades públicas e privadas atuantes, direta ou indiretamente, no campo da agricultura.

Nesta fase de adaptação aos cânones sindicais, felizmente poderá a CNA contar com a lúcida orientação de

um grande Ministro de Trabalho e Previdência Social, o eminente Senador Jarbas Passarinho, homem público de ação, como bem demonstrou em sua fecunda e dinâmica administração no Governo do Estado do Paraná, e estadista de amp'la visão político-social, como vem patenteando em sua corajosa gestão à frente do Ministério do Trabalho, mercê de suas altas credenciais de inteligência e de cultura, que o projetam no cenário nacional como um dos mais autênticos líderes da democracia cristã. Em estreito entendimento com os órgãos do Ministério do Trabalho, atuantes no campo da sindicalização rural, haveremos de incrementar o movimento de arregimentação do empresariado nos Municípios, porque somos dos que dão prioridade às soluções descentralizadas, através das células administrativas da União, onde realmente se plasma qualquer processo de renovação nacional.

Ao assumir a Presidência da Confederação, rejubilome pelo fato auspicioso de a Classe contar, na Pasta da Agricultura, com a clarivi-

dência e competência de um grande técnico — o Senhor Ministro Ivo Arzuva, que, como bem demonstrou em sua atuação para dar ao País a Carta de Brasília, saberá conduzir as atividades agrárias a rumos construtivos, dentro das realidades nacionais, efetivando, ao serviço da coletividade, o binômio produção-abastecimento.

Tornando ainda mais otimistas as perspectivas para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do parque rural brasileiro, temos nós, os homens do campo, a certeza de que, na Presidência da República, se encontra o eminente Marechal Artur da Costa e Silva, que, desde a enunciação de seu programa de governo, corajosamente proclamou a necessidade de se dar ao problema agrário a prioridade que a conjuntura nacional inexoravelmente reclama. Seus atos de governo, suas atitudes e os rumos iniciais de sua administração confirmam a fidelidade de S. Exa. a essas diretrizes e a Agricultura — estamos certos — há de sempre contar com o apoio do ilustre Chefe do Estado para as suas reivindicações, que correspondem às inadiáveis exigências do progresso da agro-indústria. O momento é de ação, e de ação corajosamente construtiva — e o Presidente Artur da Costa e Silva cada vez se integra e se esforça no sentido da solução dos problemas da produção e do abastecimento.

Em estreita cooperação com o Poder Público e congregando a Classe para o estudo da programática rural, confio em que a Agricultura há de caminhar para o desenvolvimento e para a consolidação de sua economia.

Ao assumir a Presidência da Confederação Nacional da Agricultura, sucedo a um dia Agricultura, sucedo a um grande líder — o Dr. Iris Meinberg, o pioneiro do Associativismo, a quem a classe está devendo os mais altos e assinalados serviços e que tanto se desvelou e que tanto se magnificou na obra agigantou na obra de trazer os agricultores brasileiros à integração política nacional. É uma honra suceder a tão eminente ruralista, e a consciência dessa responsabilidade importa em poderoso estímulo para que

me empenhe, com todo o ardor, nas tarefas de preservar e prestigiar as conquistas já realizadas em seus longos anos de apostolado.

Ao lado de Iris Meinberg, a Diretoria da CNA teve figuras exemplares de ruralistas, e quero aqui evocar a esplêndida e desinteressada colaboração prestada por Luis Emanoel Bianchi, Josaphat Macêdo, Edgard Teixeira Leite, João Cleófas de Oliveira, João Batista Lusardo, Lindolfo Martins Ferreira, Amaro Cavalcanti, Durval Garcia de Menezes, João Napoleão de Andrade, Kurt Repsold, Gileno De Carli, Dolor Ferreira de Andrade, Alkindar Junqueira, José de Albuquerque Lins, Fábio Yassuda, Nestor Jost, Rui Palmeira, Francelino Bastos França e outros, tantos outros, que a Classe há de reverenciar com o seu melhor apreço, pelo muito com que contribuíram para a consolidação da CNA.

Não subestimo os novos encargos a mim delegados pelo Conselho de Representantes. Sei bem do vulto das dificuldades que terei a vencer, mas, nesta solenidade, muito me reconforta e anima poder asseverar que sou um homem de equipe, não somente pela minha formação de caráter como pela experiência do dia-a-dia, na vivência e na prática do cooperativismo.

Ao longo de minha vida, tenho encontrado múltiplos obstáculos, que teriam sido para mim intransponíveis, se mãos amigas me não tivessem ajudado a vencê-los. E de tanto receber gestos tão fraternos, aprendi a entender, também, minha mão a meus semelhantes. E tenho-a estendido vêzes sem conta e estendê-la-ei tantas quanto preciso, por me lembrar que ontem eu necessitei; por me lembrar que, amanhã, poderei necessitar.

Trago, pois, para esta Casa, o propósito firme e inabalável, e o qual tem sido a constante de toda a minha vida, de cooperar. De cooperar com os demais diretores, para que possamos corresponder à honrosa confiança que nos foi outorgada; cooperar com a Classe Rural, para que ela se torne cada vez mais forte, a fim de que possa exercer, efetiva e ca-

balmente, sua decisiva missão sócio-econômica nos mais altos destinos do País; cooperar com o Governo, para que ele consiga atingir seus elevados objetivos econômicos e sociais, em benefício de todos os brasileiros; cooperar com os trabalhadores camponeses, para que haja paz social, tão imprescindível ao desenvolvimento da Nação.

"Há muitos projetos no coração do homem, mas é a vontade do Senhor que se realiza". Somos, durante toda nossa vida, um joguete das circunstâncias imprevisíveis e imponderáveis. Os planos mais bem urdidos às vezes nem sequer podem ser postos em execução. Por isso, não lhes digo o que vou fazer, mas apenas o que pretendo fazer.

Meu programa de trabalho será o de cumprir, fielmente, o Plano Trienal aprovado pelo soberano Conselho de Representantes desta entidade. Esse será nosso ponto-de-partida. Fora disso, agiremos conforme as circunstâncias, de acordo com as ocasiões. Uma organização como a nossa, que se constitui numa poderosa força propulsora de progresso material e espiritual, não pode ser contida em compartimentos estanques. Ela é dinâmica e, como tal necessita de largos espaços para poder cumprir com suas finalidades de agente de progresso.

Não tenho a tóla vaidade de considerar-me o dono da "última palavra", conquanto eu saiba proferi-la, se as condições a tanto me obrigarem. Por isso, não terei pejo em pedir conselhos, em aceitar sugestões e procurar sempre auscultar a opinião dos mais experientes, a fim de manter o que deve ser mantido e modificar o que deva ser modificado.

Darei ênfase à Sindicalização Rural, e, na defesa dos justos interesses do ruralismo, não distinguirei entre Estados grandes e pequenos. Para todos, terei a mesma solidariedade e o mesmo ânimo, a mesma lealdade e o mesmo interesse no encarecer suas justas reivindicações.

Sei que antes de mim vieram alguns e que depois de mim virão muitos. Todos

nós passamos, pois somente a idéia é essencialmente imutável. É ela que une os homens, que ergue bandeiras, que constrói, que dá esperança, que incute fé, pois "não há ateus numa trincheira avançada".

A nós cabe apenas, durante a fugacidade de nossa passagem, procurar marcar nossa presença como sendo útil, justa, leal, e lembrando que cada célebre minuto que passa também faz parte da Eternidade.

Ninguém pode gabar-se do dia de amanhã, porque não sabe o que ele poderá engendrar. Mas a ninguém também é lícito e justo criticar, condenar, desmerecer, antes que tenha motivo para isso.

Ésses, os meus propósitos; essas, as minha diretrizes básicas à frente da CNA.

Dentro dêsses rumos, pretendo recorrer a todos os instrumentos facultados pela infra-estrutura da Confederação, de modo a que se possa obter rendimento pleno de seus recursos técnicos e administrativos. Assim, pretendo, conforme as exigências da conjuntura, estabelecer as Comissões Especiais necessárias ao estudo dos problemas prementes da Agricultura, convocando os homens mais representativos da Classe no setor em foco; e pretendo igualmente estruturar, o mais breve possível, o Conselho Consultivo da CNA, que, graças à vivência de seus titulares, há de capacitar a Diretoria para a melhor solução no interesse da Agricultura e dos agricultores.

Outra providência a ser efetivada com prioridade, é a mudança da sede para Brasília. Nenhum argumento aparece com idoneidade para justificar a permanência da sede no Rio de Janeiro, mesmo porque a mudança é imperativo legal e vem ao encontro dos patrióticos esforços do Governo do Marechal Artur da Costa e Silva, no sentido de integrar Brasília, definitiva e imutavelmente, na comunidade nacional. Não faltará a cooperação da Classe a tão nobre propósito, mesmo porque as atividades rurais se caracterizam por sua interiorização, pioneira através dos séculos.

A nossa classe, hoje, está em pé de igualdade com as demais atividades econômicas do País. Está organizada, graças ao trabalho pioneiro de muitos, que já se foram, entre os quais é obrigatório citar: Ildefonso Simões Lopes e Arthur Torres Filho.

Ao primeiro, se deve a primeira Confederação Rural Brasileira; ao segundo, a lei de transição, o Decreto-lei 8.127, que preparou a agricultura brasileira para a sindicalização, em que hoje nos encontramos. Teremos de mencionar, também, nessa fase difícil: Mário de Oliveira e Alkindar Junqueira, que, com Iris Meinberg, formam a tríade da galeria dos presidentes desta Casa.

Não poderíamos, outrossim, esquecer Luiz Simões Lopes — continuador da obra do seu ilustre pai — e Manoel Carlos Ferraz de Almeida, e muitos outros que ajudaram esta Confederação a atingir as culminâncias em que se encontra.

Seria imperdoável uma omissão, antes de encerrar-se esta solenidade — e é bem grato ao meu coração exaltar aqui a figura modelar da

mulher ruralista, na pessoa de D. Tildinha Meinberg, cujo devotamento e cujo desprendimento permitiram a seu Espôso com idealismo dedicar-se, durante tantos anos, às campanhas da CNA, roubando-o ao convívio do lar sem uma vez sequer antepor-se à missão que o empolgava. Bem haja tão nobre exemplo de grandeza de coração — e, beijando as mãos de D. Tildinha, reverencio aqui a mulher brasileira, padrão admirável de virtudes cristãs.

Antes de terminar, Senhoras e Senhores, quero apresentar meus agradecimentos pela presença prestigiosa, nesta solenidade, de tão altos representantes do Poder Público, e quero renovar, com a maior convicção ruralista, o apelo no sentido de que todo o empresariado se congrege em torno de suas entidades, para que elas possam se revestir de expressão política cada vez mais poderosa, capaz de trazer ao Brasil o voto e o parecer dos que, labutando no campo, sentem com legítima timidez os anseios nacionais e a eles se dedicam com o ânimo inquebrantável dos verdadeiros patriotas".

CAMPANHA DO ÔVO

O Sr. Cravo Peixoto reuniu-se na primeira quinzena de setembro com os produtores de aves e ovos dos estados da Guanabara, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo, debatendo a possibilidade de estabilizar os preços dos dois produtos, como sucedâneos da carne entre outubro e dezembro.

O representante da União Brasileira dos Avicultores disse, ao Sr. Cravo Peixoto, que considerava inócua a campanha visando a tornar os ovos gêneros de primeira necessidade, sem que sejam adotadas medidas que visem impedir as constantes elevações nos preços das alimentações das aves, que provocam os aumentos.

Assinalou que incentivar o povo a comer ovos em substituição à carne bovina,

interessa aos avicultores mas, "é necessário que também sejam adotadas medidas complementares, no sentido de impedir as oscilações de preços da matéria-prima usada na avicultura".

"Não adianta apenas mandar o povo comer ovos, e permitir que estes continuem subindo de preços, sempre que haja condições de competirmos com a carne bovina".

Os produtores, de uma forma geral, reivindicaram à SUNAB uma fórmula de estabilizar os preços das matérias-primas, financiamento para a instalação de frigoríficos ou financiamentos da estocagem em frigoríficos da COCA e CIBRAZEM, e a colocação dos ovos e aves na política de preços mínimos.

A LAVOURA

Exportação Brasileira de Reprodutores Zebuínos Seleccionados

Julio Cezar Covelo

Agrônomo — Economista

O assunto referente ao título supra merece um rol de sérias considerações e a máxima atenção dos estudiosos da nossa economia e dos que se preocupam com os problemas brasileiros de base, um dos quais, pela sua importância, é, indiscutivelmente o da pecuária de corte.

Há cerca de 60 anos passando a massa total do rebanho brasileiro de bovinos para corte era constituída de um conjunto de baixa, ou de nenhuma categoria, mesclado, em processo de "refinamento" progressivo preponderando em certas regiões os tipos crioulos francano, junqueiro, cuiabano, curraleiro, pantaneiro, tucura, pé duro e outros, hoje, alguns deles, só lembrados pela tradição e cujas origens raciais duvidosas, perdidas nos primórdios da era Colonial, constituíam motivos de discussões entre os eruditos e especialistas da época.

Apertas no Sul do País os rebanhos gaúchos, sob a influência das raças inglesas importadas e adotadas pelos platinos, já evoluíam rapidamente sob esse influxo, condizente aliás com o meio ecológico a elas apropriado.

Nessa época, pecuaristas do Brasil Central, principalmente Mineiros, de grande visão futura decorrente do pleno conhecimento do ambiente pastoril da região e da ininterrupta decadência genética de seus rebanhos, promoveram o movimento importador dos rústicos reprodutores zebuínos, enfrentando todos os riscos, inclusive os de ordem sanitária, extensíveis aos rebanhos locais.

Essas importações revolucionaram o ambiente pecuário nacional. Foi uma dura época de lutas memoráveis pró e contra o Zebu, só declinando elas de intensidade

à medida que as previsões otimistas dos zebuístas foram-se evidenciando e confirmando no campo, através dos inegáveis resultados práticos que, paulatinamente, passaram a silenciar a oposição ao gado indiano. Essa renhida luta foi demorada. Apesar da evidência crescente do acerto da atuação dos zebuístas, as acirrantes paixões, já infiltradas de jacobinismo, delongaram, por cerca de dois decênios, a oposição ao Zebu, muito embora viesse esta perdendo substância, terreno e intensidade a despeito dos nomes respeitáveis e da qualidade da imprensa que lideraram o procedimento opositor ao indiano.

Hoje, apesar da plena e indiscutível vitória e implantação do zebu nos campos do Brasil Central, há ainda extensos setores desta região onde, por força das grandes distâncias isoladoras neste país continental e do tipo dos criadores aí existentes — pequenos e médios — a penetração e disseminação mais intensas do sangue zebuino são tremendamente necessárias.

A guerra ao zebu estendeu-se também, subsequente, contra a aceitação de sua carne pelo mercado internacional. Neste terreno, as carnes platinas, de alta qualidade, já tradicionais nos mercados europeus ou elas habituados, agiram na manutenção temporária do sucesso relativo daquela campanha. Isso, todavia, já é história de um passado econômico que se distanciou.

As carnes brasileiras atuais, do gado zebu ou azebuado, estão vitoriosas nos mercados mundiais e mesmo preferidas, tanto por força de qualidades adquiridas como da sua menor taxa de gorduras.

A baixa exportação brasileira atual resulta, entretan-

to, não de restrições às qualidades do produto exportado, mas por força, tão-somente, de lamentáveis procedimentos oficiais perturbadores e restritivos.

Tocando-se neste assunto de comércio externo de carnes bovinas é conveniente ficar acentuado que as atuais cotações internacionais importadoras do produto são perfeitamente compatíveis comercialmente com as do nosso mercado interno, não valendo, portanto, para legitimação das medidas oficiais restritivas das nossas possíveis exportações, a alegação de excessivos preços internos frente aos dos mercados estrangeiros importadores, nem quanto ao regular suprimento interno, embora subordinado este ao reduzido poder aquisitivo atual do consumidor.

O comportamento atual dos preços da carne para o consumo europeu vem evoluindo na proporção direta do "deficit" do produto bovino disponível, "deficit" esse calculado, no presente ano, em cerca de 800.000 toneladas só no âmbito dos países constitutivos do Mercado Comum Europeu.

É de se esperar ainda, a acentuação desse "deficit" pelos seguintes motivos:

- a) A França, até há pouco auto-suficiente e exportadora de sobras da própria produção de carnes, já não exporta, pois que a necessidade de ampliar sua agricultura de subsistência forçou a adoção de política redutora das áreas de pastagens para serem utilizadas na agricultura mecanizada, o mesmo acontecendo com a Itália que, todavia, além de não exportar não dispunha e não dispõe de auto-suficiência abastecedora.
- b) A Iugoslávia, cuja pro-

dução era e é relativamente pequena, vem canalizando suas atuais exportações para os mercados dos países socialistas quando, anteriormente, eram elas canalizadas para países da Europa não socializada.

- c) A atual e elevada renda "per capita" dos países europeus determinou muito maior consumo de carnes e, consequentemente, mais acentuada procura desta.
- d) O desenvolvimento do turismo à Europa vem ampliando um crescente consumo de carnes finas para atendimento dessa numerosa clientela rica e, por isso mesmo, exigente.
- e) O Japão tornou-se também consumidor de carne bovina, importando-a maciçamente de áreas produtoras mais próximas, desfalcando assim quantitativos elevados, anteriormente canalizados para a Europa.
- f) Os países produtores e exportadores tradicionais não evoluíram crescentemente nos quantitativos exportáveis.

Diante desses aspectos, ao Brasil se oferecem condições excepcionais ao desenvolvimento de sua pecuária de corte e de comercialização segura de toda a produção resultante. Conhecido que é o seu potencial pecuário atual e os vastos recursos estáticos existentes, à espera apenas de tranqüilas condições político-econômicas e de acertada ação administrativa para serem dinamizados, e ampliado por isso aquele potencial, é fácil prever-se o vulto desse desenvolvimento dentro do próximo decênio, desde que ao abrigo da ação perturbadora de órgãos oficiais ou oficiosos, social e economicamente incapazes como têm-se revelado até hoje.

Diante do vitorioso exemplo brasileiro, de introdução na sua pecuária de corte das raças indianas, a aceitação destas pelos demais países com pretensões a produtos, mesmo daqueles que, inicialmente, criticavam e ridicularizavam o esforço e atuação dos pecuaristas nacionais, vem determinando a

procura de reprodutores zebuínos, principalmente na área brasileira onde, sem as lutas, os riscos e os prejuízos das importações diretas enfrentadas pelos brasileiros, encontrarão animais geneticamente melhorados em relação às finalidades necessárias ao atendimento do fim a que se destinam, aclimatados e perfeitamente identificados com o ambiente do Brasil Central, que se considera hoje, na realidade como sendo o seu "habitat" ideal.

Muito embora seja incôgnovel, mesmo aos pessimistas, a evolução melhoradora do rebanho brasileiro nas últimas décadas, evolução essa devida principalmente ao sangue zebu, restam ainda, neste país enorme, e a largas distâncias, vastas áreas pecuárias, pouco evoluídas, com grande rebanhos sob regime criatório extensivo, onde a penetração do sangue zebuino tem sido tenuíssima tal como acontece nas zonas central e noroeste de Mato Grosso, alto, médio e baixo Tocantins em Goiás, sul da Bahia, além do Piauí e outras zonas nordestinas, acrecidas do Território de Rio Branco, ao Norte.

Pode-se considerar, sem medo de exagero, que os rebanhos de cria das zonas citadas englobam cerca de 8 a 10 milhões de vacas de cria, mal casadas quer seja sob o ponto-de-vista qualitativo genético, ou de deficiência quantitativa de machos crioulos, mesmo de baixa categoria. Nestas condições, esses rebanhos, sob criação extensiva, deveriam absorver e conter, pelo seu volume atual, nada menos de 160.000 a 180.000 reprodutores zebuínos oriundos dos plantéis selecionadores do País, de tipo qualitativo não registrado ou comum, e dos expurgados da produção categorizada desses plantéis e, por isso, possuidores de condições genéticas não existentes nos crioulos das fazendas sertanejas. Mesmo que o tipo destes últimos machos seja aquele destinado à castração para engorda por deficiência de características satisfatórias da raça, desempenhariam eles alta função melhoradora paulatina daqueles rebanhos de baixo índice racial.

As razões alegadas, justificativas da necessidade de exportar reprodutores, atêm-se exclusivamente, os atuais dificuldades financeiras dos criadores de plantéis de vacas selecionadas, decorrentes da falta de compradores de seus produtos racialmente finos que se acumulam. Essas razões existem de fato na presente quadra, mas como decorrência de crise que atingiu o invernista e como consequência, o criador de gado magro também. Acresce mencionar que além das causas fundamentais implantadoras da presente crise — atuação nefasta de órgãos oficiais tanto na pecuária de corte como na indústria de carnes — há ainda, como agravante da situação a presente seca que está se constituindo em calamidade, impedindo que os invernistas, pelo estado desastroso de suas invernadas, adquiram dos criadores, em tempo oportuno, novas boiadas magras para a safra gorda do próximo ano. Diante do exposto, é forçosa a conclusão de que o grande prejudicado é o criador extensivo produtor de gado magro cuja produção, além de acumulada atualmente nos campos criatórios superlotados e resseguidos, não facilita, como normalmente, os recursos financeiros periódicos decorrentes da venda de suas tropas magras aos invernistas. Jamais o nosso criador poderia ser acoinado de infenso a reprodutores finos ou de desinteressado por animais de qualidade que sempre ambiciona.

E não se diga que a sua situação atual de dificuldades decorre, casual e unicamente, de um acidente meteorológico passageiro. Não. Há três anos já que a vida do produtor conjuntamente com a do invernista, ambos integrantes principais da máquina pecuária produtora, ingressou em período deficitário por força da atuação desnorteante, anárquica e incompetente de órgãos oficiais, cuja obrigação seria a de impulsionar a economia pecuária para melhor defender os interesses consumidores do País. Aos invernistas, este ano, obrigaram a manter grandes excedentes

de boiadas gordas na; inver-nadas secas e batidas de frio, perdendo assim enorme ar-robagem que poderia ter si-do exportada com facilita-de, impondo-lhes prejuízos vultosos que se refletiram sobre os criadores.

Isto, entretanto, não bas-tou. Agora as autoridades superiores, as bancárias ofi-ciais, inclusive o próprio Ita-marati, conclamam os cria-dores de plantéis seleciona-dos das raças zebuínas para exportarem reprodutores fi-nos. Essa decisão oficial, que se refletirá melhorando a si-tuação atual dos criadores de plantéis finos, agravará sen-sivelmente as condições dos criadores, extensivos que ex-ploram cerca de 36 milhões de vacas de cria.

Visão econômica do inte-rêsse nacional a ser preju-dicado profundamente por essas exportações, solicitadas pelo próprio governo, não foi levada em conta por dis-plícência ou incompetência dos economistas oficiais. O que importa para eles é ex-portar mais uma mercado-ria, muito embora essa mer-cadoria exportada venha, de futuro, a restringir nossas possíveis exportações de car-ne, na razão direta do quadro das exportações de reproduto-res brasileiros. Nesse afã de exportar reprodutores es-queceram-se, os seus emula-dores oficiais, da preterição a que fôra condenada, irra-cionalmente, a carne expor-tável das boiadas gordas ex-cedentes desta úti-lentamente devorada nas in-vernadas pelo frio e pelo ri-gor da seca, ao invés de ser encaminhada, em tempo oportuno, para os mercados externos europeus, tão ávi-dos dela como nós por moe-das fortes. Para eles a Eco-nômica não é uma ciência de previsão e preparo do futu-ro pelo estudo do passado e análise do presente.

Esta política, se mantida, restringirá o campo impor-tador de carnes, não só pelo aparecimento de novos ex-portadores concorrentes, co-mo da auto-suficiência pro-dutora de países que atual-mente importam carne para seu consumo. Não se pre-tende defender para o País uma posição imperialista ou hegemônica futura como produtor de carnes.

Defende-se tão somente a

integridade e o desfrute do-méstico dos nossos plantéis puros, tão custosamente conseguidos, e que consti-tuem hoje patrimônio na-cional, embora de proprieda-de privada.

O gado indiano ainda exis-te lá, na sua origem asiática, à disposição e à espera de quem o pretenda importar.

Há ainda, que a regula-mentação das exportações de reprodutores nacionais es-tabelecerá segundo é pleitea-do, a legalidade de sua efeti-vação permanente, pois que, segundo razões lógicas, a des-valorização da moeda brasi-leira determinará uma pro-cura acentuada e volumosa dos nossos reprodutores, cujos preços internos, tam-bém em elevação como efei-to, dificultarão sejam eles, quantitativamente, mais aproveitados pelos nossos criadores. Diante do que pretendem pôr em prática, teremos os selecionadores brasileiros de raças zebuínas em constante progresso eco-nômico e financeiro, ao lado de uma criação nacional pa-ra corte e dos respectivos criadores em marasmo gené-tico e econômico que signi-ficará regressão.

Não se duvida de que os integrantes da pecuária na-

cional, inclusive os selecio-nadores, precisam de soco-ro passageiro. Todavia, este nunca poderá ser unilateral e nem tão pouco esse soco-ro poderia ser proporcionado mediante o sacrifício dos de-mais integrantes daquela ca-deia produtora que constitui elemento básico da econô-mia do País, pela redução e encarecimento do sangue no-bre zebu.

Segundo conclusões apro-vadas em reunião de interes-sados, convocada pela Con-federação Nacional de Agri-cultura, as exportações brasi-leiras de reprodutores ze-buínos machos, de qualquer idade, obedecerão ao seguin-te esquema quantitativo a ser regulamentado, conforme parecer, embora temeroso, do relator designado pelo Pre-sidente daquela entidade.

Disponibilidade para expor-tação de reprodutores zebuí-nos machos

(Cálculo baseado sobre a produção controlada e não controlada de 70.000 fêmeas de cria registradas e exis-tentes em 1965).

Prováveis limites de expor-tação

	Controladas	—	Não controladas
1967 —	2.616		15.750
1968 —	2.616		15.750
1969 —	2.616		15.750
A partir de 1970 —	28.000		

NOTA: Os quantitativos su-pra foram calculados na base da existên-cia de apenas 70.000 vacas de cria regis-tradas durante todo o período. Isto, en-tretanto, não ocor-rerá. O número de vacas registradas evoluirá com forte tendência de au-mento.

Verifica-se do quadro su-pra que, do presente ano de 1970 inclusive, o Brasil per-deria em favor de países produtores concorrentes, na-da menos de 83.000 touros de raças zebuínas seleciona-das. São óbvios quaisquer comentários que possam ser sugeridos pelos números su-pra. Entretanto, convém assinalar que quando os plantéis das raças zebuínas

selecionadas dispuserem de cerca de cinco vezes o atual número de vacas de cria registradas, terá chegado, então, talvez, a oportunidade de exportação de seus repro-dutores sem danos ao País, como agora ocorreriam.

—*—

Numa ocasião em que o Banco Mundial celebra acôr-do com o Governo Brasileiro para financiamentos destina-dos à melhoria da pecuária nacional, a exportação de reprodutores finos, como re-curso salvador da situação financeira dos selecionado-res patrícos, é chocante. Não se contesta que esta seja premente. Todavia, ao Ministério da Agricultura caberia aliviar aquela classe de produtores adquirindo de seus plantéis e revendendo

a criadores, através de órgão especializado, parcelas de reprodutores que viessem aliviar, paulatinamente, a difícil situação financeira atual.

Há a acrescentar, ainda, alguns comentários e uma sugestão.

As nossas exposições de gado são realizadas, habitualmente, ou nas grandes cidades do País, ou em cidades dos seus mais adiantados centros pecuários. Têm elas a finalidade, além daquela de demonstrar o nosso desenvolvimento pecuário, a de comercializar os reprodutores categorizados expostos.

Quer elas se realizem nas capitais, ou nos grandes centros pecuários, os seus visitantes profissionalmente interessados são, na generalidade, integrados por grandes pecuaristas adiantados e por técnicos. Aquêles, dada a sua qualidade e importância, não se constituem em compradores senão de exemplares categorizados. Nestas condições, os expositores — proprietários de plantéis produtores de animais selecionados — não encontram colocação para a grande massa de sua produção de qualidade média ou baixa.

Considerando-se que a grande maioria dos criadores do País — médios e pequenos — que se localiza em regiões sertanejas distantes, não tem condições materiais e de cultura para visitar as exposições realizadas e adquirir animais ali expostos, seria necessário que os pecuaristas selecionadores promovessem feiras anuais de representantes em centros sertanejos criadores. Essas feiras deveriam ser realizadas com regularidade, em datas e locais certos, a fim de que a ocorrência dos pequenos e médios criadores fosse se avolumando pela certeza de sua realização. A essas feiras seriam levados todos os animais que, pela deficiência de suas características como reprodutores de 1.ª, pudessem ser negociados a preços relativamente baixos. Esses negócios poderiam e deveriam ser feitos a dinheiro ou mediante permutas por certo número de crioulos do candidato comprador, conforme

CULTO A ÁRVORE

ARTHUR NATIVIDADE
SEABRA
Engenheiro-Agrônomo

É prodigioso o esplendor da Natureza quando chega a primavera. Por toda parte nos bosques e nas savanas, há um deslumbramento, há um mundo de agitações, que irradia vida e se renova, numa policromia delirante e que atesta a preeminência da árvore, em todo o seu vigor e na plena manifestação de sua beleza.

No meio dessa opulenta paisagem equatorial, a árvore do Brasil é antes de tudo um símbolo! Ligada ao nosso destino histórico, à nossa economia e ao nosso bem comum, ela é a síntese de uma força extraordinária que, sucessivamente, se renova e se transforma dentro da Natureza.

É que a árvore plantada hoje será teto amanhã. Será sombra, abrigo. Será vida, no milagre da fotossíntese. Será lenho flutuante, e talvez o berço amigo e confidente.

Há de cantar, na sua ramagem verde, a passarada alegre dos vergéis; há de buscar a sombra do seu porte o caminheiro exausto, o viajor perdido...

As cidades receberão a sua sombra; a floresta o seu formoso talhe; os homens a sua rica seiva, e o mundo a sua esplêndida riqueza, para fazer o leito, a choça, o esquite e a cruz, insignia suprema da fé, que alenta e que consola. Porque a árvore, esse poema de cores e perfumes, escrito no grande livro cósmico de Deus, é o simbolismo de uma grandeza pretérita, a inspirar culto e veneração à mocidade guapa do presente e à juventude ativa que antevemos no futuro. Que ela seja opulência, vida, bálsamo e perfume, para conforto e luxo de outras gerações.

Existem árvores lendárias, celebradas, como as sequóias

os preços a serem aceitados.

Esta modalidade de venda, além de permitir o melhoramento mais intenso e rápido dos rebanhos sertanejos, possibilitaria a saída dos tipos médios e inferiores dos plantéis de seleção, desafiando seus proprietários. As distâncias brasileiras impõem esse procedimento. O pequeno criador, distanciado dos centros pecuários melhores e das grandes cidades, teria possibilidade assim de, pouco a pouco, melhorar seus rebanhos.

O que se torna necessário é que os criadores de plantéis não permaneçam estáticos à espera de compradores da sua produção. Jamais um boiadeiro vendedor de reprodutores, de média ou baixa qualidade, no sertão, deixou de vender a totalidade de sua tropa.

—*—

A consumação da faculdade de exportação permanente como desejam, de criadores zebuínos selecionados, autorizada e regulamentada por atos oficiais ou oficiosos, constituirá, a nosso ver, um crime contra a economia nacional. A responsabilidade deste, se levado a cabo, será tanto da tradicional Sociedade Nacional de Agricultura como da Confederação Nacional de Agricultura e das associações regionais de criadores de bovinos para corte, que não poderiam e nem poderão se ausentar desse problema de economia nacional, até agora desconhecido do público sob este aspecto, e sem debates por falta de sua ventilação pela imprensa, dada a feição errônea que se lhe deu, de defesa, pura e simples, dos interesses dos criadores de plantéis zebuínos puros.

gigantescas e milenares, verdadeiros monumentos vivos; ou como as vetustas e sagradas oliveiras, de que nos fala a Bíblia, sob cujas frondes amigas — no Jardim de Jethesemani — Jesus passou uma noite de agonias. A sombra dos Platanos, nos Jardins de Academo, Platão, o Portento feito homem, o Sublime, o Divino Talerio doutrinando com extraordinária visão e sabedoria, deixava em êxtase discípulos e sábios. E o grande Beethoven, considerado o maior gênio musical de todos os tempos, buscava inspiração para as suas músicas no seio da Floresta Negra. Também Newton, despertando com a pancada de uma maçã que lhe caíra aos pés, descobriu, por esse histórico e memorável incidente, a Lei da atração universal; e os Druidas, sacerdotes gauleses, tinham por templo os bosques, onde em grande solenidades, celebravam o seu culto de veneração à árvore.

E a terra Pindorama, a terra Vera Cruz, a terra Santa Cruz se chamou por fim Brasil, nome herdado de uma árvore inspiradora de livros e poemas, de epopeia e de glórias.

Assim, quer como reminiscência dos nossos antepassados, quer como evocação de lendas e de sonhos, a árvore é digna do nosso culto e da nossa veneração, que no presente sobrepairam como marcos grandiosos da nossa história.

No culto dos nossos ancestrais, no berço em que nascemos, na paisagem que nos encanta, na planície, no vale, na montanha, tudo é árvore! Cultuêmo-la, pois, como uma esplêndida e vigorosa manifestação da Natureza, no que ela possui de mais belo e inimitável.

(Trabalho dedicado aos Senhores Ministro Ivo Arzua, da Agricultura; Paulo Pimentel, Governador do Paraná e Deputado Cid Rocha — publicado em Brasília a 21-9-67)

CONCEITO DE TRABALHADOR RURAL

A propósito da notícia de que o Ministério do Trabalho havia fixado o conceito de trabalhador rural, problema que ultimamente vem agitando o meio rural, o Senador Flávio Britto, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, declarou-nos que, "realmente, diversos jornais haviam divulgado aquela notícia que, no entanto, não é verdadeira, originando-se de fontes interessadas em deturpar os fatos.

— Não há qualquer decisão a respeito do Sr. Ministro do Trabalho, com quem oportunamente se avistara S. Exa. para tratar do problema, que — continuou — é relevante pelas suas implicações na sindicalização da classe e na aplicação da legislação trabalhista.

— O motivo da notícia — acrescentou o Senador Flávio Britto — foi um parecer da Comissão Permanente de Direito Social, parecer que não prevalece nem poderia ser divulgado antes da aprovação ministerial, dada a

natureza daquele órgão de consulta e assessoramento direto do titular da pasta.

— O lamentável, no fato — prosseguiu — é que o Professor Evaristo de Moraes, membro daquela Comissão e relator do parecer, estava moralmente impedido de funcionar no processo, uma vez que, como profissional, havia anteriormente fornecido parecer à interessada na matéria. Seu dever, segundo a ética dos advogados, era dar-se por impedido para opinar, discutir ou votar no órgão público, que integra por honrosa confiança do governo, pois, é evidente que, já então, estava comprometido como advogado da parte e não como assessor ministerial.

— A respeito do conceito de trabalhador rural a Confederação da Agricultura aguarda o pronunciamento do Sr. Ministro, em representação que lhe encaminhou, e não tem dúvida de que o problema terá solução acertada e satisfatória para os verdadeiros interesses das partes" — concluiu.

CLIMAS DA AMAZÔNIA

(Estudo realizado no Conselho Nacional de Pesquisas)
De uma longa memória sobre o "Clima do Brasil", ainda inédita, resolvemos destacar algumas descrições dos climas locais de maior interesse para os agricultores. Começaremos neste número pelos do tipo Af de Koppen, observados no este do Amazonas.

3.^a e última
parte

Tracateua — 1.^o 05' —
47.^o 10' W — altitude 36m.
(clima Amw').

Apenas o clima deste posto será descrito em detalhe, pela sua localização próxima e equidistante dos outros dois: Salinas e Igarapé-açu.

A temperatura média anual é de 24.^o9, com máximo mensal em dezembro (25.^o8) e mínima julho, 24.^o, mas o patamar da segunda onda é nítido em abril, sob 24.^o7. Amplitude anual portanto de 1.^o5, típica do litoral.

As temperaturas máximas oscilam em torno a 31.^o0, valor anual, atingindo 32.^o7 em dezembro, mês que é o mais quente durante o dia e também na média. Declinam a 29.^o6 em fevereiro, mas existe segundo mínimo de 30.^o4 em julho. O mais intenso provém das chuvas, o mais fraco do inverno. Já as mínimas, com média anual 20.^o6, são mais elevadas justamente durante as chuvas: 22.^o0 em fevereiro, a maior cobertura impedindo o resfriamento à noite. El descem ao menor valor (19,4) em novembro, mês justamente o mais quente de dia, mas de fraca nebulosidade. Oscilam portanto 2.^o6, contra 3.^o1 nas máximas e 1.^o5 da média.

As amplitudes diárias são, pois, mais elevadas em novembro, 13,3, e menores em fevereiro, 7.^o7, com média anual 10.^o4.

Como localidade próxima

do litoral, a máxima absoluta não ultrapassa 35.^o6, ocorrida em dezembro, mas em qualquer dos meses pode alcançar 33.^o. Já a mínima absoluta desceu a 16.^o2, registrada aliás em dezembro. Resulta assim 19.^o4 para a amplitude absoluta.

Vemos, portanto, que todos os dias são quentes, totalizando 355/ano. Mas só 205 noites assim se apresentam, já em junho e julho ocorrendo 10 a 15 frescas, e de agosto a novembro 20 a 25, quando apenas 6 a 8 são classificadas quentes. As condições ficam melhoradas pelos ventos, de média 1,7 m.p.s., sob maior valor de 2,4 em novembro, e menor 1,3 de março a junho. Apenas duas ventanias ocorrem por ano.

Quanto à umidade é elevada, 85,9% sob as chuvas de abril chegando a 91,4% e descendo a 78,8% em novembro. De fevereiro a junho a média se conserva em 90%, mas para novembro e dezembro, abaixo de 80%. A nebulosidade não é acentuada, sob média 5,4, descendo a 3,9 em outubro, e permanecendo abaixo de 5,0 de agosto a dezembro; mas acima daquele nível de janeiro a julho, época chuvosa, com máximo de 7,0 em fevereiro.

Há dêsse modo 55 dias encobertos por ano, mais raros de junho a dezembro (1 a 2 cada mês), e frequentes de janeiro a abril, com 8 a 11/mês e máximo em

fevereiro e março, quando um dia em cada três é encoberto.

Os dias claros são muito poucos, 11 por ano, ocorrendo apenas de julho a dezembro, à razão de 1-2/mês.

Há assim 2.066 horas de insolação, bem menos que em Soure, como se verifica. Na verdade ocorrem mais de 200 horas de julho a dezembro, com máxima de 246 em outubro, e mínima 94 horas em fevereiro.

As precipitações são elevadas, alcançando 2536mm/ano e com máxima de 464 em março. Fevereiro a abril superam 400mm cada um, e de janeiro a julho todos os meses ultrapassam 200mm. A época seca transcorre de setembro a dezembro, com mínimo de 7mm em novembro.

Quanto à maior chuva em 24 horas, alcançou 142 mm. Os dias chuvosos são 200/ano, dos quais 79 acima de 10mm. Praticamente chove todos os dias, de fevereiro a julho, com frequência 27 de março a maio. A estação seca transcorre desde agosto, já sob 15 dias, mas torna-se nítida de setembro (7) a dezembro (5), com mínimo de 2 dias chuvosos em novembro.

As trovoadas são raras, 54/ano, a estação ocorrendo de março a julho, o último com 9 dias. Na primavera temos só 1 dia/mês. Já os nevoeiros se apresentam mais frequentes, 91/ano, formando-se justamente na

primavera seca, e de mínimas mais baixas: cerca de 11 dias por mês desde agosto a dezembro, e somente 3-4 de janeiro a maio. Há por fim 36 dias de orvalho, igualmente distribuídos todo o ano, à razão de 2-4/mês. Clima portanto quente, sobretudo de dia, chuvoso e com cerca de 160 noites frescas, a ventilação minorando o calor. Céu nublado, trovoadas raras e poucos dias encobertos.

Sem detalhar o clima de Igarapé-açu, diremos que pouco difere do de Tracateua quanto à temperatura, umidade ou nebulosidade. Chove menos no total do ano, pouco mais na primavera, sem transpor o limite Af de Belém, cidade da qual está próxima. As noites são frequentemente mais quentes que em Tracateua (247/ano), mas o clima não difere muito.

Para esclarecimento da questão, aqui transcrevemos a frequência dos dias chuvosos na região:

Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
20	24	26	27	25	19	18	12	5	2	3	8	189 Soure
17	23	27	27	27	24	23	15	7	3	2	5	200 Tracateua
21	22	27	25	24	23	19	16	10	6	3	8	204 Igarapé-açu
27	26	28	27	26	22	17	15	18	15	13	19	253 Belém

É fácil comprovar que o número dos mesmos se mantém quase idêntico em toda a região (Tracateua, Igarapé-açu e Belém) de fevereiro a agosto, indicando que um mecanismo geral comanda as precipitações. Mas de setembro a janeiro, Belém tem geralmente mais 10 dias de chuva por mês que as demais estações, o que lhe aumenta o total do ano em mais 50. Como só em torno a Belém isto ocorre, já nem afetando Igarapé-açu, parece tratar-se realmente de um fator local que diferencia o clima, assegurando à capital do Pará um tipo Af, em contraste com o Am das cidades próximas.

Analisemos desse modo os próprios totais:

	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
Igarapé-açu	206	425	464	444	360	203	219	109	32	14	7	48	2536
Igarapé-assu	252	334	482	351	269	209	158	142	57	35	24	46	2367
Belém	339	407	435	343	287	174	145	126	118	92	86	175	2732

No período chuvoso, mais nítido a partir de fevereiro, Belém recolhe menor precipitação que as estações mais próximas do litoral atlântico, sob sistemas da FIT mais intensos. A situação assim se manterá até julho, começando a mudar em agosto.

Mas a partir de setembro, até dezembro, e ainda em janeiro, os mesmos sistemas que produzem raramente chuvas no litoral, ou mesmo em Igarapé-açu já encontram condições, talvez de superfície, propícias à precipitação em Belém, com uma vantagem de 60mm/mês de setembro a novembro, ou 130 em dezembro e janeiro.

Tudo parece confirmar uma situação especial em Belém, cujo clima Af daí decorre. Já aludimos à hipótese de Marília Galvão, que atribui às grandes extensões de lama descobertas pela maré vazante a formação de chuvas na primavera, sob o forte aquecimento do Sol.

Tal condição não se verificaria assim no interior, longe da orla litorânea descoberta pelas marés, nem sobre Soure, onde a vazante não cria tal situação. Daí decorre a tradição de que em Belém "chove todo dia". Restaria apenas analisar sistematicamente as precipitações, para ver se conforme a hora da vazante, elas deixam de se formar, sempre que aquela ocorre à noite.

Nessas condições, já tendo examinado Soure e Tracateua, e pôsto de lado Salinas e Igarapé-açu, podemos versar a região do clima Af.

Belém — 1.º 28' S — 48º 27' W — Altitude 10m. (clima Af).

A temperatura média anual alcança 25º,7, idêntica

portanto ao valor já citado por Hann, no início do século. Os valores médios oscilam do máximo de 26º,3 (novembro) ao mínimo de 25º,0 (fevereiro), atingindo assim 1º,3 a amplitude anual. A fase mais fresca transcorre de janeiro a abril, a mais quente de agosto a dezembro, época respectivamente chuvosa e mais seca.

As máximas, elevadas têm média anual 31º,7, com maior valor em novembro (32º,6), e menor em fevereiro (30º,4). Máximas acima de 32º se verificam em regra de junho a dezembro, e inferiores a 31º de janeiro a março. O calor mantém-se, aliás, muito forte das 10hs às 16 hs, quase diariamente. As mínimas também acentuadas, média 22º,3 com maior valor em abril: 22º,9, e menor em setembro 21º,7, equidistante das chuvas mais escassas (novembro) e do solstício (julho). Na verdade as noites são um pouco

mais frescas, apenas de julho a novembro.

A amplitude diária alcança assim 9º,4, menor na estação chuvosa (7º,8 em fevereiro), e maior em outubro: 10º,5. De julho a dezembro iguala ou supera 10º,0 permanecendo, em fevereiro a março, abaixo de 8º. As máximas absolutas alcançam 35º,4 valor ocorrido em dezembro, mas não superam 34º,5 na época chuvosa. Quanto à mínima absoluta foi de 18º,5 ainda elevada portanto, e verificada em julho. De janeiro a junho praticamente não desce o termômetro abaixo de 20º. Temos, desse modo, 16º,9 para a amplitude absoluta.

Na realidade todos os dias e noites são quentes, tota-

lizando respectivamente 363 e 358.

Os ventos têm velocidade média reduzida, de 1,1m.p.s., mais fracos no verão e outono sob as chuvas (0,8m.p.s.), atingindo na primavera 1,4m.p.s. (novembro). Mas não há ventanias. As noites são geralmente de calmaria, embora freqüente o terral, que sopra para o rio Amazonas. As 7hs da manhã temos 0,8m.p.s., às 14hs — 3,1 e às 21hs 0,7m.p.s., tudo para a fase chuvosa do 1.º semestre. Na mais seca do 2.º semestre, 1,3m.p.s., 3,2 e 1,2m.p.s. nas mesmas horas. A brisa sopra à tarde, reforçando os ventos gerais (NE na época chuvosa, E a SE na de seca).

Quanto à umidade relativa, na média 85,9% torna-se mais acentuada em março, 90,5%, e mínima em novembro com 82,1%. Supera de janeiro a junho a marca de 85%. A cidade é neste ponto desagradável, tudo ficando, em geral, mofado. Às 14 horas, na época seca, a umidade desce porém a 66%.

A nebulosidade permanece regular, com média anual 6,0, máximo de 7,8 em março, mínima 4,5 em setembro. De janeiro a maio praticamente supera 7,0, permanecendo inferior a 5,0 de agosto a novembro. Decorre de tais índices um total de 87 dias encobertos (um em cada quatro), taxa que alcança um em cada dois de fevereiro a abril (16 dias no primeiro), caindo a um em cada dez na primavera (1 dia em setembro).

Os dias claros são poucos, 16/ano, ocorrendo apenas de maio (1) a dezembro (1), com máximo de 4 em agosto.

Segundo antigas observações (Engelenburg) a nebu-

losidade assim varia durante o dia.

6hs	8hs	9hs	10hs
3,6	3,8	4,8	5,5
14hs	16hs	22hs	
5,7	6,0	5,2	

sendo pois mais acentuada na formação dos cumulos, de 14 às 16 hs. Pela manhã ocorrem sobretudo alto-cumulus.

A insolação é intensa, no total de 2496 horas, todos os meses de maio a dezembro tendo mais de 200 (setembro 278), e fevereiro a abriu menos de 150 (102 horas em fevereiro).

Passemos ao que caracteriza o clima de Belém: sua precipitação sui-generis, que a torna uma "ilha" de clima Af.

Ha com efeito um total de 2732mm, com máximo de 435mm em março e mínimo 86mm em novembro. De janeiro a abril todos os meses têm mais de 300mm, só outubro e novembro pouco menos de 100mm. Quanto à precipitação mais considerável, alcançou 125mm/24 horas.

Já discutimos anteriormente a freqüência dos dias de chuva. Estes totalizam 253/ano, justificando o provérbio de que "em Belém chove todo dia". Realmente, isso acontece de janeiro a maio, com 28 dias em março, 27 em abril (mês de abril, chuvas mil). De julho a dezembro chove em média dia sim, dia não, pois o mínimo se dá em novembro, com 13 dias.

Das 253 precipitações ocorridas, 92 superam 10mm em 24 horas.

Vejamos para comparação os dados de Hann, obtidos no início do século (dia de chuva), confirmando assim a estabilidade do clima:

dias/ano, bem distribuídas, à razão de 6,7 cada mês. Em média, um dia de chuva em cada quatro é trovejado, no primeiro semestre (8 em janeiro), e um em cada dois ou três no segundo (5 em novembro).

Já os nevoeiros são raros, 24 dias/ano, 2 ou 3 em cada mês da fase chuvosa, 1 apenas no inverno e primavera.

Há, por fim, 22 dias de orvalho, 1-2/mês.

Resumindo, clima quente, muito chuvoso, insolado, nublado, muito úmido, dias e noites sempre quentes, fraca ventilação.

Tapérinha — 2.º 25' S — 54.º 42' W — Altitude 22m (Clima Amw).

Como sabemos, tal estação, próximo à embocadura do Tapajós, está no trecho mais seco Amw', faixa situada entre Aw' e Aw.

A temperatura média anual atinge 25.º8, sendo que os maiores valores correspondem a novembro (26.º9), e o menor a julho (25.º1). A segunda ondulação produz mínima de 25.º3 em fevereiro. A amplitude anual alcança assim 1.º8. A média 22.º6, oscilam entre 31.º0 no valor do Ano, oscila entre 32.º9 (outubro) e 29.º7 (fevereiro), com amplitude assim de 3.º2. De fevereiro a maio permanece abaixo de 30.º, já de setembro a novembro superando 32.º. Quanto às mínimas, de média 22.º6, oscilam entre 23.º0 (novembro) e 21.º7 (julho). Resulta do confronto uma amplitude diária 8.º4, com maior valor de 10.º0 em outubro, e menor 6.º9 em março. A máxima absoluta alcançou 37.º1 (setembro), valores acima de 35.º ocorrendo em todo o segundo semestre. A mínima absoluta foi ainda elevada,

	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
Normal	27	26	28	27	26	22	17	15	18	15	13	19	253
Hann	27	26	28	26	23	20	18	16	15	13	10	20	243

Lembremos ainda que as chuvas caem geralmente de 16 às 18 horas, e por vezes à noite.

As trovoadas totalizam 80

18.º5, verificando-se em julho. Mas só no inverno há mínima abaixo de 20.º. A amplitude absoluta atingiu assim 18.º6.

Na região poucos dias são frescos, havendo 334 quentes/ano, todas as noites sendo quentes, aliás (364).

A velocidade do vento é sensível, em média 1,4 mps e quase constante (1,1 em maio, 1,7 em outubro), apenas 1 ventania ocorrendo cada ano. A umidade prossegue acentuada, 84,5% em média chegando a 90,9% em maio e caindo a 78,3% em outubro. As médias superam 85% de fevereiro a julho, mas ficam aquém de 80% na primavera (setembro a novembro).

A nebulosidade, apenas regular, tem média de 5,3, descendo ao mínimo de 3,4 em agosto, e atingindo 7,0 em março. De janeiro a maio supera 6,0, em agosto e setembro tornando-se mais fraca. Corresponde assim a poucos dias encobertos, 60/ano, mais frequentes apenas de janeiro a abril (11 em março), e bem raros em agosto e setembro (1 somente). Já os dias claros são poucos também, apenas 36/ano, ocorrendo sobretudo na primavera, com máximo de 8 em agosto, e mais de 5 por mês, de julho a outubro. Não aparecem de fevereiro a abril (0).

A insolação é relativamente fraca, 1966 horas/ano, mais intensa em agosto (233) e mínima em fevereiro (96), julho a outubro têm todos mais de 200 horas, e fevereiro a abril em torno a 100.

As precipitações, dada a faixa seca que atravessa a área, não atingem 2000mm, sendo 1973 o registro anual. O máximo ocorre em abril (335mm) março tendo valor quase igual. O mínimo se produz em setembro (35mm). De fevereiro a maio chove sempre mais de 200mm, de agosto a outubro menos de 50mm, e até novembro abaixo de 100mm. Foi, aliás, de 175mm a maior precipitação em 24 horas.

Tais valores correspondem a 201 dias de chuva, com uma estação seca típica de setembro a novembro (6 dias em outubro), e outra chuvosa de janeiro a junho (26 dias em abril ou maio, 21 em janeiro, 22 em junho).

Há, no conjunto do ano, 61 dias sob mais de 10mm/24 horas. Troveja regularmente, um dia em cada três na média (100 dias/ano) mas sobretudo no primeiro semestre com cerca de 11 dias por mês, de março a junho. Os demais apresentam frequência 6-7, mesmo outubro tendo 6 dias.

São raríssimos os nevoeiros, 8 por ano, e somente no inverno e primavera, 1 cada mês. O orvalho contudo frequente, 143 dias por ano, à razão de 11-mês ou mesmo 18 a 19 no inverno, de junho a agosto.

Concluimos por um clima quente, úmido, regularmente chuvoso, nublado, dias e noites quentes, insolação fraca.

Óbidos — 100 km a montante, tem um clima semelhante, com maior máxima, de 41,0, sendo contudo mais seco (1680mm), sob menor número de dias chuvosos (175), e distribuição análoga.

Parintins — 2.º 38' S — 56.º 44' W — Altitude 29m. (Clima Amw').

Não existem observações de temperatura média. As máximas são elevadas, 32,0,5 no valor anual, chegando a 34,0,5 em outubro, e descendo a 31,0,0 em março, com uma variação portanto de 3,0,5. Mínimas também acentuadas, 23,0,3 de média anual, variando de 22,0,9 (julho) a 24,0,1 (novembro). Daí resulta uma amplitude média de 8,0,4 entre 10,0,5 (outubro) e 7,0,1 (abril).

Quanto à máxima absoluta alcançou 39,0,0 (setembro), contra apenas 19,0,2 para a mínima absoluta (maio). Mas salvo de novembro a janeiro, pode a mínima ficar aquém de 23,0, a amplitude absoluta sendo assim de 19,0,8. Contudo, embora o número dos dias quentes (330) se apresente normal, o das noites quentes parece por demais reduzido.

A velocidade do vento é praticamente uniforme todo o ano, em média 1,4 m.p.s., correspondendo a 12 ventanias, 1 cada mês.

A nebulosidade permanece ainda reduzida, 4,8 na média anual, desde 40 em

novembro a 5,6 em julho, o elemento parecendo mal observado. Corresponde a 81 dias encobertos (10/mês de janeiro a março e 4 de agosto a novembro). Mas 66 claros (6 a 8 de agosto a dezembro, 3 a 4 nos meses do primeiro semestre).

A precipitação anual atinge 1991mm, com máximo de 385 em março, mínimo 52 em setembro, ficando acima de 200mm/mês de janeiro a maio, e abaixo de 60 em setembro e outubro. Ocorrem aguaceiros intensos, de até 202mm/24 horas.

Com efeito, são 156 os dias de chuva, dos quais 71 superam 10mm. As frequências oscilam de 21 dias em abril (acima de 15, janeiro a junho), a apenas 5 em outubro (menos de 10, agosto a novembro). As trovoadas, bastante raras (54/ano), têm frequência constante, 4 a 5/mês.

Clima em resumo muito quente dia e noite pouco nublado, chuva regular e ventilação fraca.

Itacoatiara — 3.º 08' S — 58.º 25' W — Altitude 18m. (Clima Amw').

Feia sua posição a oeste, tem um clima ligeiramente mais fresco, e muito mais úmido que o de Parintins, com maior nebulosidade também.

As máximas, de média anual 31,0,3, oscilam de 32,0,4 (outubro) a apenas 30,0,4 (fevereiro), havendo um período de agosto a dezembro com dias mais quentes (sobretudo na Primavera), e outro mais fresco de fevereiro a abril.

As mínimas, na média do ano 22,0,9, variam de 23,0,6 (novembro) a 22,0,3 (julho), numa amplitude apenas de 1,0,3, contra 2,0,0 das máximas. Março tem mínimas inferiores às dos meses contíguos. A amplitude diária é fraca, portanto, de média 8,0,9, variando de 9,0,2 (novembro) a 7,0,8 (fevereiro).

Quanto à máxima absoluta alcançou 39,0,2 (outubro) e em todos os meses pode superar 34,0. A mínima desceu a 17,0,3, (abril), mas no segundo semestre nunca declina abaixo de 19,0.

Temos pois 21,0,9 de amplitude absoluta.

Assim sendo, a região apresenta 326 dias quentes (de abril a julho há 5 dias frescos), e 305 noites quentes (5 mais suportáveis ocorrem cada mês, de fevereiro a julho).

A velocidade do vento é fraca e constante todo o ano, em média 1,1m.p.s., mas formam-se 10 ventanias, quase 1/mês.

A nebulosidade se acentua bas ante, com 6,4 de média, entre 7,5 (fevereiro) e 4,9 (agosto). Começa a notar-se a limpeza do inverno, pela aproximação ao clima continental w, e assim de julho a setembro será mínima a cobertura.

Resultam 96 dias encobertos (12/mês até abril, apenas 3 em agosto, 7 nos meses da primavera). E menor frequência de dias claros (60/ano), em média 3,4 nos meses de janeiro a maio, e 6 de junho em diante. As precipitações já atingem o elevado total de 2575mm, apenas a precipitação de agosto (56mm) impedindo o enquadramento no tipo Af. Praticamente, de julho a novembro chove abaixo de 110mm, mas acima de 300mm de janeiro a abril. Os extremos são formados por março (391) e agosto (56). A maior precipitação alcançou 120mm/24 horas.

O número dos dias chuvosos totaliza 153/ano, dos quais 82 acima de 10mm. A estação úmida decorre de dezembro a junho, ficando concentrada em janeiro a maio (18 dias/mês, com 19 em abril). Agosto é o mês seco (6 dias), mas a frequência se mantém 8 a 9, de julho a novembro.

Os dias de trovoada alcançam 84, em média 6-7/mês, ocorrendo com maior frequência (7-8) de maio a dezembro, e menor 5-6 de janeiro a abril. Há 160 dias de orvalho, à razão de 10/mês na primavera, e 13 a 17 nos demais meses.

Clima assim quente dia e noite, muito chuvoso, bastante nublado, mas apresentando 200 dias sem precipitação.

Manaus — 3.º 08' S — 60.º 01' W — Altitude 44m. (clima Amw').

É de 26.º9 a média do Ano na capital do Amazonas, com menor índice de janeiro a abril (26.º2, salvo em março, pouco mais elevado), e maior em setembro (27.º9), logo antes da fase chuvosa. Mas de agosto a novembro as médias superaram 27.º, resultando 1.º7 de amplitude. Já as máximas, 31.5 na média anual, oscilam de 33.º3 (setembro) a 30.º3 (abril), permanecendo abaixo de 31.º em todo o primeiro semestre, e acima de 32.º, de agosto a novembro; oscilam, portanto, 3.º0.

As mínimas, de média anual 23.º4, variam entre 23.º9 (outubro — novembro) e 22.º9 (julho). Ficam abaixo da média nos primeiros oito meses, e acima nos restantes. Resulta assim fraca a amplitude diária, 8.º1, máxima em setembro (9.º5), e mínima em abril (7.º0).

A máxima absoluta foi de 38.º6 (dezembro), mas valores acima de 35.º podem ocorrer todos os meses, e além de 37.º de setembro a fevereiro.

A mínima não desce muito, seu valor absoluto sendo .. 17.º6 (julho) e em geral não declinando aquém de 2.º, salvo no inverno. Resultam assim 21.º0 para a amplitude absoluta. O clima é contudo intolerável, de fato: 365 dias e noites quentes-ano.

A umidade torna-se acentuada, mas inferior à esperada: média anual 80.º%, variando de 85.1% (abril) a 75.1 (agosto). De dezembro a junho permanece acima de 80%, em agosto e setembro próximo de 75%.

A nebulosidade é regular, em média 6,6 com fraca oscilação anual, desde 7,3 (março) a 5,7 (julho), o que confirma o tipo continental, embora ainda sob a variedade w'. A nebulosidade supera 7,0 de dezembro a abril, ficando em julho e agosto abaixo de 6,0.

São raríssimos assim os dias claros (6/ano, apenas no Inverno, de junho a setembro). Bem mais frequentes os encobertos (102/ano com 1 em cada 3). Sua contagem transcorre de 10.11/mês (dezembro a maio) até 5.6 de junho a setembro, e 8 em outubro-novembro.

A insolação é assim regular, atingindo 2125 horas/ano, máxima no Inverno, com mais de 200 horas/mês de junho a outubro (259 em agosto), e mínima no primeiro semestre, menos de 150 horas de janeiro a abril (108 horas em fevereiro).

A velocidade do vento é fraca, de 1,6m.p.s., e praticamente uniforme todo o ano, com apenas 1 ventania.

Quanto a precipitação totaliza 1995mm, sendo máxima em março (260mm), mínima em agosto (37mm). Na verdade, chove acima de 200mm de dezembro a abril, e pouco menos em maio. Julho a setembro é a fase mais seca, abaixo de 65mm. Quanto ao maior total em 24 horas, alcançou 128mm.

Resta detalhar os dias de precipitação, em número de 171/ano, dos quais 65 acima de 10mm. A estação úmida principia em outubro, com 11 dias chuvosos, agravando-se até 20 dias/mês de janeiro a abril (21 em março), e ainda 18 em maio, mas só 12 em junho. O inverno constitui a quadra seca, com 6 dias em agosto.

Assim, pelo mínimo de precipitação seria w o clima, o que não se verifica face à chuva (w'). Troveja pouco em Manaus, apenas 55 dias-ano, mais na primavera (6-7 mês), e menos no outono (4-5). São raros ainda os nevoeiros (19 dias, igualmente distribuídos), e o orvalho (12 dias, idem).

Concluimos por um clima bastante quente, de fraca amplitude diurna, chuvoso (um dia em cada dois), úmido, nublado, e francamente ventilado. Desagradável, em suma.

Altamira — 3.º 12' S — 52.º 45' W — Altitude 80m. (Clima Aw').

Como dissemos, por motivos de continuidade geográfica, será descrito neste capítulo o clima de Altamira, já tipicamente Aw e que caberia melhor no estudo da região Central.

Não há observação da temperatura média. A máxima não se eleva muito, na média anual 30.º8, atingindo 32.º1 em outubro e descendo a 29.º9 em fevereiro, com 2.º2 de oscilação. Só

de agosto a dezembro é mais elevada, acima de 31.º, conservando-se mais baixa de janeiro a abril. As mínimas, em média 21.º,6, variam de 22.º,2 (maio) a 20.º,9 (julho), tendo aliás dupla onda, com máximo secundário em novembro (21.º,7) e mínimo em janeiro (21.º,4), oscilando assim 1.º,3.

As amplitudes diárias são regulares, de média 9.º,2, elevando-se a 10.º,4 em setembro e caindo para 8.º,1 em maio. Janeiro a junho conservam-se abaixo de 9.º, acima de 10.º entre agosto e novembro. A máxima absoluta alcança valor elevado, 39.º,9 (em julho e março) enquanto a mínima já desceu a 12.º,4, sob as invasões frias que atingem o vale do Xingu, (agosto). Mas ficam geralmente acima de 16.º nos outros meses. A amplitude absoluta alcança assim 27.º,5.

Todos os dias são quentes (365), mas a região apresenta 50 noites frescas, pois são 312 as quentes. Aquelas ocorrem à razão de 5/n.ºs de julho a novembro, e de janeiro a abril, apenas maio, junho e dezembro não tendo quase noites frescas.

A velocidade dos ventos é

de 1,6m.p.s., praticamente uniforme, dando lugar a 12 ventanias, também 1/mês. A nebulosidade, 5,8 na média anual, varia do mínimo 4,9 em julho ao máximo de 7,1 em fevereiro. Permanece de modo geral mais reduzida de maio a dezembro, aumentando sensivelmente de janeiro a abril. Dá lugar a somente 40 dias encobertos (6-7 de janeiro a abril, e 1 apenas por mês, de junho a outubro).

Há maior número de dias claros, 60/ano, sobretudo de maio a outubro, 6-7/mês, e menor de janeiro a abril (2-3/mês). As chuvas são um tanto restritas, 1705mm/ano, com mínimo de 27 em agosto, e máximo 350 em março. Chove menos de 100mm/mês de junho a novembro, e mais de 200 de janeiro a abril, mas de julho a outubro menos de 50mm. Quanto à maior precipitação em 24 horas, totalizou 102mm.

Os dias de chuva são apenas 133, ou seja 1 dia em cada 3, mais frequentes de janeiro a abril (18/mês, máximo 21 em março); declinam a partir de maio, junho a novembro, tendo apenas 5

dias/mês (4 em agosto, época do mínimo).

Naquele total, 62 dias fornecem mais de 10mm.

Continuam raras as trovoadas, 46/ano, em geral 3-4/mês. Mais ainda os nevoeiros (20/ano, e a 2/mês, mais frequentes de maio a julho, com 5 dias no último).

Há por fim 41 dias de orvalho, em média 3.4/mês. O clima é, assim, quente durante o dia, mas não em excesso, com raras noites frescas (1 em 7), regularmente chuvoso (um dia em cada três) e nublado. Em suma, tolerável para a região.

Não há observações regulares do clima Aw de maiores latitudes, no sul do Pará. Contudo, sobre o vale do Xingu a 7.º S, as médias oscilam durante o ano de 20.º a 24.º às 7 horas, 29.º a 32.º às 14 horas, 28.º a 30.º às 21 horas (observações de Snethlage, do Museu Goeldi). Formam-se calmarias de manhã e à noite, com chuvas à tarde e trovoadas, sob ventos NW a SW.

No Alto Xingu, a tabela de Steinen corresponde ao inverno.

	Lat.	Alt.	7 hrs	14hrs	21hrs
Alto Xingu	4.º	250m	22.º,0	30.º,5	29.º,0
Rio Batovy	12.º	480m	12.º,5	32.º,0	19.º,2
Paranatinga		430m	13.º,4	30.º,8	17.º,9
Córrego Fundo	14.º	470m	11.º,7	29.º,9	17.º,0

Córrego Fundo já está no planalto de M. Grosso, com média de 18.º,9 no mês mais frio.

AS FRUTAS

O valor das frutas como alimento e o interesse comercial são tão grandes que merecem lugar de destaque.

Como alimento, vamos encontrar o homem primitivo se alimentando de frutas e quanto mais passam-se os tempos, quando tudo mais evolui, mais e mais se firma no conceito dos homens o seu grande valor, pelos seus princípios nutritivos.

Nelas vamos encontrar todas as substâncias necessárias à nossa subsistência, como as vitaminas, óleos, amidos, açúcar, fósforo, etc.

Comercialmente, chegam a influir na balança econômica dos países, principalmente quando são agrupadas de acordo com o meio, as exigências do consumo interno e externo. Neste caso, é preciso ter em mira a escolha das espécies e variedades, de acordo com o clima. Os tratos culturais devem merecer toda a atenção para que as colheitas sejam abundantes. Laranja e banana atestam perfeitamente esse nosso rápido comentário, tanto pelo alto padrão alimentício como pelo incalculável valor comercial.

Carta de Brasília

1.^a PARTE

Diretrizes Básicas e Gerais da Política Nacional da Produção Agropecuária

CAPÍTULO I

Dos objetivos da política nacional de produção agropecuária

Item 1 — A política nacional da produção agropecuária, inspirada nos princípios democráticos de liberdade e nos ideais cristãos de solidariedade humana e social, tem por fim assegurar:

A contínua elevação do nível de vida do produtor rural, com o fim de integrá-lo plenamente no processo de desenvolvimento sócio-econômico nacional;

a) — a modernização e o aprimoramento das técnicas e métodos de produção rural, de modo a melhorar a sua qualidade, a aumentar sua produtividade;

c) — o abastecimento alimentar da população brasileira, em adequados níveis quantitativos, e econômicos, de modo a obter-se um preço de equilíbrio que estimule o produtor mas não onere o consumidor;

d) — os incentivos ao estabelecimento de indústrias na área rural, que utilizem os produtos agropecuários como matéria-prima;

e) — a conquista, manutenção e expansão de mercados externos, de modo a não só incentivar o produtor nacional, mas também concorrer decisivamente para o equilíbrio de nossa balança de pagamentos e contribuir para o abastecimento alimentar de outras populações;

f) — precisa definição e hierarquização de objetivos e metas nacionais, bem como as respectivas faixas de atuação e responsabilidade dos poderes públicos federais, estaduais e municipais, e da iniciativa privada, a fim de obter a convergência geral de esforços e de recursos para atingir com mais rapidez e eficiência aquelas metas e objetivos previamente selecionados.

CAPÍTULO II

Da promoção sócio-econômica do produtor rural

Item 2 — A promoção sócio-econômica do produtor rural será alcançada através do permanente incentivo ao desenvolvimento das aptidões inatas do ser humano, tais como vigor, inteligência, vontade, capacidade de tra-

balhe, incentivo e sociabilidade. Além da educação, serão instrumentos hábeis para esse fim, o associativismo, o cooperativismo e o sindicalismo.

Item 3 — Facilidades financeiras e legais para a aquisição e legalização da propriedade serão adotadas com o fim de promover social e economicamente o produtor rural.

Item 4 — Permanente assistência tecnológica, permitindo ao produtor rural maior produtividade a menores custos, concorrerá sobremaneira para a elevação do seu nível de vida.

Item 5 — O seguro agrícola, oferecendo real garantia ao produtor, dar-lhe-á melhores condições de trabalho e, portanto, também de vida.

Item 6 — Efetiva assistência creditícia e financeira possibilitará a elevação dos padrões de trabalho e de vida do homem do campo.

Item 7 — Implantação das infra-estruturas: econômica: energia, transporte e armazenamento; e social: educação, saúde e habitação, proporcionará decisivo impulso à produção sócio-econômica do produtor rural.

CAPÍTULO III

Da organização do meio rural

Item 8 — A todos os brasileiros que queiram trabalhar para a elevação da produção e da produtividade agropecuária, o poder público deverá assegurar facilidades à aquisição e legalização da terra.

Item 9 — Com o fim de organizar racionalmente o trabalho no meio rural e promover sócio-econômicamente o produtor, o poder público incentivará, por todos os meios, a criação e o desenvolvimento de colônias agropecuárias, onde os pequenos proprietários possam congregarem-se em cooperativas econômicas e financeiramente auto-suficientes e administrativamente e tecnicamente capazes.

Item 10 — As cooperativas de produtores rurais serão estimuladas pelo poder público a industrializarem seus próprios produtos, de modo a elevarem os rendimentos dos cooperados e simplificarem os problemas de armazenamento, conservação, transporte e comercialização da sua produção.

Item 11 — A organização e desenvolvimento das colônias agropastoris objetivarão sempre a promoção sócio-econômica do produtor rural, o desenvolvimento do seu espírito associativo e comunitário, a racionalização do trabalho da terra, o aumento da produção

e da produtividade e a ocupação progressiva dos vazios demográficos do território nacional.

Item 12 — Com o fim de estimular o desenvolvimento das colônias agropastoris e ao mesmo tempo incentivar a formação de profissionais de agronomia e veterinária, de nível médio e superior, o Governo Federal assegurar-lhes-á o financiamento de fazendas-modelo.

Item 13 — A localização das colônias agro-pastoris deverá obedecer:

a) — Critérios de rentabilidade das inversões, levando-se em conta também as facilidades de implantação de infra-estruturas econômicas e sociais;

b) — critérios de segurança nacional, considerando-se as necessidades prioritárias de ocupação do território nacional;

c) — critérios de subsistência da população local, levando-se em conta as dificuldades de comunicações.

Item 14 — As escolas públicas das áreas rurais deverão ser organizadas como verdadeiros centros de vida comunitária, enfeixando atividades curriculares e extracurriculares do interesse da comunidade, de modo a não só oferecer educação objetiva e prática às crianças, mas, também, elevar o grau cultural e social dos membros adultos da comunidade em que atuam. Para isso os currículos deverão ser elaborados por equipes polivalentes de educadores, sanitaristas e técnicos de agricultura, conhecedores das condições locais.

Item 15 — Deve ser estimulada por todos os meios a cooperação do produtor nas decisões administrativas da comunidade, através sua participação efetiva em conselhos comunitários.

CAPÍTULO IV

Da produção nacional agropecuária

Título I — Introdução

Item 16 — A produção nacional agropecuária objetivará sempre a suprir as necessidades nacionais de abastecimento alimentar, industrialização rural e exportação de produtos qualificados.

Item 17 — A política nacional da produção agropecuária será equacionada em função das necessidades brasileiras de abastecimento alimentar, de oferta de empregos e de comércio exterior e das possibilidades ecológicas, tecnológicas e financeiras nacionais.

Item 18 — As leis e regulamentos brasileiros, que interferirem em quaisquer das fases do processo produtivo da agropecuária, devem ser urgentemente adaptadas às modernas necessidades de rapidez, flexibilidade e simplicidade, para que não se constituam em permanente fonte de embaraços e desestímulo ao produtor rural e de constante resistência ao desenvolvimento nacional.

Item 19 — A conciliação de objetos entre os órgãos governamentais deve ser preocupação constante destes, para que se evite o estabelecimento de metas conflitantes e a sua consequente anulação recíproca.

Item 20 — Na opção entre várias soluções conflitantes, deverá prevalecer sempre a de menor custo social, ou seja, aquela de maior resultado líquido para a coletividade.

Item 21 — O zoneamento agropecuário estabelecerá áreas prioritárias de produção, levando em conta não somente as condições ecológicas, mas também as facilidades ou possibilidades de implantação de técnicas de transporte, eletrificação, armazenamento e outros meios, de modo a permitir uma grande concentração de recursos, e uma desejável convergência de esforços de órgãos públicos e da iniciativa privada, para que o resultado dos investimentos seja o mais rentável e produtivo para a coletividade (princípio do maior benefício social).

Item 22 — A concessão de assistência técnica ou financeira à agricultura, por outros governos ou por organismos internacionais, quer a órgãos federais, estaduais, municipais ou mesmo autárquicos, será coordenada pelo Ministério da Agricultura, através de órgão especificamente estruturado para essa finalidade.

Título II — Pesquisas, Experimentação e Treinamento

Item 23 — O trinômio Pesquisa, Experimentação e Treinamento constitui prioridade da produção nacional agropecuária, situando-se como o suporte técnico e científico de sua infra-estrutura.

Item 24 — A pesquisa e a experimentação visam a obter:

a) — sementes geneticamente melhoradas objetivando a incrementar a sua produtividade, a par da maior resistência às pragas e doenças;

b) — maior rendimento das culturas com a utilização de corretivos, fertilizantes e defensivos;

c) — melhor produtividade pela utilização de técnicas racionais ou preparo do solo, tratos culturais, colheita e beneficiamento;

d) — melhor utilização da terra com a indicação de variedades melhoradas, próprias para cada zona ecológica;

e) — estudos que possibilitem a modificação de hábitos alimentares, enfatizando a educação alimentar a longo prazo, como forma capaz de implantar novos hábitos e assim substituir falhas de alimentação, conseqüentes da tradição;

f) — a multiplicação das leguminosas nativas, objetivando o melhoramento das pastagens e conseqüente aumento do desfrute dos rebanhos;

g) — melhoria genética dos animais domésticos, no sentido de obter melhor qualidade e maior quantidade de produtos;

h) — adequado manejo e alimentação do gado, com o fim de aumentar o rendimento de sua produção;

i) — racional uso do solo através de medidas que propiciem o aumento de sua fertilização e conservação da sua estrutura, sem degradação;

j) — utilização de melhores defensivos seja para as plantas, seja para os animais.

Item 25 — Objetivando a obter a curto, médio e longo prazos uma melhor capacitação profissional, deverão ser intensificadas todas as formas de treinamento.

Item 26 — É recomendável a criação de equipes móveis de treinamento, tendo em vista a instrução básica e o aperfeiçoamento

de pessoal auxiliar, no setor de mão-de-obra agrícola especializada.

Item 27 — Recomenda-se também a criação de fazendas-modelo, econômica e financeiramente auto-suficientes, e administrativa e tecnicamente capazes, que induzam o produtor a adotar as técnicas racionais da agropecuária.

Título III — Fomento à produção vegetal

Item 28 — O fomento à produção vegetal objetivará suprir as necessidades nacionais do abastecimento, industrialização e exportação.

Item 29 — O fomento à produção vegetal visa:

a) — aumento da produção e da produtividade vegetal em níveis competitivos de exploração e comercialização;

b) — o incentivo à mecanização tanto no preparo do solo, como no plantio, cultivo, colheita e nos sistemas de beneficiamento, mediante a atuação de patrulhas mecanizadas ou com financiamentos aos produtores;

c) — a utilização racional de corretivos, fertilizantes e defensivos para o melhor aproveitamento da terra;

d) — uso de variedades de sementes certificadas de acordo com a orientação fixada pelo Plano Nacional de Sementes;

e) — a utilização de métodos racionais de produção, mediante assistência técnica capaz, efetiva e permanente;

f) — a seleção e melhoria da qualidade dos produtos, tendo em vista o seu consumo, utilização e a consolidação de tradição no mercado internacional;

g) — o planejamento do zoneamento agrícola, determinando os calendários agrícolas de cada espécie vegetal, bem como a sua localização em zonas adequadas;

h) — a elaboração de um planejamento econômico global da produção vegetal com conhecimento dos problemas locais, promovendo definitivamente a integração na agricultura nacional dos órgãos federais, estaduais, municipais e da iniciativa privada.

Item 30 — A política de desenvolvimento florestal visa a aproveitar ao máximo possível recursos naturais do País, para alcançar:

a) — o auto-abastecimento e a exportação progressiva de madeiras e produtos florestais tropicais e subtropicais, industrializados;

b) — o auto-abastecimento de celulose para papéis em geral, especialmente de papel jornal, visando ainda à exportação progressiva desses produtos;

c) — a determinação técnica do maior número possível de usos das madeiras e produtos florestais, da flora dendrológica brasileira, visando ao aumento da quantidade de madeiras e produtos comerciais;

d) — a integração com a política agropecuária, objetivando proporcionar proteção àquelas atividades contra os efeitos negativos dos excessos climáticos.

Título IV — Fomento à produção animal

Item 31 — A produção animal é elemento básico da economia agrícola nacional, devendo o poder público estabelecer uma política oficial, baseada em planejamento adequado,

que tenha por fim:

a) — estimular o incremento e o aperfeiçoamento da produção brasileira de carnes e de outros produtos de origem animal, promovendo medidas efetivas para melhorar a alimentação e o manejo do gado, a sanidade animal e a qualidade genética dos rebanhos;

b) — coordenar, disciplinar e harmonizar as atividades e serviços relacionados com a pecuária de corte e leite, com a industrialização e comercialização de seus produtos, de modo a evitar medidas de emergência;

c) — o forrageamento adequado e o estabelecimento de pastagens artificiais, com divisão dos pastos;

d) — o manejo eficiente, com correção das deficiências alimentares e carências minerais;

e) — o desenvolvimento da indústria pesqueira, pela adoção de práticas racionais de exploração.

Item 32 — O fomento à produção animal visa, principalmente, ao aumento quantitativo e qualitativo dos produtos de origem animal, através de:

a) — aumento da natalidade e da qualidade genética dos rebanhos pela inseminação artificial;

b) — controle, eliminação e cura de doenças, tais como a febre aftosa, a raiva e a brucelose, entre outras;

c) — aumento da precocidade e da velocidade do crescimento, pela seleção cuidadosa;

d) — aumento da produção de pescado, com o fim de proporcionar às populações abastecimento de proteína animal de baixo custo, e incorporação de novas fontes de divisas que diversifiquem a produção exportável.

Título V — Defesa sanitária vegetal e animal

Item 33 — A defesa sanitária vegetal visa a dar condições de resistência às espécies vegetais contra as doenças e pragas.

Item 34 — Os objetivos da defesa podem ser assim definidos:

a) — orientação fitossanitária aos lavradores, visando a que os mesmos se habilitem a controlar as pragas e doenças de suas lavouras;

b) — vigilância fitossanitária com a fiscalização da exportação e importação de produtos vegetais, visando a evitar a entrada de doenças e pragas exóticas, bem como garantindo a sanidade de nossos produtos de exportação, em obediência a convênios internacionais, dos quais o Brasil é signatário;

c) — a fiscalização do trânsito de vegetais dentro do País, quando do surgimento de alguma praga ou doença em determinadas regiões; interdição de regiões ao plantio de espécies vegetais quando isso represente perigo do ponto-de-vista fitossanitário às lavouras do resto do País;

d) — a fiscalização fitossanitária de lavouras visando à certidão de sementes e mudas;

e) — controle do comércio de produtos fitossanitários com vistas ao uso correto dos defensivos agrícolas e o resguardo da saúde dos que os aplicam e dos consumidores dos produtos tratados, bem como a defesa da economia nacional (importação preferencial

de produtos técnicos que não tenham similares no País);

f) — levantamento fitossanitário e estudo da biologia dos agentes patológicos, visando ao controle rápido e prático das doenças e pragas da lavoura;

g) — controle de qualidade dos produtos dentro de uma classificação rigorosa;

h) — organização de campanhas fitossanitárias, quando da ocorrência de surtos de pragas ou doenças, que causem problemas à economia agrícola nacional, bem como nos casos de calamidade pública.

Item 35 — Como defesa sanitária animal entendem-se os seguintes ramos ou setores técnicos:

a) — Vigilância sanitária;

b) — Política sanitária animal;

c) — Profilaxia e combate às zoonoses de expressão sócio-econômica;

d) — Produção supletiva de produtos terapêuticos, imunógenos e outros;

e) — Orientação e assistência técnica ao setor industrial relacionado com a sanidade animal; sua fiscalização e registro; registro e controle de produtos destinados ao comércio;

f) — Estatística nosológica;

g) — Estudos e experimentos relacionados com a sanidade animal;

h) — Demonstrações, assistência e orientação técnicas aos empreendimentos zootecniais.

Item 36 — No desempenho dos encargos específicos deverão ser atendidos os problemas concernentes às doenças infecto-contagiosas e parasitárias, às doenças da esfera reprodutiva, às doenças de carência e às causadas por plantas tóxicas e bem assim às doenças transmissíveis ao homem.

Item 37 — Os trabalhos de defesa sanitária animal serão executados com constância e em regime de rotina, porém, os surtos ou focos de doenças eclodidos em qualquer parte do território nacional, merecerão atenções e providências especiais, que serão tomadas quando requeridas pleos casos constatados. Certas doenças, entretanto, pela sua importância econômica, exigirão atuação de maior envergadura, devendo ser, então, implantadas as denominadas "campanhas de emergência".

Item 38 — As atividades relativas à padronização, classificação e fiscalização de produtos agropecuários terão por fim garantir a valorização dos mesmos, através de um sistema de standardização, que recomense os produtores de melhor categoria, promovendo estímulos tendentes ao aprimoramento das técnicas de produção, beneficiamento, estocagem e comercialização.

Item 39 — As atividades da inspeção sanitária e tecnológica de produtos agropecuários e, bem assim, dos materiais agrícolas, deverão ter por finalidade precípua a observância de princípios sanitários com vistas à saúde pública, e, também, promover os meios para o aprimoramento das técnicas que levem à melhoria de padrão dos produtos industrializados e ao seu aproveitamento máximo, assim como dos subprodutos e derivados.

CAPÍTULO V

Do abastecimento nacional

Título I — Introdução

Item 40 — Atendendo-se à realidade geo-econômica brasileira, o estágio atual de desenvolvimento e a estrutura do sistema institucional de abastecimento, este deverá ser implantado em caráter global, de modo a conciliar os interesses do produtor aos do consumidor.

Título II — Estoques reguladores

Item 41 — Entre as políticas setoriais deverá ser adotada a de estoques reguladores ou de segurança, visando à estabilização para os mercados consumidores, a fim de compensar as eventuais frustrações de safras ou de possibilitar a intervenção no mercado para corrigir distorções, que interfiram na normalidade do abastecimento.

Item 42 — A formação de estoques reguladores terá por fim permitir ao Governo diminuir as flutuações de preços ao consumidor, e garantir a sustentação dos mesmos para os produtos em condições de uma oferta excessiva, de modo a permitir a regularização plurianual da oferta.

Item 43 — A construção desses estoques se processará através de dois instrumentos, que são:

a) — fixação de preços mínimos;

b) — aquisição direta no mercado produtor.

Título III — Armazenagem

Item 44 — A política de armazenagem deverá desempenhar papel fundamental no abastecimento nacional, constituindo-se em fator básico na formação dos preços dos produtos agrícolas.

Item 45 — A armazenagem atuará conjuntamente nas zonas da oferta dos produtos agrícolas, orientando-se no sentido de dinamizar o processo de comercialização, e vinculando-se à distribuição satisfatória do crédito e do financiamento.

Item 46 — A armazenagem deverá processar-se em 3 etapas;

1.º — nas fontes de produção (paiol e silos);

2.º — nas zonas de concentração de produção (armazenagem distrital);

3.º — nas zonas de consumo (armazenagem reguladora para abastecimento, industrialização e exportação).

Título IV — Infra-estrutura de comercialização

Item 47 — A produtividade, os preços mínimos, o armazenamento, o transporte, o crédito e o financiamento atual como elementos básicos da comercialização.

Item 48 — A política dos preços mínimos deverá cobrir todas as zonas de produção, e o cálculo respectivo deverá ser feito para 3 anos, com revisão bianual, sendo uma 45 dias antes do plantio e a outra 30 dias antes da colheita.

Item 49 — Através do órgão responsável pela fixação dos preços mínimos, será feita a disciplinação de importação e exportação, porém de modo a firmar a tradição em mercados consumidores externos.

Item 50 — O crédito e o financiamento, básicos para a comercialização, deverão ser concedidos diretamente aos produtores, sem intermediários, sem burocracia e sem limite para os produtos básicos.

Item 51 — A política de armazenamento se baseará no armazenamento nas fazendas, nos distritos de concentração de produção e nas zonas de consumo, devendo ser promovidos incentivos à iniciativa privada para investir neste setor.

Item 52 — A armazenagem, promovida pelos incentivos à iniciativa privada, deverá ser complementada pelo poder público, a fim de tornar suficiente o conjunto armazenador.

Item 53 — A política de transportes, sendo parte integrante da infra-estrutura do sistema de comercialização agrícola, tem capital importância no escoamento da produção agrícola, concentrada, ditada pelo zoneamento, o qual fornecerá subsídios ao esboço das programações do Ministério dos Transportes.

Item 54 — A política de comercialização deverá incentivar o livre comércio e a iniciativa privada, através de mercados livres, visando a eliminar o ponto de estrangulamento da comercialização, para transferir diretamente ao consumidor a melhoria tecnológica alcançada pelo produtor.

Título V — Do crédito e do financiamento

Item 55 — Conceituar-se-á o crédito rural como o suprimento de recursos financeiros a produtores rurais ou a suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades agropecuárias, objetivando especificamente:

a) — Estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuados por cooperativas ou pelo produtor em seu imóvel rural;

b) — Favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;

c) — Possibilitar o fortalecimento econômico de produtores rurais, notadamente pequenos e médios;

d) — Incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade, a adequada defesa do solo e a melhoria do padrão de vida das populações rurais.

Item 56 — Terá o crédito rural funções altamente sociais, de cunho eminentemente público, cujo fim principal é o de incrementar e amparar a produção agropecuária, não visando, predominantemente, o propósito lucrativo, no que se diferenciará das operações comuns do comércio bancário. Atuando com essa característica, deverá o crédito rural subordinar-se aos seguintes preceitos:

a) — Capitalização do crédito e do financiamento, pela desburocratização e ação integrada de toda a rede bancária nacional;

b) — Adequação, suficiência e oportunidade;

c) — Incremento da produtividade e da produção agrícola, tendo em vista a melhoria da rentabilidade da exploração financeira;

d) — Segurança razoável baseada, principalmente, no planejamento da operação;

e) — Melhoramento das práticas rurais e melhoria das condições de vida e de trabalho na unidade rural beneficiada;

f) — Liberação do crédito em função das necessidades do plano e fixação de prazo para o reembolso em sincronia com os ciclos de produção e a comercialização normal dos bens produzidos.

CAPÍTULO VI

Da industrialização rural

Item 57 — O aumento global da produção agropecuária, para atingir plenamente seus objetivos, implicará necessariamente na implantação de modernas técnicas de industrialização, de modo que:

a) — A indústria localizada junto às fontes de produção impulse o desenvolvimento econômico dessas áreas e regiões, fixando as populações e evitando a descapitalização do meio rural e as migrações catastróficas que subtraem mão-de-obra do campo e agravam o problema das favelas nas cidades;

b) — Sejam reduzidos os custos de produção pelo aproveitamento da mão-de-obra disponível e pela redução de peso e volume nos transportes e armazenamento;

c) — Aumentem os rendimentos dos produtores, pela eliminação de intermediários e dos desperdícios, pela maior facilidade de estocagem e comercialização, e pela possibilidade de assegurar mercado certo e estável a produtos qualificados e padronizados;

d) — Estabilize os mercados sazonais, amplie o período de comercialização, tradicionalize a exportação e aumente a área de comércio interno e externo;

e) — Funcione espontaneamente como reguladora de preços e providencie substancial aumento da produção e da produtividade, com conseqüente redução de custos de produção.

CAPÍTULO VII

Da exportação

Título I — Introdução

Item 58 — A conquista de novos mercados e a consolidação dos atuais constituir-se-á em poderoso atrativo para o aumento da produção nacional de produtos agropecuários, além de, pelas exigências de classificação e padronização, estimular a melhoria da qualidade dos produtos agrícolas nacionais.

Títulos II — Incentivos

Item 59 — Deverão ser mantidos preços competitivos na fonte de produção, obtidos por intermédio do aumento da produção e da produtividade, a fim de incentivar as exportações.

Item 60 — Incentivos fiscais deverão ser estabelecidos, tendo em vista compatibilizar os preços internos dos produtos agrícolas com os do mercado exterior.

Item 61 — Deverá ser incentivada a instalação de centrais de beneficiamento, para o preparo e padronização de tipos de produtos exportáveis, notadamente cereais.

Título III — Organismo de ação

Item 62 — A disciplina do mecanismo de exportação deverá definir uma política agrícola de exportação, facilitando a conquista de mercados.

Item 63 — A movimentação de safras deverá estar vinculada ao organismo básico da exportação, devendo atender às diretrizes de preços mínimos, a fim de se disciplinar os produtos exportáveis.

Item 64 — Deverá haver íntima ligação entre o órgão disciplinar do mecanismo de exportação com o órgão de diretrizes de produtos exportáveis, o qual abrangerá o órgão de movimentação de safras.

Item 65 — Um mecanismo econômico financeiro extremamente flexível e dinâmico, livre de peias administrativas e burocráticas, terá a finalidade de ativar o nosso comércio exterior, em ambos os sentidos.

CAPÍTULO VIII

Da organização do poder público

Item 66 — O Ministério da Agricultura será a Pasta auxiliar do Presidente da República, no exercício do Poder Executivo, em todos os assuntos referentes à produção agropecuária para os fins de abastecimento, de industrialização e de exportação, sendo de sua área de competência:

- I — Agricultura, pecuária, caça e pesca.
- II — Abastecimento e infra-estrutura de apoio à industrialização e exportação de produtos agropecuários.
- III — Recursos naturais renováveis: flora, fauna e solo.
- IV — Organização da vida rural, reforma agrária.
- V — Estímulos financeiros e creditícios.
- VI — Meteorologia, climatologia.
- VII — Pesquisa e experimentação.
- VIII — Vigilância e defesa sanitária animal e vegetal.
- IX — Padronização e inspeção de produtos vegetais e animais ou de consumo nas atividades agropecuárias.

Item 67 — No intuito de se capacitar para atender ao imperativo de suas atribuições legais, e de atender às imposições do aumento de produção e de produtividade agropecuárias, deverá o Ministério da Agricultura ser objeto de uma reforma estrutural e funcional de profundidade.

Item 68 — A reforma do Ministério da Agricultura deverá obedecer aos seguintes princípios básicos:

- a) — Centralização do planejamento e do controle;
- b) — Descentralização da execução, através de maior autonomia administrativa e financeira dos órgãos locais do Ministério, e da delegação de autoridade e competência a ou-

tros órgãos federais, estaduais e municipais, ou órgãos associativistas e cooperativistas;

c) — Adequação das organizações locais do Ministério da Agricultura aos objetivos e metas prefixados;

d) — Delimitação precisa de faixas de atuação e responsabilidade entre os órgãos federais, estaduais, municipais e privados,

e) — Convergência geral de recursos materiais e humanos, para os objetivos e metas predeterminados nesta Carta e no plano estratégico de desenvolvimento do Governo.

Item 69 — Os órgãos e serviços que compõem a estrutura central de direção do Ministério da Agricultura deverão permanecer liberados das rotinas de execução das tarefas de mera formalização de atos administrativos, para poderem concentrar-se nas atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle.

Item 70 — Aos órgãos e serviços do Ministério da Agricultura, localizados nos diferentes Estados da União, caberá a administração casuística, assim entendida a série de decisões e medidas de alcance local e restrito, que não admitem delongas ou protelações e cuja execução e recursos estão previstos, tácita ou explicitamente, em programas e projetos já aprovados pelos órgãos superiores.

Item 71 — Ressalvados os casos de manifesta impraticabilidade ou inconveniência, a execução de programas e projetos federais de caráter nitidamente local deverá ser delegada, no todo ou em parte, mediante convênio, aos órgãos estaduais ou municipais incumbidos de serviços correspondentes ou a instituições associativistas e cooperativistas administrativas e tecnicamente capazes.

CAPÍTULO IX

Da organização da iniciativa privada

Item 72 — A política nacional de produção agropecuária encontra, na iniciativa privada, um dos seus principais sustentáculos na luta para atingir seus objetivos.

Item 73 — O poder público deverá garantir incentivos e facilidades à iniciativa privada que, concorrendo efetivamente para a emancipação da agricultura nacional, se dispuser a:

a) — implantar indústrias na zona rural ou fora dela, que tenham por matéria-prima os produtos da terra;

b) — produzir sementes melhoradas ou mudas selecionadas;

c) — construir armazéns ou silos e instalar indústrias do frio para estocagem de produtos agrícolas;

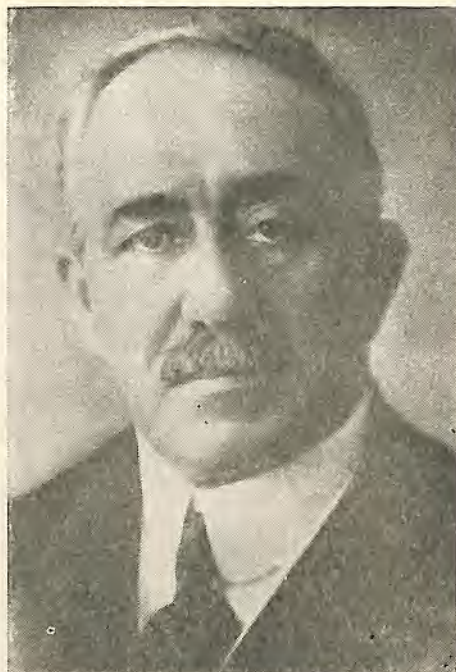
d) — organizar empresas de transportes, especializadas para produtos agropecuários;

e) — produzir insumos para agropecuária, tais como corretivos, fertilizantes, defensivos, medicamentos de uso veterinário e outros;

f) — produzir máquinas e implementos agrícolas;

g) — organizar empresas de engenharia rural ou patrulhas de mecanização para o preparo e trabalho do solo.

ENG. ILDEFONSO SIMÕES LOPES



Ecos do centenário
de seu
nascimento

É do Dr. Ubirajara Índio da Costa o magnífico discurso que a seguir publicamos — e que faltava na série dos que foram, na Sociedade Nacional de Agricultura e em outras entidades e ocasiões, pronunciados nas comemorações do centenário do Ministro da Agricultura do Governo Epitácio Pessoa e saudoso Presidente da casa de que esta revista é órgão.

Não poderíamos deixar de divulgá-lo, pois se trata de uma peça em que o retrato humano e de homem público do homenageado reflora através imagens de grande efeito literário.

Este discurso de Ubirajara Índio da Costa, embora vindo a lume quase um ano após a efeméride, completa entretanto o quadro das comemorações com que o agradecimento e a saudade cumularam a figura daquele que, em vida, foi um grande brasileiro.

“Um engenheiro — homem de régua e ábacos — é o culpado pelo fato de um bacharel — homem de leis e de letras — atrever-se, neste momento, a falar de um engenheiro entre engenheiros.

E uma associação regional, não técnica, é responsável também por esta ousadia e inadequação.

Aquêle engenheiro culpado — é Euclides da Cunha, cujo nome invoco.

Esta associação responsável — é a Sociedade Sul-Rio-Grandense, em cujo nome falo.

Foi o esplêndido sociólogo dos “Sertões” quem, num estudo sobre Castro Alves — o poeta te-lúrico da raça — confessou as doces intimidades dos números com a poesia, da exatidão com

a imaginação, do cálculo com a métrica, da reta com a rima.

E aquêle militar — construtor e historiador — artista, deixou ver que, a despeito das aparências e conseqüências, um poema e um teorema podem repousar igualmente em hipóteses, abstrações e beleza.

E ele, como matemático-escritor, tinha sobrada autoridade para dizê-lo, pois seu amor à perfeição era tão alto que, segundo o nosso crítico João Pinto da Silva, chegou a modificar treze vezes o período inicial com que pretendia descrever e sintetizar a bacia amazônica.

Dai, Senhores Engenheiros, a tranqüila ousadia com que, à base de tão categorizada justificativa, eu me animo a impor-vos o encargo de me ouvir sô-

bre o engenheiro Ildefonso Simões Lopes, um escravo das ciências exatas, que — confirmando Euclides da Cunha — também praticava, na intimidade doméstica, o escapismo lírico das musas.

Mas nosso augusto homenageando — e sua vida pública e profissional o comprova — apesar da tábua de Callet ombrear em sua estante com os “Châtiments” de Vitor Hugo — nunca nos propiciou os temores que Afrânio Peixoto emprestava à possível ação de personagem de um de seus romances — e que era a um tempo engenheiro e poeta: — o risco de que, na comunhão da ciência e da arte, seu herói viesse a “rimar uma ponte e construir um soneto”.

E, por outra face, Senhores, a

mais que centenária Sociedade Sul-Rio-Grandense, a cujos quadros pertenceu o homenagem, quer trazer a sua pedra espiritual ao monumento de respeito e admiração que outros brasileiros ilustres ora erigem ao confratão desaparecido, que — como os demais gaúchos circunstancialmente transplantados para esta generosa e linda capital — aqui se entropilham e arrincoam na calçada da sua sede, que passa a ser um pedaço do Rio Grande encastrado neste Grande Rio, para onde convergem e onde se fundem, sem perda das raízes originais, os patriotas de todos os estados, fazendo da Guanabara a síntese e o símbolo do Brasil.

Outros oradores, mais apropriados e especificamente, traçaram e traçaram as várias projeções da personalidade polidrica e polivalente do Engenheiro-lavrador, do Deputado-estancieiro, do Ministro-ruralista, do Técnico-precursor, do Gaúcho-brasileiro.

Estadistas analisaram o estadista; administradores o administrador, engenheiros o técnico, agrônomos o agricultor.

Elites de vários ramos e de vários Estados que lhe sentiram a ação progressista, realizadora e pioneira, vêm depor neste processo espontâneo de consagração póstuma, mostrando que Ildefonso Simões Lopes, amando entranhadamente o seu Rio Grande amou acima de tudo o Brasil, e que se empenhou, com denodo e alma, na solução de problemas basilares, onde quer que se apresentassem, ignorando fronteiras internas, divisões localistas ou rivalidades regionais.

Ao fim da sua longa e útil caminhada assistencial à problemática nacional, ele, retornando ao chão nativo, bem poderia dizer como Getúlio Vargas, outro eminente rio-grandense, predominantemente humano e brasileiro, após suas andanças por todos os recantos da União:

— Chego como um peregrino às portas do templo, trazendo nas sandálias o pó de todas as estradas, trazendo no coração o eco de todas as angústias e trazendo no olhar a visão panorâmica da Pátria.

Simões Lopes era a antítese vivaz de "El Hombre MEDIOCRE" do sociólogo argentino José Ingenieros.

E o era porque tinha a ousadia das lideranças, forjadas nas an-

tecipadas concepções técnicas, morais, políticas e coletivas do seu tempo.

Porque tinha o impulso da atividade criadora e a fibra das realizações responsáveis.

Porque tinha a agudez das percepções vanguardistas, tinha aversão às comodidades da inércia, temerosa e sibarita, que não erra porque não age, mas que se consome na esterilidade e no erro da própria inação.

Porque tanto detestava o imobilismo timorato e epicurista, quanto o estrelismo vaidoso e promocional.

Porque não fugia às críticas corrosivas, voltando-se, com firmeza consciente, aos riscos das avançadas precursoras e de benefício comum não com a cegueira brutal de Calibã, mas, antes, com a força espiritual e cultural de um Ariel.

Sua formação de desbravador científico e prático emprestava-lhe um halo de "violador de sertões, plantador de cidades" — atribuído ao bandeirante bilaqueano — no mais nobre estilo pessoal da pesquisa e da ação visando aos brasileiros e ao Brasil — e não um perseguidor volutuario e privado que enfrentava com obstinação, canseiras e lutas, em busca direta, e apenas, dos tesouros de esmeraldas fascinantes.

Foi um bandeirante do bem público — nunca um faiscador de riquezas pessoais.

Esmeraldas — ele não as colheu, mas plantou. E plantou para todos e para o futuro, sem jamais se escravizar ao delírio das pedras verdes, faiscantes de sedução e egoísmo.

Quando em breve sazonarem — como já começam a sazonar

— os frutos dos estudos que concebeu e mandou realizar há meio século — como a barvagem e transposição das águas do São Francisco para o vale ressequido do Jaguaribe, fertilizando uma região de secas e retiradas; — e como a regularização das águas da Lagoa Mirim, cujos estudos pessoalmente realizou no campo, recuperando para a lavoura e a pecuária a fértil região da baixada sul-riograndense; — então dir-se-á, com razão, de Simões Lopes o que Bilac, sem razão, atribuiu a Paes Leme, que: "seu pé, como o de um Deus, fecundou o deserto".

Ele madrugou no idealismo e na luta. Guardou sempre a re-

tidão das lanças e o culto da liberdade das planuras natais.

Se não foi um iconoclasta, ficou longe de ser um conformista.

Fiel a princípios morais indesviados, sobrepos-se a influências ambientais e a reivindicações privatistas. Por isso, foi um abolicionista atuante, embora visse a economia doméstica sustentada por centenas de escravos. E fez-se republicano combatente, num lar cujo pai, por mérito próprio, conquistara os braços de Visconde Beneditino do escravismo, teve a dignidade de pelejar pela libertação dos escravos. — E, numa família nobre — fez-se republicano por ideal.

Na esfera nacional quero, apenas, destacar três atitudes definidoras de Ildefonso Simões Lopes, ainda que eu o faça em rápidas pinceladas de tela impressionista.

A primeira é a aludida barragem das águas do São Francisco, em Sobradinho e outros pontos, que, por meio de recalques e túneis serão elevadas às cumieiras da serra, para, então, verterem, irrigarem e fertilizarem a região do Jaguaribe, defendendo irmãos arrasados pela tragédia das secas episódicas, regularizando o curso permanente deste rio caarense e captando, na queda das águas altas, a energia hidro-elétrica, reaplicável nos recalques ou distribuível à demanda industrial. É uma obra gigantesca de técnica e de capitais, em cujos estudos de cinquenta anos atrás, a Eletrobrás tem agora prosseguido, com a evolução da moderna tecnologia.

Não foi um sonho, mas um estudo. E esse estudo de concepção vanguardista, melhorado e aperfeiçoado, espantará em breve os pesadelos de milhões de flagelados.

O dedo revela o gigante.

A segunda, foi a referente à necessidade de eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil e do atendimento à crescente demanda de água e de força industrial doméstica do Rio de Janeiro. Antecipando-se ao surgimento da crise, Simões Lopes, há quarenta anos, imaginou e mandou fazer os levantamentos e estudos sobre o curso do vizinho rio Paraíba. E anos mais tarde, à base daquelas investigações e anteprojetos, a Light realizou obras similares às antes concebidas, com alte-

rações adequadas aos novos avanços mecânicos.

Como a anterior — esta foi uma antevisão precursora.

E a terceira é a que — cerca de meio século depois, ainda conserva, acesa e vibrante, a disputa de primados e interesses nacionais e não-nacionais.

É um tema tão quente e perigoso, pelo jogo de hegemonias e de riquezas conflitantes, que ainda neste instante, a mutação constitucional que ontem, revolucionariamente, se formulou ao Congresso, o choque se acirra em aspereza e chispa.

Simões Lopes foi Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, no governo de Epitácio Pessoa. — Pressentindo a distante marcha do importantíssimo problema, alertou o País para a gravidade e a cobra que se desencadeariam sobre as nossas então indefesas riquezas minerais especialmente sobre jazidas e exploração do petróleo.

Renunciando ao ministério, por lealdade partidária, voltou ele à Câmara dos Deputados e ali com a altaneira e dignidade pessoal e cívica que ninguém ousou quebrar, formulou o projeto específico e rijo, tendente à casação e indenização das concessões de exploração do subsolo, até então outorgadas — e nacionalizando frontalmente as jazidas e a exploração do petróleo, de modo excluindo qualquer intervenção estrangeira.

Foi o primeiro projeto nacionalista da espécie e se constituiu num marco divisor de doutrinas e práticas — que a Petrobrás já assinalou — e que só muito depois, a despeito de forças ocultas ou claras, conseguiu cristalizar-se em lei.

O assunto é profundo. E continua divergente e opcional. Mas, de qualquer forma, ainda aqui — e principalmente aqui — o tamanho da pena revela a asa do Condor.

Essa a trilogia central e pioneira dos seus grandes trabalhos nacionais, bastando só um deles para justificar esta assembléia consagratória.

Mas, pesquisador e animador, incansado, formulou estudos e projetos sobre vasta gama da nossa economia, relativamente a café, açúcar, portos, transportes, algodão, minerações, fertilizantes, fibras, óleos, siderurgia, produção agropastoril, cooperativismo, sindicalização e tudo quando lhe parecesse útil e oportuno ao Brasil.

E por isso seu nome, como célula inicial, está vinculado à implantação do Instituto Nacional de Tecnologia, do Plano de Carvão Nacional, da Siderúrgica de Volta Redonda e ao núcleo irradiador da Petrobrás.

Ao seu Rio Grande, de inquietação, aventura e trabalho, deu, também, os grandes impulsos do seu espírito e as ricas messes do seu coração.

Fascinado pelas lidas do campo, fez-se estancieiro e agricultor, quebrando rotinas, promovendo experiências, avançando técnicas, melhorando processos de produção. No início do século, voltou-se à cultura do arroz, com adubação, irrigação, fumigação e seleção.

Foi o ponteiro desta lavoura em moldes científicos e que veio, depois, a constituir, — como agora constitui — o elemento primordial na estrutura econômica do Rio Grande do Sul.

Para tanto, instalou, utilizou e comercializou a indústria de fertilizantes fosfatados. E, sentindo de perto as angústias deste fator elementar — baixou, quando ministro, a primeira regulamentação para produção de adubos estrangeiros.

Pioneiro ainda, a criação de estações experimentais de trigo, açúcar e vinho rio-grandenses, cujas localizações foram pessoalmente examinadas e escolhidas por seu filho, o agrônomo Álvaro Simões Lopes, e cujas direções entregou a técnicos de notório gabarito internacional.

Chiou a escola de aprendizado agrícola de Pelotas, o Patronato Visconde da Graça. Dirigiu a Sociedade Agrícola da sua terra, a Federação Rural do Estado e, por largos anos, a Sociedade Nacional de Agricultura.

Mandou fazer nos laboratórios da Europa a análise definitiva do carvão gaúcho e catarinense, problema de tão marcante significação e tão contrário a interesses subalternos, que aquelas amostras sofreram em trânsito a possível sabotagem de um "misterioso incêndio". — Mas perseverou e venceu.

Seu espírito volvido para o bem comum não parou nessas já amplas benemerências.

Impressionava-o o extravasamento da Lagoa Mirim, que peçonhamente excluía de aproveitamento quase meio milhão de hectares de solo fértil. E um dia, à sua custa, rumou para

os banhados marginais, com pessoal de campo, com seu Trânsito Gurley, cadernetas, planilhas e miras falantes.

E afundou no trabalho e no barro.

E dele, por fim, emergiu com a solução do vazadouro regularizador, entre a Lagoa e o Mar.

Seu estudo pessoal foi de tal expressão, que quase meio século depois, fundamentou a criação de uma Comissão Mista Brasil-Uruguai, que, neste momento sob as inspirações dos dois governos interessados, realiza os preparativos finais para a regularização do nível lacustre, o impedimento da salinização de suas águas, o vazamento irrigatório de seus excedentes e assim, a recuperação da zona humosa da Baixada Sul-rio-grandense — cuja superfície suporta a atualmente ocupada por toda a lavoura orizícola do Rio Grande do Sul.

Essa é a figura antevisor e iluminada do ilustre conterrâneo que, contingenciado por deveres e funções longe do Estado, mais perto o trazia no coração e na saudade.

Aqui, neste amável Rio, não olvida o seu adorável rincão. Respeitava-lhe os manes, cultiva-lhe as tradições.

No seu recanto do Cosme Velho, na biblioteca, ao lado da sua mesa de trabalho — ostentavam-se, cuidados, sobre cavalete, prontos para qualquer ginecienda — todos os seus arreios campeiros, com o laço, badana, boleadeiras, pelegões e mala de ponche nos tentos. Eram o lenitivo à nostalgia da querência.

E sobre a parede fronteira, entre escadas tradicionais, avultava, emoldurado, o raro "lenço-farroupilha", com símbolos e datas da sua epopéia, e que tinha, em cada lado do quadrado, um verso cujo conjunto compunha a quadra que foi um refrão do ideário de Piratini:

"Nos ângulos do Continente,
"Com patriotismo e valor
"Se divisa sustentado
"O pavilhão tricolor"

Essa quadrinha singela tinha, porém, uma originalidade poética, pois podia ser iniciada por qualquer dos quatro versos, sem quebra de sentido e de expressão.

E em nossos veraneios nas águas minerais de Lamberi, Ildefonso Simões Lopes renascia para o campo montando o seu tordilho... e em companhia

do seu minúsculo sobrinho-neto, meu filho Luis Felipe, serravam pernas para os saltos de obstáculos.

Guardo fotografias familiares, tiradas por meu filho, em que o já idoso homenageado, de pala amarrado a tiracolo e de chapéu quebrado na testa, estirava seu pinga no pulo atrevido de um valo.

Era o retorno às lides campeiras de menino, retezando-lhe os músculos, vitalizando-lhe a alma, rejuvenecendo-lhe o coração enraizado em coxilhas e umbus.

Eis aí, Senhores, o extraordinário panorama humano a quem hoje, justiceiramente, estamos a memorar e distinguir fazendo-o eu em nome de Pelotas e do Rio Grande e reproduzindo a sua frase de que "por ser pelotense — sou duas vezes do Rio Grande, e por ser rio-grandense, — sou duas vezes do Brasil".

Engenheiro, campeiro, deputado, lavrador e Ministro Ildefonso Simões Lopes: —

— recebe, nesta hora de consagração nacional, o respeito e o agradecimento do nosso distante Estado, plantado na atribulada confluência de três pátrias — e da nossa amável cidade natal, engastada em planuras na delimitação de três rios e do nosso mar mediterrâneo.

Digna-te aceitar a oblata dos filhos da tua terra, que reverenciam teu nome honrado, a cujo lustre juntaste, alçaste e projetaste o nome do teu afastado, mas lembrado torrão.

Aquí está o teu velho e varonil Rio Grande, aquêle Rio Grande que a Metrópole por dois séculos esqueceu e que a ele só se voltou para degradá-lo em presidio militar e para exigir-lhe sacrificio de sangue contra a invasão espanhola, desencadeada por rivalidades remotas entre coraas peninsulares.

Acorre aqui o teu Rio Grande, que a despeito daquele desprimor, timbrou em exaltar e defender o culto vivo e sangrento da brasilidade em século e meio de flutuações demarcatórias, cujos limites oscilavam com a fortuna das áreas, e cujo destino levou João Neves da Fontoura a dizer que o balizamento definitivo das fronteiras

do Sul, foi feito "a ponta de lança e a pita de cavalo".

Está presente o teu Rio Grande das Guerras Cisplatinas e da epopéia decenal dos farrapos com que a República de Piratini — andrajosa, mas heróica e idealista — buscou republicanizar o País, oprimido e espoliado por privilégios, brações e coraas.

Aquí comparece o antigo Rio Grande, abarbarado e leal, abrasado pelos clarões libertários da Bastilha, alastrados fragmentariamente na América, mas que nunca nos fizeram perder o rumo unitário do Brasil, tanto assim que o nosso bravo David Canabarro, embora amargurado pelo revés de Porangos, rechaçou a oferta de armas e homens de outro caudilho argentino, respondendo-lhe — num exemplo invulgar de civismo nacionalista: — "O primeiro estrangeiro que puser o pé na fronteira fornecerá o sangue com que a República do Rio Grande assinará a paz com o Império do Brasil".

— Aquí ora se descobre, unido diante de ti, o Rio Grande do Sul que, histórica e cruentamente, se dividiu e alternou entre castelhanos e reinóis, entre Farrapos e Caramurus, entre Maragatos e Fica-Paus, entre Bandoleiros e Brigadeanos.

É o Rio Grande de Bento Gonçalves, de Osório, de Menina Barreto e de Tamandaré; do galhardo decênio republicano; do triênio violento da Revolução Federalista, em que se cruzaram a lança de Gumerindo Saraiva e a espada de Pinheiro Machado; do ano da Cruzada Libertadora de 1923, em cujas hostes rebeldes de Zeca Neto, contrárias às forças militares do teu Partido, pelejou — num exemplo de grandeza idealista — o teu direto e dileto descendente, Ildefonso Simões Lopes Filho.

É o mesmo Rio Grande paradoxal e generoso que se cindiu entre Antônio Neto e Chico Moringue; entre Júlio de Castilhos e Silveira Martins, entre Borges de Medeiros e Assis Brasil para, esquecendo um século de luto, congregar-se passageira e milagrosamente em Frente Única, sob a bandeira persuasiva e conclamante de Getúlio Vargas.

É também o Rio Grande dos poemas de Manoel Porto Alegre e da sapiência de Ramiz Galvão, da pena de Félix da Cunha e da tribuna de Pedro Moacir, dos pincéis de Leopoldo Gotuzo e dos romances de Érico Veríssimo, da história de Alfredo Varela e da sociologia de Lindolfo Coler, do marinheiro Alexandrino de Alencar e do regionalista Alcides Maia, dos juristas Carlos Maximiliano e Mozart Vitor Russomano, dos académicos João Neves e Viana Moog, da medicina do professor Aníbal Dias, da engenharia de Fernando Martins, da ciência de José Batista Pereira, da literatura gauchesca de teu sobrinho Simões Lopes Neto e do poema ontológico de Ramiro Barcelos, do "panache" cavalheiresco de Flores da Cunha e da universalidade genial de Osvaldo Aranha.

Todo esse Rio Grande, que não é apenas um enxame de guerreiros mas também um ninho de grandezas espirituais e culturais — todo esse Rio Grande unido, solidário e reverente, é que ora fala pela minha voz e que, ao se integrar nos lauréis desta consagração nacional, dobra comovidamente o joelho que nunca vergou aos poderosos — dobra o joelho sobre a terra amiga que te guarda as cinzas, e proclama, parafraseando Beltrão diante do túmulo de Mitre:

— Ildefonso Simões Lopes,

flama motriz das nossas realizações orgânicas e fundamentais, nume tutelar dos nossos empreendimentos precursores, asa limpa do nosso céu de esperanças, exemplo pertinaz de confiança na técnica, de desprendimento pessoal, de firmeza moral, de fidelidade ao ideal — dá-nos a tua fibra como uma bandeira para os moços, uma meta para os que lutam, um escudo para os que fraquejam, um dinamo para os que creem nos frutos do trabalho e que almejam multiplicá-lo para o bem comum e para a grandeza do Brasil.

E lá no assento etéreo a que subiste fica como um farol a indicar o rumo aos porvindouros e — "desvanece-te em núcleo, magnifica-te em astro, cristaliza-te em sol!"

NOTA DA REDAÇÃO — O Dr. Ubirajara Índio da Costa, gaúcho de nascimento, faleceu repentinamente a 7 de agosto do ano passado, pouco tempo depois de ter pronunciado o discurso acima transcrito.

É em sua homenagem o registro, aqui, de alguns dados biográficos dê-se ilustre pelotense.

Nasceu em Pelotas, Rio Grande do Sul em 1902 — Criou-se no campo, na "Estância Bom Sossêgo", município de Piratini. Estudou nos Ginásios Gonzaga e Pelotense. Prestou os primeiros exames finais no Ginásio "Lemos Jr.", no Rio Grande do Sul, em 1917. Tirou o curso do Colégio Militar de Porto Alegre, conquistando o título de Agrimensor. Matriculando na Faculdade de Direito daquela Capital, transferiu-se em 1924 para a Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, fazendo parte da turma do Centenário dos Cursos Jurídicos.

Filho de destacado revolucionário maragato de 93, teve escola cívica de independência e luta — combatendo a sociocracia positivista de Borges de Medeiros. — Participou da campanha chefiada por Assis Brasil, que deflagrou a Revolução Libertadora de 1923, naquele Estado.

Em 1924/25, juntou-se a seu pai novamente em armas, com êle emigrando, depois, para o Uruguai.

Dali retornou para dirigir o jornal de combate "O Libertador" — único órgão de oposição no Rio Grande do Sul.

Abrindo ali sua banca profissional, firmou créditos de criminalista, patrocinando também as mais ruidosas causas de paternidade natural, transitadas pelos Tribunais gaúchos.

Mantendo-se sempre em atividades políticas, dirigiu o jornal "Correio Mercantil", que foi uma tribuna de reação da Revolução de 30, chefiada por Getúlio Vargas, de cujo movimento participou. Em 1932, foi decidido opositor à Revolução Paulista, prestigiando o Governo de Vargas.

Escreveu vários estudos jurídicos, publicados em revistas especializadas.

Foi depois, diretor do jornal "Diário Liberal", por vários

anos, concorrendo à eleição de 1935 à Assembléia Legislativa do Estado, cuja cadeira posteriormente assumiu (1937).

Aberta a luta entre o Governador Flôres da Cunha e o Presidente Vargas, em 1937 — combateu ao lado dêste, dirigindo então a fôlha getulista "A Pátria".

Sobrevindo o Estado Novo, dedicou-se exclusivamente às atividades profissionais, exercendo Trabalho, na Faculdade de Direito de sua terra natal.

Transferindo-se para cá, em 1941, como Procurador Geral do IPASE, ligou-se ao Estado do Rio por atividades profissionais e industriais, desde 1943 — realizando vários empreendimentos, inclusive loteamentos na Estrada Rio-Petrópolis e sendo, desde então, um dos diretores da Cia. Frigorífico Iguaçu.

Aí foi buscá-lo o PTE fluminense para integrar sua chapa à Câmara Federal — (Ficou suplente).

Membro da Comitativa escolhida por Getúlio Vargas, para acompanhar S. Excia. na Caravana da Vitória, que percorreu o Centro e o Norte do Brasil (agosto de 1950).

1951 — Membro do Conselho Técnico do Instituto de Resseguros do Brasil, seu vice-presidente, com vários e largos exercícios da presidência.

Em fins de 1952, chefiou missão do IRB para tratar em Londres de vários problemas do resseguro internacional, principalmente os relativos à cobertura (excedente) da safra de algodão (São Paulo) que o governo adquirira para defender-lhe o preço.

Visitou a Inglaterra, França, Suíça, Alemanha (Sul), Itália, adoecendo gravemente em Nice. De retôrno visitou, de passagem, Espanha e Portugal.

Com o suicídio do Presidente Vargas, renunciou àquele cargo, o que não foi aceito, por ser técnico, — até o Governo de Kubitschek. Este depois o convidou para exercer o cargo de Diretor-Superintendente da "A Equitativa", de onde saiu nove meses depois (março de 1957).

Desde então, ocupou os cargos de procurador do Instituto Rio-grandense do Arroz e Companhia Brasileira de Adultos.

Em agosto de 1966, viajou novamente à Europa, em missão do IRGA.

AUMENTO DA VENDA DO CAFÉ

Segundo opinião do Centro do Comércio do Café do Rio de Janeiro, os dispositivos adotados pela maioria dos membros da Organização Internacional do Café vão permitir ao Brasil colocar o produto em quantidade maior do que a prevista para o ano, convênio findo a 30 de setembro.

Informou o Centro que a cota total atribuída ao Brasil, de 17 mil 672 sacas, representa um aumento de 360 mil. Este volume não inclui os mercados novos. Assim o País tem amplas possibilidades para exportar, tudo dependendo apenas das medidas internas que venham a dar maior flexibilidade à ação dos exportadores, para que o Brasil possa preencher totalmente a cota dos mercados tradicionais.

Foram também afastadas questões que devem ser tratadas diretamente entre os interessados, como as do café solúvel e dos fretes, as quais não devem perturbar o exame do problema das cotas. É de se esperar que as novas medidas de controle evitem as burlas ao espírito e à letra do Convênio, verificadas em passado recente. E afirma adiante o Centro do Comércio do Café:

— É lastimável, porém, que contrastando com os resultados obtidos em Londres, tenha sido sancionada a Lei 5.314, que restabeleceu a obrigatoriedade da utilização de despachante aduaneiro no processamento das exportações de café, o que vem contrariar os propósitos do próprio Governo de desgravação das exportações.

Notícias e Informações

BIOLOGIA TROPICAL

Patrocinada pela Academia de Ciência dos Estados Unidos, o navio de pesquisas "Alpha-Helix", com vinte cientistas a bordo, vai realizar viagens de estudos sobre biologia tropical na região amazônica. O chefe da expedição é o cientista J.B. Biale, especialista em respiração de plantas e professor da Universidade da Califórnia.

Os trabalhos têm como objetivo principal realizar levantamento da capacidade de produção de plantas tropicais, concentrando esses estudos sobre fotossíntese, respiração e nutrição de plantas da flora amazônica dentro do próprio navio "Alpha-Helix".

Os participantes da expedição pertencem, em sua maioria, a instituições americanas, mas virão também cientistas de algumas organizações européias. Do grupo brasileiro fazem parte: Dr. Paulo de Tarso Alvim, coordenador técnico da CEPLAC, Dr. M. Bacila, bioquímico da Universidade do Paraná, Dra. Hebe Martelli, da Escola de Química da Universidade Nacional do Brasil, Dr. João Manoel M. Ventura, bioquímico da Universidade do Ceará e Dr. L. Leopoldo Coutinho, fito-fisiologista da Universidade de São Paulo.

INDÚSTRIA PESQUEIRA

O Rio Grande do Sul pos-

sui numerosos estabelecimentos produtores de conserva, salga e óleo de peixe, cabendo aos Municípios de Rio Grande, São José do Norte e São Lourenço os maiores índices de industrialização. Ao que informa o Serviço de Estatística da Produção do Departamento Econômico do Ministério da Agricultura, o Estado produz óleo de peixe, camarão enlatado, peixe salgado e seco, peixe enlatado, ovas salgadas, secas e congeladas, camarão com casca e sem casca.

Em Santa Catarina a produção abrange não só as espécies mencionadas mas também a industrialização de sardinha enlatada; camarão, lagosta e lagostinho enlatados; carne de siri congelada, óleo de baleia e ovas salgadas e secas. A industrialização se processa nos Municípios de Biguaçu, Canelinha, Ganchos, Imaruí, Laguna e outros.

NOVOS PREÇOS PARA PRODUTOS EXCEDENTES

O Ministério da Agricultura aprovou nova tabela de preços para a venda de produtos excedentes do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Centro-Sul, devendo os preços oscilar de acordo com a cotação dos produtos no mercado. Os preços para os seguintes produtos são os do mercado consumidor menos 20%: em quilo — caprinos, carne bovina, creme de leite, manteiga, queijo tipo Minas

e ovinos; em litros, leite integral e leite desnatado.

EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS

No primeiro semestre de 1967 o café verde (beneficiado) foi o produto vegetal mais exportado, alcançando um total de 455,8 mil toneladas. Logo a seguir figuram o algodão em rama — (96,2 mil t), soja em grão (90,5 mil t), banana 89,8 mil t) e o milho em grau (82,5 mil t). Em menor quantidade foram exportados: o sisal (60,3 mil t), cacau em amêndoas (40,4 mil t), laranja (22,6 mil t); fumo em fôlha (22,6 mil t), erva-mate (15,2 mil t), amendoim em grão (13,4 mil t), castanha do Brasil (9,8 mil t), arroz (9,1 mil t) cera de carnaúba (6 mil t) madeira-jacarandá (5,7 mil t) e pimenta em grão (3,3 mil t).

REUNIÃO DA BATATINHA

Com a presença de 28 técnicos de todo o País, terminou a Reunião Anual da Comissão Nacional da Batatinha, promovida pelo Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias, do Ministério da Agricultura.

Segundo o Dr. Otávio Almeida Drumont, da Divisão de Fitotecnia, do DPEA, "os resultados foram muito bons, servindo para coordenação de pesquisas no setor nacional do plantio da batatinha, verificando-se o de-

envolvimento nas condições técnicas da produção, principalmente na Paraíba, onde já há frigoríficos para reserva do estoque básico de sementes”.

A Comissão Nacional da Batatinha estudou a continuação da execução do Convênio Brasil-Alemanha para a importação da batata-semente, esperando-se que 35 mil caixas, com 30kg cada sejam importadas em dezembro próximo, com variedades já conhecidas para cada região, pelos trabalhos anteriores de pesquisas realizados.

EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS ANIMAIS

Couros e peles (175 mil t), e carne bovina (7,2 mil t) foram os principais produtos de origem animal exportados pelo Brasil durante o primeiro semestre de 1967.

CARTA DE BRASÍLIA

Em suas últimas reuniões, sob a presidência do Ministro Ivo Arzua, o Conselho do Fundo Federal Agropecuário apreciou cerca de 40 processos, liberando verbas no montante de 15 milhões de cruzeiros novos. As verbas se destinam a 40 órgãos do MA, para as mais variadas atividades agropecuárias, e serão aplicadas de conformidade com a “Carta de Brasília”.

Entre os processos agora liberados, destacam-se: 5 milhões ao INDA para execução do plano de aplicação que prevê a aquisição, distribuição e revenda de materiais agropecuários; 1 milhão para assistência à zoonossanitária; 800 mil para a Campanha contra a raiva dos herbívoros e combate à brucelose; 300 mil para financiamento de reprodutores bovinos; 1.200 para o combate às doenças dos animais; 480 mil para pesquisas de fertilidade do solo; 440 mil para pesquisas visando a estabelecer normas técnicas para as culturas de milho, soja, cana-de-açúcar e mandioca.

FINANCIAMENTO DE REPRODUTORES DO R. G. DO SUL

O Departamento de Pro-

moção Agropecuária, do Ministério da Agricultura, acaba de aplicar 300 mil cruzeiros novos, liberados pelo Fundo Federal Agropecuário, para financiamento de reprodutores bovinos, asininos e caprinos do Rio Grande do Sul.

RENOVAÇÃO DOS CACAUAIS NA BAHIA

Para obter material genético melhorado do cacau, quanto à precocidade, resistência à podridão parda e produtividade superior às demais variedades locais, foi instalado, no Centro de Pesquisas do Cacau (Bahia) o Setor de Botânica e Genética. O setor dispõe de diversas espécies botânicas que vêm sendo utilizadas na formação de lavouras novas e renovação de cacauais decadentes.

A partir deste ano teve início a distribuição de sementes híbridas de polinização aberta, entre sessenta clones selecionados por produtividade, mantidos em jardim clonal. Estão sendo distribuídas também, sementes híbridas de polinização controlada.

PATOS, MARRECO E GANSOS

Existem nos Estados mais de 7.865.000 patos, marrecos e gansos. De acordo com o Serviço de Estatística da Produção, a quantidade das referidas aves alcançou um aumento superior a 400 mil unidades por ano no triênio 1963-65. Quanto ao valor da produção, registrou-se igualmente um significativo aumento nos anos de 1963, 1964 e 1965, já que de 3 milhões e 536 mil cruzeiros novos, os índices passaram para 8 milhões e 36 mil e 12 milhões e 697 mil.

Santa Catarina mantém o primeiro lugar na criação de patos, marrecos e gansos, figurando com 1.101.000 cabeças. O segundo colocado é Minas Gerais, com 925.000, e o terceiro é o Paraná, com 683.000, seguido de São Paulo, com 632.000. Com mais de 400.000 cabeças, destacam-se os Estados do Maranhão, Pará e Bahia; com mais de 200.000 a ... 360.000, os Estados do Ceará,



THUYA
AVÍCOLA
SIMÕES

Medicação preventiva e curativa das pipocas (ou caroços) dos pintos e aves adultas

À venda à

RUA DO MATOSO, 33 - RIO

Para o interior enviamos pelo reembolso postal

Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Amazonas e Alagoas.

PRODUÇÃO DE CARNES NO PARANÁ

Em 1965 o Paraná produziu 62.770 toneladas de carne de bovino, 20.343 toneladas de carne de suíno, ... 18.708 toneladas de toucinho, 5.412 toneladas de banha e 8.921 toneladas de couro de bovino. Outros produtos, relativos ao citado ano, foram os seguintes (em toneladas): salsicharia a granel, 4.389; presunto, 122; carne verde de ovino, 303, de caprino, 688; carne de ave, 180. Além dos relacionados, assinala-se a produção de sebo, banha industrial, miúdos de bovinos, suínos, aves, caprinos, bovinos; língua, ossos, alimento para animais, farinhas de várias espécies e outros subprodutos animais.

4 MILHÕES DE PERUS

Existem no País mais de 4 milhões de perus, representando o valor de 20 milhões e 692 mil cruzeiros novos. Assinala-se que o crescimento da quantidade de perus é da ordem de 300 mil unidades por ano.

Segundo as regiões do País, a maior quantidade de perus centraliza-se no Nordeste, com 1.639.000 cabeças; o Leste coloca-se em segundo lugar, com 1.350.000 e em plano bastante afastado destacam-se o Sul, com 590.000, o Centro-Oeste, com 284.000 e o Norte com 135.000. Por Estados, os principais algarismos pertencem à Bahia, com 659.000 unidades, a Alagoas, com 387.000, a Minas Gerais, com 372.000, a Pernambuco, com 328.000, ao Ceará, com 302.000 e à Paraíba, com 391.000. Os demais Estados e Territórios figuram com índices inferiores.

LATICÍNIOS NO RIO DE JANEIRO

A produção de laticínios dos estabelecimentos inspecionados pelo governo federal, no Rio de Janeiro, compõe-se de 13 produtos, dentre os quais o de maior valor econômico é o leite pasteurizado, representando 25 milhões e 619 mil cruzeiros novos, correspondentes a 251.314 toneladas. O segundo colocado é o leite em pó, com 5.529 toneladas, no valor de 5 milhões e 607 mil cruzeiros novos, e o terceiro é o leite condensado, com 4.252 toneladas e 2 milhões e 763 mil cruzeiros novos. A manteiga acusa 1.056 toneladas, valendo 1 milhão e 636 mil cruzeiros novos. Outros produtos, com valores abaixo de 803 mil cruzeiros novos, são a farinha láctea, o creme, o leite em pó industrial, o queijo, o doce de leite, o requeijão, a ricota e a caseína. Os dados são do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, e relativos a 1965.

REBANHO NACIONAL DE EQUÍNOS

O rebanho brasileiro de equínos, que era de

8.903.000 cabeças em 1963, passou para 9.222.000 em 1964 e atingiu 9.344.000 unidades em 1965. No tocante ao valor da produção, os índices do referido triênio registraram, sucessivamente, 142 milhões e 464 mil cruzeiros novos, 318 milhões, 328 mil e finalmente 457 milhões e 417 mil cruzeiros novos.

Segundo informa o Serviço de Estatística da Produção, do Departamento Econômico do Ministério da Agricultura, Minas Gerais e Rio Grande do Sul possuem as maiores quantidades de equínos, o primeiro 1.554.000 cabeças, e o segundo, 1.324.000. Em plano imediato destacam-se São Paulo, com 851.000 unidades; Bahia, com 846.000; Goiás, com 794.000; Paraná, com 672.000; Mato Grosso, com 626.000, e Santa Catarina com 430.000. Com mais de 300 mil equínos aparecem os Estados do Ceará, Maranhão e Pernambuco. Os demais figuram com índices inferiores.

COOPERATIVAS TERÃO ESTATUTO-PADRÃO

A Secretaria de Agricultura de São Paulo, juntamente com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), está estudando a elaboração de um estatuto-padrão para os diversos tipos de cooperativas que foram constituídas antes da vigência da nova lei de cooperativismo. Informa a Secretaria que, não obstante o trabalho que vem realizando com o INDA, "as cooperativas que desejarem podem tomar a iniciativa de proceder à reforma dos seus estatutos", uma vez que o estatuto-padrão deverá servir apenas para orientação das associações. O prazo para a elaboração dos novos estatutos termina no dia 19 de abril do ano que vem.

CÓCO-DA-BAHIA

Cerca de 530 mil toneladas de côco-da-bahia estão sendo produzidas, por ano, em vários Estados brasileiros, particularmente na Bahia. A área plantada com esse fruto é de 87.680 hectares e o valor da produção eleva-se

a 37 milhões e 378 mil cruzeiros novos.

O Estado citado é o principal produtor, com ... 136.754 toneladas, seguido de Alagoas, com 107.506. Em segundo plano destacam-se Sergipe, com 71.724 toneladas; Ceará, com ... 52.375; Pernambuco, com ... 50.603 e Paraíba, com ... 39.659. Ainda com produção expressiva de côco-da-bahia aparecem os Estados do Rio Grande do Norte, ... 17.909 toneladas; Maranhão, com 16.729; Espírito Santo, 7.650; Guanabara, 7.125 e Minas Gerais com 6.652. Os demais Estados e Territórios figuram com índices inferiores.

PRODUÇÃO DA SOJA

O Rio Grande do Sul ocupa o primeiro lugar na produção nacional de soja, ou seja 463.153 toneladas, de um total de 523.176. A área cultivada no Estado é de 386.452 hectares, e o valor da colheita eleva-se a 49 milhões e 548 mil cruzeiros novos.

Além do Rio Grande do Sul, são produtores de soja os Estados do Paraná ... (44.111 toneladas); São Paulo (8.862); Santa Catarina (5.123); Bahia (1.058); Mato Grosso (755); e Minas Gerais (144). Segundo informa o Serviço de Estatística da Produção, do Departamento Econômico do Ministério da Agricultura, em 1965 o valor da soja atingiu 54 milhões e 528 mil cruzeiros novos.

CEBOLA

A cebola nacional é produzida em 18 Estados, através de uma área de 46.732 hectares. Sua quantidade atinge 225.496 toneladas e seu valor eleva-se a 47 milhões e 738 mil cruzeiros novos.

Rio Grande do Sul é o principal produtor de cebola, figurando com 109.991 toneladas; o segundo lugar pertence a São Paulo, com 41.527, e o terceiro ao Paraná, com 19.795. Os produtores de segundo plano são os Estados de Minas Gerais (15.052) Santa Catarina

12.888), Bahia (10.520) e Pernambuco (9.912). Os demais figuram com índices inferiores a 1.525 toneladas, sendo para ressaltar que a contribuição do Norte e do Centro-Oeste é de pequena expressão — ao que informa o Serviço de Estatística da Produção, do Departamento Econômico do Ministério da Agricultura, baseado nos dados de 1965.

FREVISÃO DE SAFRAS

O Serviço de Informação Agrícola (SIA), do Ministério da Agricultura, acaba de editar, sob n.º 21, "Safras" (estimativas para o ano agrícola 1966/67), trabalho elaborado pelo Serviço de Previsão de Safras do Departamento Econômico do MA.

A publicação traz a previsão das safras das águas e das secas dos produtos agrícolas, por Estados e por áreas, acrescentando boletins agroclimatológicos do Serviço Nacional de Meteorologia, com quadros e mapas explicativos dos índices de precipitações pluviométricas e temperaturas, observados no País.

O livro pode ser adquirido na Seção de Publicações do SIA, andar térreo do Ministério da Agricultura.

PRODUÇÃO EXTRATIVA VEGETAL

A produção extrativa vegetal brasileira totaliza 511 toneladas, tendo acusado declínio de volume em 1965, já que em 1964 era de 584 toneladas e em 1963 atingia 633. Em relação aos produtos principais, registrou-se aumento quanto à hevea, babaçu, castanha de caju, oiticica e piaçava; declinaram em quantidade o latex, a cera de carnaúba, o caroá, a castanha-do-pará e a erva-mate. Em números exatos, os produtos em apêço alcançaram as seguintes quantidades: hevea, 31.643 toneladas; babaçu, 170.809; castanha do caju, 13.789; oiticica, 52.334; piaçava, 18.845; latex, 5.672; cera de carnaúba, 12.729; caroá, 2.549; castanha-do-pará, 40.798; erva-mate, 123.325. No que se relaciona aos índices de va-

lor, os mais elevados são os do babaçu, com 36 milhões e 584 mil cruzeiros novos, os da hevea, com NCr\$ 26.367.000, os da erva-mate, com NCr\$ 16.404.000, os da cera de carnaúba, com NCr\$ 10.220.000 e os da castanha-do-pará com NCr\$ 8.714.000. Em plano afastado, aparecem a piaçava, com NCr\$ 5.533.000, a oiticica, com NCr\$ 4.488.000. Latex, batata, sôrva, lieuri e castanha de caju figuram com índices que oscilam entre NCr\$ 1.622.000 a.... NCr\$ 1.260.000. Os demais aparecem com índices inferiores, segundo o Serviço de Estatística da Produção, do Departamento Econômico do Ministério da Agricultura.

PLANIFICAÇÃO PARA A AGROPECUÁRIA

O Ministro Ivo Arzua baixou Portaria determinando à Secretaria Geral da Agricultura, a elaboração urgente de Planos e Programas de âmbito nacional objetivando a superação dos fatores limitantes da produtividade agropecuária. Os planos e programas, que serão elaborados por órgão de planejamento da Secretaria Geral, serão norteados dentro dos princípios e fins da Carta de Brasília.

O Ministro recomenda especial atenção para os problemas relacionados com a produção, comercialização e consumo de corretivos (PLANICAL); fertilizantes (PLANIFER); sementes selecionadas (PLANASEM); vacinas (PLANAVAC); tratores e implementos agrícolas (PLANAMEC) e silos domésticos (PLANASIL). O titular da Agricultura determinou, ainda, que estes programas estejam concluídos impreterivelmente até o fim do presente exercício, de modo que se possa pô-los em execução já nos primeiros dias de 1968.

A elaboração dos planos e programas deverá seguir um roteiro de cinco itens, elaborado pelo próprio Ministro Ivo Arzua, e que determina as seguintes regras: 1.º) Situação atual: descrição sucinta sobre a produção, comercialização, consumo e preços e destaques;

2.º) Diagnóstico: análise e crítica, relação de causa e efeito, principais fatores limitantes a superar e estudo dos mercados; 3.º) Objetivos a atingir: curto, médio e longo prazo; 4.º) Meio e método a empregar: instrumentos básicos de ação, métodos de ação e gráfico; 5.º) Cronograma de investimentos: públicos ou privados.

PREÇO MÍNIMO PARA O ALGODÃO E OUTROS PRODUTOS

O Presidente da República fixou os preços mínimos (safra 67-68) para o algodão produzido nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal, que são os seguintes: algodão em pluma: NCr\$ 21,49 por arroba (15 kg) com fibra de 28 a 30 milímetros, do tipo 5, regular.

O algodão em caroço tem o preço de NCr\$ 6,00 por arroba (15 kg) do tipo 5, regular, livre de quaisquer despesas adicionais, inclusive de Imposto de Circulação de Mercadorias e Taxa de Previdência Social Rural, em qualquer localidade dos citados Estados.

Também tiveram seus preços mínimos fixados: o amendoim, farinha de mandioca, feijão, girassol, milho e soja, das regiões Central e Meridional, da safra 67-68.

Foram fixados os seguintes preços básicos: amendoim: NCr\$ 6,91 por saco de 25 kg de amendoim do tipo 3; farinha de mandioca: NCr\$ 4,80 por saco de 50 kg de farinha grossa, do tipo 1; feijão: NCr\$ 20,80 por saco de 60 kg de feijão do tipo 3; girassol: NCr\$ 11,80 por saco de 40 kg do tipo 2; milho: NCr\$ 7,50 por saco de 60 kg dos grupos "semiduro" e "mole" do tipo 3; soja: NCr\$ 11,48 por saco de 60 kg de qualquer das classes do tipo 3.

São conceituados como regiões Central e Meridional os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná,

Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e o Distrito Federal.

LEITE PASTEURIZADO

A produção de leite pasteurizado dos estabelecimentos inspecionados pelo Governo Federal eleva-se a 691.349 toneladas, representando o valor de 70 milhões e 477 mil cruzeiros novos. A contribuição global provém de 9 Estados, dentre os quais os de Minas Gerais e Rio de Janeiro se destacam como os de primeiro plano — o primeiro com 330.260 toneladas e o segundo com 251.314; Espírito Santo, terceiro colocado, figura com 47.014 toneladas e São Paulo, em quarto, com 38.043. Os demais produtores são os Estados da Guanabara, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás, todos com quantidades inferiores a 10 mil toneladas, segundo informa o Serviço de Estatística da Produção, do Departamento Econômico do Ministério da Agricultura.

PROGRESSOS DO ALGODÃO EM SÃO PAULO

O Instituto Agrônomo de Campinas, através da sua Seção de Algodão, vem realizando pesquisas que concorreram muito para a melhoria da produtividade e da qualidade da fibra das safras paulistas.

Conforme dados da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, a produtividade cresceu nas seguintes proporções: safra de algodão de 1947/50: 485 kg por hectare (índice 100%); safra 1951/54: 671 kg/ha (138%); safra 1955/58: 843 kg/ha (174%); 1959/62: 1.017 kg/ha (210%); 1963/64: 1.094 kg/ha (226%); e safra 1965/66: 1.416 kg/ha (292% de produtividade).

Os níveis de produtividade alcançados no período 1962/66 possibilitariam igual volume de colheita em metade da área realmente plantada nos anos 1945/49.

O Brasil é atualmente o 8.º produtor mundial de algodão, precedido dos Estados Unidos, União Soviética,

China, Índia, México, Egito e Paquistão.

CARNES DE BOVINO E SUÍNO NO SUL

De acordo com o Serviço de Estatística da Produção, os Estados sulinos produzem 677.367 toneladas de carne de bovino (compreendendo carnes verde, frigorificada, salgada, enlatada e outras) e 117.510 toneladas de carne de suíno, dentre as quais a verde e a frigorificada.

Com os algarismos em apêço, o Sul classifica-se como o maior produtor de carnes de bovino e de suíno, ultrapassando os índices do Leste e do Nordeste reunidos. No que concerne ao valor da produção, registram-se 556 milhões e 204 mil cruzeiros novos para a carne bovina e 104 milhões e 390 mil para a carne de suíno.

São Paulo é o principal produtor de carne bovina, figurando com 413.266 toneladas; o imediato é o Rio Grande do Sul, com 168.391. Quanto à carne de suíno, inverte-se a posição dos algarismos: Rio Grande do Sul, 50.676 toneladas, e São Paulo, 31.337. Os dados são referentes a 1965.

LATICÍNIOS EM SÃO PAULO

A produção de laticínios dos estabelecimentos inspecionados pelo governo federal, em São Paulo, compreende 18 produtos, dentre os quais o de maior valor é o leite em pó, com 31.512 toneladas, representando 31 milhões e 722 mil cruzeiros novos. O segundo, na ordem de valores, é o leite condensado (12.112 toneladas e 7 milhões e 787 mil cruzeiros), e o terceiro é o queijo, com 6.027 toneladas, valendo 7 milhões e 475 mil cruzeiros. A seguir, destacam-se a manteiga: 3.679 toneladas e 5 milhões e 886 mil; o leite pasteurizado: 38.043 toneladas e 3 milhões e 878 mil; o creme: 2.026 toneladas e 1 milhão e 721 mil, e a farinha láctea: 1.064 toneladas e 1 milhão e 63 mil cruzeiros. Com índices abaixo de 913 mil cruzeiros, aparecem o requeijão, o caramelo, o leitelho em pó,

o leite em pó industrial, a caseína, o doce de leite, a lactose, o leite desnatado, evaporado e fermentado e a ricota. Dados de 1965, apresentados pelo Serviço de Estatística da Produção, do Departamento Econômico do Ministério da Agricultura.

PECUÁRIA LEITEIRA DE PERNAMBUCO

De conformidade com projeto do Departamento de Promoção Agropecuária, do Ministério da Agricultura, serão distribuídos em cotas, a partir do corrente mês, NCr\$ 310.000,00 destinados ao desenvolvimento da pecuária leiteira de Pernambuco.

FORRAGEIRAS NO CEARÁ

Em programa integrado com a Secretaria de Agricultura do Ceará, o Ministério da Agricultura intensificará um programa de fomento às forrageiras. Para o mesmo Estado foram liberados NCr\$ 5.000,00 para combate à raiva e foram, igualmente, incentivados os estudos para a realização de convênios relativos à vacinação de suínos.

TAMBÉM O PIAUÍ TERÁ ESTAÇÃO EXPERIMENTAL

No Estado do Piauí, técnicos do Ministério da Agricultura iniciaram estudos para a instalação de uma Estação Experimental, bem como a transformação de um dos treze Postos Agropecuários do Estado em Fazenda-Modelo de Criação.

ENGORDA DE BOVINOS SOB CONFINAMENTO

O artigo sob o título acima, da autoria do Dr. Julio Cezar Covelo, terá a sua continuação e finalização publicada no próximo número.

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

(Leis, decretos, portarias e outros atos oficiais
de âmbito federal, inseridos no Diário Oficial)

SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO PORTARIA DE 25 DE OUTUBRO DE 1966

O Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário, no uso de suas atribuições legais e aprovando a proposta da Divisão de Estudos Pedagógicos, apresentada no Processo n.º MA-090-3.219/66, resolve:

N.º 140 — Art. 1.º — Fica aprovado o programa de Oficinas Rurais, que acompanha a presente portaria e com ela é publicado.

Art. 2.º — Ficam igualmente aprovadas as instruções metodológicas respectivas, que fazem parte integrante deste programa.

Art. 3.º — A partir do início do ano letivo de 1967, os estabelecimentos de ensino agrícola de grau médio, que possuam ou venham a possuir oficinas rurais, ministrarão obrigatoriamente, em todas as séries que mantiverem, "Oficinas Rurais" como prática educativa do respectivo currículo, cumprindo o programa aprovado por esta Portaria e estabelecendo, sempre que possível, a carga horária de 4 (quatro) aulas semanais, que serão ministradas nas próprias instalações e terão caráter eminentemente prático.

Parágrafo único — A frequência é obrigatória para os alunos do sexo masculino, aplicando-se ao caso o disposto nos artigos 3.º, 6.º e 11.º da Portaria da SEAV n.º 66, de 4 de maio de 1966.

Art. 4.º — A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, competindo ao diretor de cada estabelecimento, obedecendo aos ditames da legislação vigente, resolver os casos omissos.

Walter Wolf Saur

PROGRAMAS DE OFICINAIS RURAIS CURSO GINASIAL

1.ª Série

Selaria:

- 1 — Conhecimento, nomenclatura e conservação das ferramentas e materiais
- 2 — Conhecimento dos tipos de couro cru
- 3 — Tratamento das solas.
- 4 — Preparação e conservação do couro cru
- 5 — Preparo da linha encerada
- 6 — Costuras com uma e duas agulhas
- 7 — Emendas rebitadas
- 8 — Colocação de fivelas
- 9 — Substituição de peças gastas e rebentadas
- 10 — Execução de trabalhos em sola e couro cru
- 11 — Limpeza e conservação dos arreios

Cordoaria:

- 1 — Tipos e variedades de cordas
- 2 — Confeção de cordas: processo e materiais empregados
- 3 — Conservação de cordas

- 4 — Remates das partes das cordas
- 5 — Amarração das pontas das corças
- 6 — Nós de alça.
- 7 — Nós de laçada
- 8 — Processos de encurtar cordas
- 9 — Emendas de cordas
- 10 — Cabrestos de cordas
- 11 — Execução de diversos trabalhos práticos

2.ª Série

- 1 — Conhecimento das ferramentas e máquinas; nomenclatura e seu correto uso
- 2 — Afição e ajustagem das ferramentas
- 3 — Conhecimento e identificação dos tipos de madeira mais comuns da região
- 4 — Noções de conservação da madeira
- 5 — Medição e marcação de madeira
- 6 — Processos de desdobramento da madeira
- 7 — Desempenho e aparelhamento de madeira
- 8 — Emprego do formão
- 9 — Processos de furar madeira
- 10 — Samblagem da madeira
- 11 — Acabamento e polimento
- 12 — Cêras, tintas e vernizes para madeira
- 13 — Execução de vários projetos agrícolas de utilização na região

3.ª Série

Latoaria:

- 1 — Conhecimento, nomenclatura e uso correto das ferramentas
- 2 — Manejo do maçarico à gasolina
- 3 — Preparação das superfícies a serem soldadas
- 4 — Aplicação dos fluxos
- 5 — Limpeza, estanhamento e emprego dos ferros de soldar
- 6 — Soldagem de pequenos furos
- 7 — Soldagem de chapas finas com solda branca (estanho)
- 8 — Remendo de ferros grandes
- 9 — Reparos em tubos, rôscas, uniões, tês, nipples e demais conexões
- 10 — Métodos de riscar fôlhas
- 11 — Corte de fôlhas de metal
- 12 — Dobrar e virar chapas
- 13 — Uso de rebites, dos parafusos e outros meios da união de chapas finas
- 14 — Execução de projetos em chapas finas de materiais agrícolas de maior uso na região

4.ª Série

Ferraria:

- 1 — Conhecimento, nomenclatura e uso correto das ferramentas
- 2 — Aplicação e ajustagem das ferramentas
- 3 — Diferença entre ferro e aço e outros materiais usados nas máquinas agrícolas
- 4 — Corte de chapas e perfis a frio com a talhadeira e arco de serra

- 5 — Trabalho com limas
- 6 — Furação a frio
- 7 — Meios de curvar a frio
- 8 — Aplicação de rebites
- 9 — Abertura de rôscas
- 10 — Forja, bigorna e tenazes
- 11 — Utilização da forja; manutenção do fogo, limpeza e conservação
- 12 — Aquecimento de ferros — processos para vergar e endireitar
- 13 — Processos de esticar e recalcar ferros
- 14 — Furação a quente
- 15 — Têmpera
- 16 — Realização e execução de projetos de ferraria de maior uso na região

CURSO COLEGIAL

1.^a Série

Eletricidade Elementar:

- 1 — Nomenclatura, conhecimento e uso adequado das ferramentas
- 2 — Condutores primários derivados e sua montagem — Isoladores
- 3 — Amarração dos condutores nos isoladores
- 4 — Emendas de condutores
- 5 — Soldagem e isolamento das emendas
- 6 — Instalação de aparelhos diversos
- 7 — Condutores em canalização e embutidos
- 8 — Cuidados a serem observados nas instalações elétricas
- 9 — Verificação das instalações antes de serem utilizadas. Lâmpadas de teste
- 10 — Pesquisa, localização e remoção de defeitos

Instalação de Água e Esgoto:

- 1 — Nomenclatura, conhecimento e uso adequado das ferramentas
- 2 — Medir, cortar e rosquear tubos
- 3 — Vedações
- 4 — Montagem de encanamentos
- 5 — Consérto de registros, torneiras etc

2.^a Série

Alvenaria:

- 1 — Nomenclatura, conhecimento e uso adequado das ferramentas
- 2 — Preparo das argamassas de cal e cimento
- 3 — Traço das argamassas
- 4 — Construção de alicerces
- 5 — Concreto e cimento armado
- 6 — Levantar paredes de 1/4, 1/2 e tijolo
- 7 — Cintas de cimento armado
- 8 — Lajes de concreto e cimento armado
- 9 — Rebôco
- 10 — Calfinagem

Mecânica Agrícola:

Máquinas e implementos de tração animal:

- 1 — Limpeza
- 2 — Conservação (lubrificação, pintura etc.)
- 3 — Regulagem
- 4 — Montagem e desmontagem.
- 5 — Consertos

3.^a Série

Mecânica Agrícola:

Tratores, motores diesel e à gasolina. Máquinas agrícolas:

- 1 — Solda elétrica e a oxigênio.
- 2 — Manutenção de trator; manejo, mecânica e localização dos seus defeitos e panes. Lubrificação do trator. Manuseio do catálogo do fabricante.
- 3 — Motores. Funcionamento dos motores a óleo e a gasolina. Desmontagem e montagem de motores com identificação de tôdas as suas peças componentes. Localização e correção de panes dos motores. Cuidados com os motores.
- 4 — Desmontagem, montagem e consérto das máquinas de arar, gradear, semear, cultivar tração por tratores.
- 5 — Desmontagem, montagem e consérto das máquinas de beneficiar produtos agrícolas.

Instruções metodológicas para execução do programa de oficinas rurais.

O ensino de Oficinas Rurais tem os seguintes objetivos:

- 1 — Desenvolver nos alunos a compreensão e o conhecimento da importância das oficinas rurais no meio agrícola.
- 2 — Fornecer aos alunos exemplos de diversos utensílios, materiais e consertos que podem ser executados na oficina rural de cada propriedade agrícola.
- 3 — Mostrar aos alunos a importância da oficina rural, que evita gastos de dinheiro e faz economia de tempo.
- 4 — Preparar os alunos para a mecanização da lavoura nacional.

O programa de Oficinas Rurais deve ser desenvolvido de maneira que cada aluno tenha quatro horas semanais de práticas nas próprias instalações.

As turmas para as aulas práticas deverão ter no máximo 20 alunos e ser constituídas de acordo com a área da oficina, de modo que haja para cada aluno uma área de aproximadamente 10 m².

O professor deve ser Agrônomo ou Técnico Agrícola, de preferência que tenha feito o Curso de Treinamento para Professores de Oficinas Rurais, ministrado pelo PRO-AG (convênio USAID-SEAV) ou pelo CONTAP II (sucessor do PRO-AG).

O ensino deve ser orientado para uma total participação do aluno nas técnicas ensinadas, de modo que ele "aprenda fazendo".

Deverá ser desenvolvido um cuidado intenso e eficiente com relação à "segurança" nos trabalhos, mostrando aos alunos os riscos que os mesmos correm quando determinadas regras não são seguidas.

Caberá à direção do estabelecimento adotar o programa proposto às exigências regionais, inclusive sugerindo a adoção de práticas aqui não mencionadas.

Portaria de 14 de novembro de 1966

O Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário, no uso de suas atribuições legais, aprovando o trabalho da Divisão de Estudos Pedagógicos apresentado no Processo n.º 090-5.855-66 e considerando:

a) que é imprescindível e urgente o disciplinamento das adaptações nos educandários subordinados a esta Superintendência;

b) que o Conselho Federal de Educação admitiu para as adaptações, entre outros, os critérios, cursos paralelos e aulas individuais;

c) que são inexecutáveis nos educandários da SEAV:

— o critério de créditos, pela inexistência do regime de promoção com dependência de matéria;

— o critério de cursos paralelos, por serem os cursos do Ensino Técnico Agrícola ministrados em regime de tempo integral; e

— o critério de aulas individuais, pela indisponibilidade de professores para este fim, resolve;

N.º 149 — Art. 1.º — Nos estabelecimentos de ensino agrícola de grau médio subordinados a esta Superintendência, poderão ser aceitas transferências de alunos procedentes de outros ramos do ensino médio, comprovada a existência de vagas, atendidos os requisitos legais e feita a adaptação determinada no art. 41 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

§ 1.º — A aceitação de transferência na forma destes artigos somente será permitida:

a) no 1.º ciclo — para as 2.ª, 3.ª e 4.ª séries;

b) no 2.º ciclo — para a 1.ª série; para a 2.ª série, apenas antes do início do ano letivo.

§ 2.º — Quando não houver coincidência de currículos, a adaptação será obrigatória, inclusive para alunos porventura beneficiados por leis especiais com o privilégio de transferência em qualquer época e independentemente da existência de vagas.

Art. 2.º — Ao aceitar alunos transferidos, os estabelecimentos de ensino de renda da SEAV exigirão a ficha de educação física e os respectivos históricos escolares, dos quais deverão constar expressamente todas as informações necessárias ao pleno esclarecimento de sua identidade, regularidade e autenticidade da vida escolar, bem como a especificação:

a) dos anos em que estudou, as séries cursadas e as promoções obtidas;

b) do currículo das disciplinas e práticas educativas estudadas em cada série;

c) da frequência;

d) do sistema adotado para avaliação do aproveitamento escolar.

§ 1.º — As escolas da rede da SEAV, por sua vez, farão constar dos documentos de transferência, que expedirem, todos os elementos informativos supramencionados, além de outros que julgarem necessários.

§ 2.º — Nas transferências aceitas no decorrer do ano letivo, as escolas da SEAV levarão em conta os resultados já obtidos pelo aluno na escola de origem. Se forem diversos os processos de avaliação do aproveitamento escolar, procederão ao ajustamento dos resultados às normas estabelecidas por esta SEAV, inclusive convertendo em valores numéricos os que houverem sido atribuídos em forma de conceito.

Art. 3.º — A adaptação se processará pelo critério de exames, na forma dos parágrafos deste artigo.

§ 1.º — Os exames de adaptação serão prestados pelo aluno que embora haja cumprido integralmente na série ou séries anteriores o currículo do tipo de ensino do qual provém, necessite de maiores ou novos conhecimentos que o habili-

tem a assimilar os ensinamentos ministrados na série em que pretende matricular-se.

§ 2.º — A adaptação se fará no máximo em quatro disciplinas; no caso de envolver maior número, importará em rebaixamento de série.

§ 3.º — Os exames serão prestados antes do início do ano letivo e, de acordo com a natureza da disciplina, poderão ser escritos, gráficos ou prático-orais, exigindo-se para aprovação a nota mínima 5 (cinco) por disciplina.

§ 4.º — Em caso de inabilidade numa só disciplina, poderá o diretor do educandário, caso julgue não haver inconveniente para o ensino, permitir a matrícula condicional do aluno e submetê-lo a segundo exame antes de encerrado o primeiro semestre.

§ 5.º — Ao inabilitado neste segundo exame, facultar-se-á a seguinte opção:

a) desligamento;

b) rebaixamento da série, quando for possível.

§ 6.º — O rebaixamento da série, previsto nos §§ 2.º e 5.º, somente será efetivado após a assinatura do aluno maior ou do responsável pelo aluno menor no respectivo "termo de aceitação".

Art. 4.º — Será excepcionalmente admitido o critério de compromissos para disciplinas não obrigatórias, e se as discrepâncias entre o tipo de ensino do qual provém o aluno e o ministrado na escola de destino forem pequenas e sanáveis a curto prazo.

§ 1.º — Pelo critério de compromissos o aluno deverá executar determinadas tarefas ordenadas pelo professor da disciplina e que consistirão em trabalhos práticos ou atividades educativas correlatas, em volume ou extensão suficiente para o prosseguimento do curso rendimento satisfatório.

§ 2.º — O prazo para a satisfação do compromisso será determinado pelo professor, que poderá estendê-lo até o término do ano letivo. O seu não cumprimento importará na reprovação do aluno na série em que se matriculou condicionalmente; e esta reprovação será computada para a observância das normas que disciplinam a repetência e a jubilação.

Art. 5.º — O Diretor da Escola somente autorizará a matrícula do aluno sujeito a adaptação:

a) quando tiver possibilidade de prestar ao adaptado toda a assistência e orientação pedagógica indispensáveis à consecução dos objetivos recíprocos;

b) após verificar, juntamente com o professor da disciplina em débito, a viabilidade do aproveitamento escolar do adaptado.

Art. 6.º — O adaptado assumirá a responsabilidade inerente à sua condição e ficará sujeito ao cumprimento de todos os deveres e encargos escolares estabelecidos para a série e turma a que pertencer.

Art. 7.º — Processada a adaptação, será ela registrada no livro próprio e lançada nos documentos integrantes do histórico escolar do aluno (pasta individual e fichas respectivas).

Art. 8.º — Os casos de candidatos a transferência, procedentes de cursos estrangeiros, deverão ser previamente submetidos à apreciação desta Superintendência.

Art. 9.º — Esta Portaria entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1967, competindo ao Diretor de cada estabelecimento, observadas as disposições da legislação vigente, resolver os casos omissos.

Walter Wolf Saur

D. O. de 30/11/66

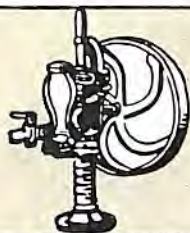
Maior produção, economia e lucro



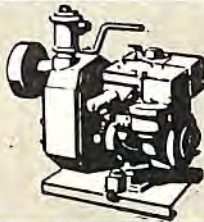
com equipamentos agrícolas de qualidade garantida!



MOINHOS
a vento Dinamic para
400 até 2.000 litros
d'água por hora.
ELEVÇÃO
d'água de 7 a 80 m.



BOMBAS
de 1" a 1/4" e ele-
vação até 40 m.



MOTO BOMBAS
para irrigação até
36.000 litros / hora.



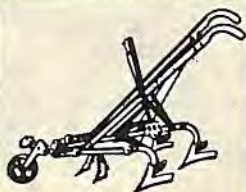
**CARNEIROS
HIDRÁULICOS**
de 3/4" a 2 1/2" e
produção até 94
litros por minuto.



PLANTADEIRA
de uma linha para fei-
ção, milho, amendoim,
etc., com e sem
adubadeira.



PULVERIZADORES
de 2 a 15 litros.



CULTIVADOR
de 5 enxadas, com
roda e alavanca.



ARADOS
de 58 e 72 kg para
2 e 4 animais.



**ARMAÇÃO BICO
DE PATO
"DINAMIC"**
para capinar, cultivar,
riscar e sulcar - Pêso
9 kg.



**DEBULHADORES
DE MILHO**
caixa de madeira ou de
ferro, manuais ou força
motriz. Produção de
3 a 100 sacos de grãos
diários.



ENGENHOS
para tração animal
ou para motores, de
grande produção.



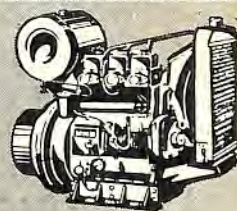
MÁQUINAS
para ralar mandioca.



CORTADEIRAS
de forragem Dinamic,
manuais e para força
motriz. Facilidade de
manejo.



**MOINHOS A
MARTELOS**
capacidade até 7.000,
kg. por hora - com ou
sem ciclone. Para fubá
ou forragem.



**MOTORES E
GRUPOS
GERADORES MWM**
Diesel - 6,5 a 44 HP.



**DESNATADEIRA
VIKING**
com capacidade para
60 até 600 litros de
leite por hora.



CARRETAS,
charretes, etc. - de 2
e 4 rodas - para 750
a 4.000 kg de carga
ou mais.



**MOTOR
MONTGOMERY**
a gasolina - 4 tempos
- 2 - 2,5 ou 3,25 HP.

Depto.
Agrícola

Mesbla

EMPRESA 100% NACIONAL
MAIS DE MEIO SÉCULO A SERVIÇO DO BRASIL

Rio - S. Paulo - P. Alegre - B. Horizonte -
Recife - Salvador - Belém - Niterói -
Pelotas - Fortaleza - Marília - Vitória



Quem dirige a Kombi 1.500 gostou muito de uma das novidades.

© VOLKSWAGEN DO BRASIL

Dirigir a Kombi já tinha uma vantagem: v. não precisava dividir o espaço com o motor.

Na Kombi o motor está lá atrás, sem atrapalhar ninguém.

Na Kombi Volkswagen 1.500 v. tem mais um motivo para gostar de dirigi-la: o banco é só seu.

E o assento é regulável em várias posições, para v. dirigir com todo conforto.

Há mais motivos para v. gostar da Kombi 1.500.

Por exemplo:

O comutador de luzes alta e baixa, que era acionado com o pé, agora está

colocado junto à alavanca do pisca-pisca, bem à mão.

O comutador tem também uma tecla para sinalização de luz alta, nas ultrapassagens ou cruzamentos.

Os motivos continuam.

O reservatório de água do pára-brisa tem bomba manual, e está à esquerda do porta-luvas, para v. manejá-la facilmente.

Por falar em pára-brisa, o limpador tem duas velocidades e pára automaticamente do lado direito.

V. ainda quer mais motivos para gostar de dirigir a Kombi 1.500?

Então sente-se no seu banco

individual, dê a partida e experimente a nova Kombi.

V. vai achar que o motor tem mais potência.

E tem mesmo: exatamente 16 HP a mais.

